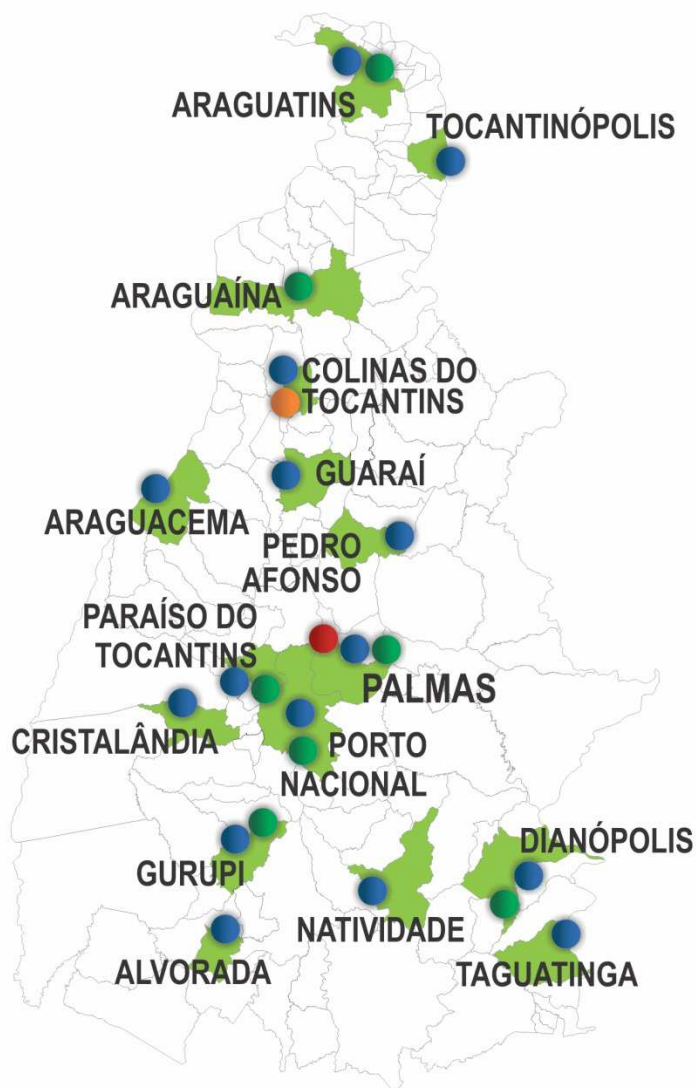


EXERCÍCIO 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO



LEGENDA:

- Reitoria
- Campi em pleno funcionamento
- Campi em fase de implantação
- Polos de Educação a Distância

RELATÓRIO DE GESTÃO - EXERCÍCIO 2013

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 127/2013, Portaria TCU 127/2013, Portaria CGU nº 133/2013 e Decisão Normativa nº 132/2013.

Unidades consolidadas abrangidas neste Relatório de Gestão:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Reitoria*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus Palmas*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus Araguatins*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus Paraíso do Tocantins*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus Araguaína*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus Gurupi*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus Porto Nacional*

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Campus Dianópolis*

Unidade responsável pela elaboração do Relatório de Gestão:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins/*Reitoria*.

PALMAS-TO, MARÇO DE 2013.

EXPEDIENTE FUNCIONAL

DILMA ROUSSEFF
Presidente da República

JOSÉ HENRIQUE PAIM FERNANDES
Ministro da Educação

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA
Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

FRANCISCO NAIRTON DO NASCIMENTO
Reitor

QUENÍZIA VIEIRA LOPES
Chefe de Gabinete do Reitor

RODRIGO SOARES GORI
Pró-reitor de Administração

DANILO GOMES MARTINS
Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional

OVIDIO RICARDO DANTAS JUNIOR
Pró-reitor de Ensino

HELDER CLEBER ALMEIDA PEREIRA
Pró-reitora de Extensão

AUGUSTO CESAR DOS SANTOS
Pró-reitor de Pesquisa e Inovação

MARIA EDILEUZA FERREIRA DE FRANÇA
Diretora de Gestão de Pessoas

DÉCIO DIAS DOS REIS
Diretor Geral do *Campus* Araguatins

OCTAVIANO SIDNEI FURTADO
Diretor Geral do *Campus* Palmas

ANTÔNIO DA LUZ JUNIOR
Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Paraíso do Tocantins

CRISTIANO FERNANDES MATEUS
Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Araguaína

PAULO DA SILVA PAZ NETO
Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Gurupi

MIGUEL CARMARGO DA SILVA
Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Porto Nacional

JONAS REGINALDO DE BRITTO
Diretor Geral Pró-tempore do *Campus* Dianópolis

Sumário

INTRODUÇÃO	8
1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	14
1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	14
1.2. FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO	15
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL	22
1.4. MACRO PROCESSOS FINALÍSTICOS DO IFTO	22
1.5. MACRO PROCESSOS DE APOIO IFTO	23
1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS.....	25
2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	26
2.1. PLANEJAMENTO DA UNIDADE.....	26
2.2. PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	29
2.2.1. PROGRAMA TEMÁTICO	29
2.2.2. OBJETIVOS	29
2.2.3. AÇÕES	29
2.2.3.1. Ações OFSS	29
2.2.3.2. Ações e Subtítulos	29
2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar não Processados –OFSS.....	45
2.2.3.4. Ações – Orçamento de Investimento – OI	48
2.3. INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS DADOS DA GESTÃO	49
3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	54
ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	54
3.1. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	54
3.2. AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	54
3.3. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES.....	56
3.4. SISTEMA DE CORREIÇÃO	57
3.5. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU.....	57
3.6. INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS.....	57
4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	58
4.1. EXECUÇÃO DAS DESPESAS.....	58
4.1.1. PROGRAMAÇÃO	58
4.1.2. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA	60
4.1.3. REALIZAÇÃO DE DESPESA	61
4.2. MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	69
4.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	70
5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	73
5.1. ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	73
6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	87

6.1 GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	87
6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	92
7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	96
7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO IFTO	96
8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	99
8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DO IFTO	99
9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	103
9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	103
9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	106
9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	107
9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	109
10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	111
10.1 RELACIONAMENTO DO IFTO COM A SOCIEDADE	111
11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	115
11.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO IFTO	115
12. PARTE B, ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.	116
12.1 INDICADORES DE GESTÃO DO IFTO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005.	116
13. DEMAIS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELAVANTES PELO IFTO:	120
RELATÓRIO PRO REITORIA DE PESQUISA	120
RELATÓRIO PRO REITORIA DE EXTENSÃO	138
14. ANEXOS	155
ANEXO A - PORTARIA COMISSÃO CENTRAL RESPONSÁVEL PELO RELATÓRIO DE GESTÃO	155
ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 08/2014/CONSUP/IFTO, DE 26 DE MARÇO DE 2014	156
ANEXO C – ORGANOGRAMAS DO IFTO	157

Quadro 1: Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual	14
Quadro 2: Ação / Subtítulos – OFSS	32
Quadro 3: Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS	45
Quadro 4: Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	54
Quadro 5: Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas	58
Quadro 6: Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa	60
Quadro 7: Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total	61
Quadro 8: Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ	61
Quadro 9: Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total	63
Quadro 10: Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação	65
Quadro 11: Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	66
Quadro 12: Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores	69
Quadro 13: QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	70
Quadro 14: Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	71
Quadro 15: QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)	72
Quadro 16: Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013	73
Quadro 17: Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	74
Quadro 18: Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	75
Quadro 19: QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA	75
Quadro 20: Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12	76
Quadro 21: Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	77
Quadro 22: Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro	78
Quadro 23: Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12	79
Quadro 24: Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	80
Quadro 25: Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)	80
Quadro 26: Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac	81
Quadro 27: Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	82
Quadro 28: Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	83
Quadro 29: Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários	86
Quadro 30: Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	92
Quadro 31: Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional	93
Quadro 32: Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	95
Quadro 33: Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada	96
Quadro 34: Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	99
Quadro 35: Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água	102
Quadro 36: Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	103

Quadro 37: Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	105
Quadro 38: Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	106
Quadro 39: Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR	109
Quadro 40: Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.	115
Quadro 41: Quadro B.7.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005	116

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão a ser apresentado ao Tribunal de Contas da União a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, foi elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, Instrução Normativa TCU nº 72/2013, Resolução TCU nº 234/2010, Resolução TCU nº 244/2011, Decisão Normativa TCU 127/2013, Portaria TCU 127/2013, Portaria CGU nº 133/2013 e Decisão Normativa nº 132/2013.

É composto pela Identificação da Unidade Jurisdicionada, finalidades, competências institucionais, macro processos finalísticos e de apoio, principais parceiros do IFTO, Planejamento das ações da unidade, estratégias de atuação frente aos objetivos estratégicos, execução do plano de metas, estrutura de governança, avaliação dos controles internos, sistema de correição, programação orçamentária e financeira, gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e contratação de estagiários, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, gestão de tecnologia da informação, gestão ambiental e licitações sustentáveis, deliberações do TCU e OCI atendidas no exercício de 2013, informações sobre a atuação da Unidade de Auditoria Interna, declarações do contador, dos responsáveis pelo SICONV e SIASG, Resultados dos indicadores de Gestão – Acórdão TCU nº 2.267/2005 e informações complementares referentes ao exercício de 2013.

Em 2013 o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia completou 05(cinco) anos de prestação de serviços educacionais à sociedade brasileira, focados na formação de profissionais cidadãos, consolidando a Instituição como referencial na educação profissional de qualidade.

Foram realizadas as eleições diretas para Reitor e Diretores Gerais dos Campi de Araguatins e Palmas e a eleição para Diretores Pro Tempore dos Campi de Araguaína, Gurupi, Porto Nacional e Paraíso do Tocantins.

O ano de 2013 foi repleto de realizações para o IFTO, conseguimos superar a meta de capacitação e qualificação para o trabalho da comunidade atendida pelo Instituto por meio dos programas Mulheres Mil e PRONATEC. Atualizamos o nosso Planejamento de Desenvolvimento Institucional de forma objetiva e realista, sempre almejando o crescimento institucional e regional. No campo da pesquisa e da extensão, ampliamos o quantitativo de projetos que integram professores, técnicos administrativos e estudantes em prol de estudos e ações que visem a uma melhoria da nossa sociedade, com foco nos Arranjos Produtivos Locais –APLs. Cada vez mais, servidores e alunos têm participado de eventos científicos, divulgando o nome do IFTO e os trabalhos de qualidade que aqui são desenvolvidos. A nossa Jornada de Iniciação Científica e de Extensão amplia-se a cada ano.

Ampliamos e melhoramos instalações físicas, adquirimos materiais e equipamentos, renovamos e ampliamos bibliotecas, ações que tem por finalidade a melhoria do processo ensino aprendizagem e principalmente garantir a permanência dos estudantes e diminuindo a evasão escolar.

Em 2014 daremos continuidade no desenvolvimento do projeto educacional.

O IFTO conta com o aumento do orçamento para o próximo ano. Os recursos financeiros irão atender à comunidade escolar em diversas áreas, como assistência estudantil, pagamento de bolsas de pesquisa e de extensão, capacitação de servidores, assistência médica e odontológica, entre outros, além de possibilitar o processo de expansão das nossas unidades por meio da construção de novas obras e aquisição de equipamentos e materiais necessários para o desenvolvimento dos trabalhos institucionais.

Os *campi* continuarão a gerenciar seus recursos de forma autônoma, de acordo com as necessidades específicas de cada um. Assim, garantiremos que os alunos sejam bem atendidos e que os servidores tenham melhores condições de desempenharem suas funções. Iniciaremos o ano trabalhando para colocar em pleno funcionamento o *Campus* Colinas do Tocantins.

Buscaremos proporcionar educação gratuita e de qualidade a partir de uma abrangência descentralizada, possibilitando às populações que não estão nos grandes centros se formarem e poderem exercer sua profissão nas cidades em que escolherem viver.

QUADROS DA PORTARIA –TCU Nº 175 /2013 QUE NÃO HOUE OCORRÊNCIA EM 2013:

Partes A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013

Quadro A.2.2.3.4 – Ações do Orçamento de Investimento

Quadro A.4.2. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Quadro A.4.4.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro A.4.4.2 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Quadro A.4.4.3 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.

Quadro A.4.4.4 – Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Quadro A.4.6.1.1 – Benefícios Financeiros e Creditícios Geridos pela UJ ou Benefícios Financeiros e Creditícios Estimados e Quantificados pela UJ

Quadro A.4.6.2.2. - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida 126

Quadro A.4.6.2.3 - Valores Renunciados por Tributo e Gasto Tributário – 2013-2011

Quadro A.4.6.2.4.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

Quadro A.4.6.2.4.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro A.4.6.2.5.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas

Quadro A.4.6.2.5.2 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas

Quadro A.4.6.2.6 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ

Quadro A.4.6.2.7 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas

Quadro A.4.6.2.8 - Comunicações à RFB

Quadro A.4.6.2.9 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas

Quadro A.4.6.2.11 - Ações da RFB

Quadro A.4.7.2 – Requisições e Precatórios – Administração Indireta

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Quadro A.6.2.3- Discriminação de Imóveis Funcionais da União sob responsabilidade da UJ;

Quadro A.9.2.2 – Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.

Quadro A.9.5-Medidas adotadas em caso de dano ao erário em 2013.

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

Partes B do Anexo II da DN TCU nº 127/2013.

Quadro B.7.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

-No ano de 2013 o IFTO não desenvolveu nenhum projeto com repasses de recursos com Fundações de Apoio.

Quadro B.15.1 - Consultores Contratados na Modalidade “Produto” no Âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais

-O IFTO não contratou Consultores no ano de 2013.

Quadro B.16.1 Quantitativo de Terceirizados Irregulares na Administração Direta, Autárquica ou Fundacional

-Não houve ocorrência de Irregularidades com Terceirizados no IFTO em 2013.

Quadro B.16.2 Providências Adotadas para Substituição de Servidores Terceirizados Irregulares por Servidores Concursados (Acórdão TCU 1.520/2006)

- Não houve ocorrência de Irregularidades com Terceirizados no IFTO em 2013.

QUADROS DA PORTARIA –TCU Nº 175 /2013 QUE NÃO SE APLICAM AO IFTO:

Partes A do Anexo II da DN TCU nº 127/2013

Quadro A.1.1.2 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Quadro A.1.1.3 - Identificação – Relatório de Gestão Agregado

Quadro A.1.1.4 - Identificação – Relatório de Gestão Consolidado e Agregado

Quadro A.2.2.1 – Programa Temático

Quadro A.2.2.2 – Objetivo

Quadro A.2.2.3.1 – Ações – OFSS

Quadro A.3.3.2 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Quadro A.3.3.3 – Síntese da Remuneração dos Administradores

Quadro A.3.3.4 – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

-O IFTO não remunera os membros de seus Conselhos Administrativos.

Quadro A.4.7.1– Requisições e Precatórios – Administração Direta

Quadro A.11.5.1 - Composição Acionária do Capital Social

Quadro A.11.5.2 - Investimentos Permanentes em outras sociedades

Partes B do Anexo II da DN TCU nº 127/2013.

Quadro B.1.1 – Relação dos Partidos

Quadro B.1.2 – Composição do montante arrecadado pelo Fundo Partidário

Quadro B.1.3 – Distribuição dos Valores do Fundo Partidário aos Partidos no Exercício de 2013

Quadro B.1.4 – Partidos que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

Quadro B.1.5 – Partidos que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

Quadro B.1.6 – Situação da Prestação de Contas das Direções Nacionais dos Partidos

Quadro B.1.7 – Julgamento das Contas das Direções Nacionais dos Partidos

Quadro B.1.8 – Relação dos Diretórios de Partidos no Estado

Quadro B.1.9 – Discriminação das Cotas do Fundo Partidário Recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos

Quadro B.1.10 – Diretórios Estaduais que Prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência

Quadro B.1.11 – Diretórios Estaduais que NÃO Prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2012

Quadro B.1.12 – Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos

Quadro B.4.1 – Operações Contratadas com Riscos Compartilhado e Integral do Fundo e do Banco Operador

Quadro B.4.2 - Créditos de liquidação duvidosa de operações contratadas

Quadro B.4.3 - Prejuízos Contabilizados no Exercício de 2013

Quadro B.4.4 - Ressarcimentos Efetuados pelo Banco Operador ao Fundo no Exercício de 2013, Decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado

Quadro B.4.5 – Ações de Cobranças Judiciais Ajuizadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão

Quadro B.6.1 – Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002

-O IFTO não dispõe de Hospital Universitário e seus indicadores são determinados pelo Acórdão TCU nº 2.267/2005.

Quadro B.6.2 – Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002-O IFTO não dispõe de Hospital Universitário e seus indicadores são determinados pelo Acórdão TCU nº 2.267/2005.

Quadro B.6.3 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

Quadro B.8.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

- O Acórdão TCU nº 2.267/2005 determinou que a partir do exercício de 2005 as Instituições Federais de Educação Tecnológica – IFET informassem nos seus relatórios de gestão um conjunto de indicadores de gestão que possibilitasse a avaliação dessas instituições. Para efeito desse Acórdão, as IFET deverão apresentar o resultado dos indicadores conforme estabelecidos no Quadro B.7.1 da Decisão TCU nº 175/2013, considerando-se o exercício de referência do Relatório de Gestão e os quatro (4) exercícios imediatamente anteriores.

Quadro B.8.2 – Relação de Projetos Desenvolvidos pelas Fundações de Apoio

-informações no quadro B.8.1 (não ocorrência em 2013)

Quadro B.11.1 - Indicadores Análise da situação econômico-financeira

Quadro B.11.2 - Análise da distribuição da riqueza gerada pela UJ

Quadro B.14.2 – Relação dos Programas e Ações de responsabilidade da unidade

Quadro B.14.3 - Relação dos Programas de Governo ou dos Fundos Executados que não estão sob a Responsabilidade da Unidade

Quadro B.17.1 Captações Realizadas em Projetos de Obras de Audiovisual e Ações de Fiscalização Empreendidas

Quadro B.18.1 – Informações sobre Contrato de Gestão Supervisionado pela UJ

Quadro B.27.1 - Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no Exercício de 2013

Quadro B.34.1 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

Quadro B.34.2 – Relação de membros do Conselho de Administração

Quadro B.34.3 – Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões

Quadro B.34.4 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício

Quadro B.34.5 – Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão

Quadro B.34.6 – Demonstrativo da remuneração do pessoal da entidade Signatária do Contrato de Gestão

Quadro B.34.7 – Relação dos membros da Comissão de Avaliação

Quadro B.34.8 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Quadro B.34.9 – Valores repassados e avaliação das metas do contrato de gestão

Quadro B.34.10 – Indicadores de Desempenho pactuados e seus resultados

Quadro B.34.11 – Avaliação geral dos resultados do contrato de gestão

Quadro B.34.12 – Identificação da estrutura de pessoal da unidade responsável pelo acompanhamento

Quadro B.34.13 – Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da entidade privada

Quadro B.35.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício

Quadro B.35.2 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria

Quadro B.35.3 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência

Quadro B.35.4 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)

Quadro B.35.5 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício

Quadro B.35.6 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira

1. PARTE A, ITEM 1, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro 1: Identificação da UJ - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins			
Denominação Abreviada: Instituto Federal do Tocantins			
Código SIORG: 100908	Código LOA: 26424	Código SIAFI: 26424	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			CNPJ: 10.742.006/0001-98
Principal Atividade: Educação Profissional de Nível Tecnológico			Código CNAE: 85.42-2-00
Telefones/Fax de contato:	(063) 3229-2200	(063) 3229-2201	(063) 3229-2230
Endereço Eletrônico: reitoria@ifto.edu.br			
Página na Internet: http://www.ifto.edu.br			
Endereço Postal: Av. Joaquim Teotônio Segurado, Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892, criou em todo país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Estatuto do IFTO			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158336	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
158337	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
158489	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
158511	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
158556	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
158557	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
158628	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
26424	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158131		26424	
158336		26424	

158337	26424
158489	26424
158511	26424
158556	26424
158557	26424
158628	26424

1.2.FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DO IFTO

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins - IFTO foi criado através da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no D.O. U de 30/12/2008, Seção I, tem sua estrutura administrativa definida no Art. 7º do seu Estatuto. Este, por sua vez, foi aprovado pela portaria 195 de 19 de agosto de 2009, e publicado no D.O. U de 20 de agosto de 2009, Seção I.

O IFTO tem por responsabilidade institucional a fundamentação em bases filosóficas, epistemológicas, metodológicas, socioculturais e legais, expressas no seu projeto político institucional, sendo norteado pelos princípios da estética, da sensibilidade, da política, da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir de uma concepção de sociedade, trabalho, cultura, educação, tecnologia e ser humano.

As ofertas educacionais do IFTO estão organizadas através da formação inicial e continuada de trabalhadores da educação profissional técnica de nível médio e da educação superior de graduação e de pós-graduação.

Em 29 de dezembro de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.892, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Em seu Art. 5º determina “Ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia”: XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.

De acordo a lei de criação do IFTO, a **Reitoria** do Instituto Federal do Tocantins passaria a funcionar na Capital do Estado e fora do *Campus* Palmas, o que garantiria a autonomia do *Campus*. Amparada pelo seu estatuto a Reitoria é um órgão executivo com finalidade de administrar, coordenar e supervisionar todas as atividades do IFTO, sendo composta por 1 (um) Reitor e 5 (cinco) Pró-Reitores.

O IFTO foi concebido para atuar em todo o Estado, e já é sinônimo de excelência no ensino em todo o Tocantins, pois oferece educação pública de qualidade do ensino básico ao superior. Administrar, supervisionar, representar e defender os interesses do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia são a missão da Reitoria como dos demais *campi* que a compõe. A Reitoria, com sede na cidade de Palmas, é composta pelos seguintes *Campi*: Araguatins, Palmas, Paraíso do Tocantins, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional, sendo estes, por sua vez, independentes e autônomos com personalidade jurídica própria.

Estão em fase de implantação os *Campi* Colinas e Dianópolis.

O **Campus Araguatins**, oriundo da memorável Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, criada pelo Decreto nº. 91.673 em 20 de setembro de 1985 foi designada a funcionar com o 1º e 2º graus profissionalizantes com habilitação em Agropecuária, Agricultura e Economia Doméstica, tendo sido inaugurada em 23 de março de 1988.

Em 16 de novembro de 1993 (Lei nº 8.731) a Escola foi convertida em Autarquia Federal, oferecendo os cursos de Ensino Médio e cursos de Técnico Agrícola nas Habilitações de Agricultura, Agroindústria e Zootecnia.

O *Campus* é uma verdadeira escola fazenda composta por diversos setores para a prática nas áreas de Agropecuária, merecendo destaque a apicultura, avicultura, suinocultura, ovinocultura, bovinocultura, equinocultura, piscicultura, agroindústria, fruticultura, culturas anuais (mandioca, milho, feijão, arroz, soja e cana-de-açúcar), mecanização agrícola, topografia, irrigação e drenagem, olericultura, jardinagem, cooperativismo, extensão rural, produção de mudas e agrossilvicultura. Além disso, possui laboratórios de informática, hardware, sistemas, biologia, química, bromatologia, física, microbiologia e análises de solo.

O *Campus* dispõe de uma infraestrutura adequada ao seu funcionamento, sendo que, entre eles podemos destacar um ginásio Poliesportivo, uma piscina semi-olímpica, centro de cultura e centro de capacitação.

Item	Cursos	Campus	Tipo de Curso	Modalidade
1	AGROPECUÁRIA	Araguatins	Subsequente	Presencial
2	AGROPECUÁRIA	Araguatins	Médio Integrado	Presencial
3	REDES	Araguatins	Médio Integrado	Presencial
4	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Araguatins	Licenciatura	Presencial
5	COMPUTAÇÃO	Araguatins	Licenciatura	Presencial
6	AGRONOMIA	Araguatins	Bacharelado	Presencial

O **Campus Palmas**, oriundo da Escola Técnica Federal de Palmas - ETF Palmas iniciou sua história em 1991, quando o Governo do Estado do Tocantins disponibilizou uma área para construção de sua estrutura.

A ETF Palmas foi criada com a publicação da Lei nº 8.670, de 30.06.1993, e, após longo período de procedimentos para a sua construção, veio a funcionar a partir do dia 10.03.2003, com três cursos técnicos: Edificações, Eletrotécnica e Informática.

Item	Cursos	Campus	Tipo de Curso	Modalidade
1	ATENDIMENTO	Palmas	PROEJA - FIC	Presencial
2	MANUTENÇÃO E OPERAÇÃO DE	Palmas	PROEJA - FIC	Presencial
3	MULHERES MIL	Palmas	FIC	Presencial
4	ADMINISTRAÇÃO	Palmas	Médio Integrado	Presencial
5	AGRIMENSURA	Palmas	Subsequente	Presencial

6	AGRIMENSURA	Palmas	Médio Integrado	Presencial
7	AGRONEGÓCIO	Palmas	Médio Integrado	Presencial
8	CONTROLE AMBIENTAL	Palmas	Subsequente	Presencial
9	CONTROLE AMBIENTAL	Palmas	Subsequente	a Distância
10	EDIFICAÇÕES	Palmas	Subsequente	Presencial
11	ELETROTÉCNICA	Palmas	Subsequente	Presencial
12	ELETROTÉCNICA	Palmas	Médio Integrado	Presencial
13	EVENTOS	Palmas	Médio Integrado	Presencial
14	FLORESTAS	Palmas	Subsequente	Presencial
15	HOSPEDAGEM	Palmas	Subsequente	Presencial
16	INFORMÁTICA	Palmas	Médio Integrado	Presencial
17	INFORMÁTICA	Palmas	Subsequente	Presencial
18	MECATRÔNICA	Palmas	Subsequente	Presencial
19	MECATRÔNICA	Palmas	Médio Integrado	Presencial
20	MANUTENÇÃO E SUPORTE EM	Palmas	Subsequente	a Distância
21	SECRETARIADO	Palmas	Subsequente	Presencial
22	SEGURANÇA DO TRABALHO	Palmas	Subsequente	Presencial
23	SEGURANÇA DO TRABALHO	Palmas	Subsequente	a Distância
24	AGRONEGÓCIO	Palmas	Tecnologia	Presencial
25	GESTÃO PÚBLICA	Palmas	Tecnologia	Presencial
26	SISTEMAS ELÉTRICOS	Palmas	Tecnologia	Presencial
27	SISTEMAS PARA INTERNET	Palmas	Tecnologia	Presencial
28	FÍSICA	Palmas	Licenciatura	Presencial
29	MATEMÁTICA	Palmas	Licenciatura	Presencial
30	LETRAS (LÍNGUA PORTUGUESA)	Palmas	Licenciatura	Presencial
31	ENGENHARIA CIVIL	Palmas	Bacharelado	Presencial
32	TELEMÁTICA	Palmas	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	Presencial

O **Campus Paraíso do Tocantins**, antiga Unidade de Ensino Descentralizada da Escola Técnica Federal de Palmas, originou-se da federalização do Centro de Educação Profissional de Paraíso - CEP e fez parte do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Implantado em 2007, o *campus* Paraíso do Tocantins teve suas aulas iniciadas no dia 5 de novembro do mesmo ano, mas sua inauguração oficial ocorreu somente no dia 8 de novembro.

Este *Campus* dispõe de uma área de 19,73 hectares. Sua estrutura conta com salas de aula, biblioteca, auditório, laboratórios de informática, saneamento e alimentos, além de ambientes administrativos.

Item	Cursos	Campus	Tipo de Curso	Modalidade
1	AGROINDÚSTRIA	Paraíso do	Médio Integrado	Presencial
2	INFORMÁTICA	Paraíso do	Subsequente	Presencial
3	INFORMÁTICA	Paraíso do	Médio Integrado	Presencial

4	MEIO AMBIENTE	Paraíso do	Médio Integrado	Presencial
5	MEIO AMBIENTE	Paraíso do	Subsequente	a Distância
6	SERVIÇOS PÚBLICOS	Paraíso do	Subsequente	a Distância
7	ADMINISTRAÇÃO	Paraíso do	Bacharelado	Presencial
8	ALIMENTOS	Paraíso do	Tecnologia	Presencial
9	CIÊNCIAS – HABILITAÇÃO EM	Paraíso do	Licenciatura	Presencial
10	MATEMÁTICA	Paraíso do	Licenciatura	Presencial
11	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA	Paraíso do	Tecnologia	Presencial
12	GESTÃO AMBIENTAL	Paraíso do	Pós-graduação <i>Lato sensu</i>	Presencial
13	GESTÃO PÚBLICA	Paraíso do	Pós-graduação <i>Lato sensu</i>	a Distância

O **Campus Araguaína**, foi criado em agosto de 2008, por meio de um Termo de Cooperação Técnica entre a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Tocantins e a antiga Escola Técnica Federal de Palmas, herdou o curso Técnico em Enfermagem da então Escola Estadual Técnica de Enfermagem de Araguaína.

Tem papel importante na região, ofertando cursos de qualidade para atender a crescente demanda de profissionais. Com ênfase na oferta de cursos na área da saúde, o campus conta com estrutura de laboratórios de análises clínicas, anatomia e informática, além de outros espaços que contribuem para o aprimoramento do conhecimento teórico aliado à prática. O campus também oferece cursos voltados para a área de informática, que, atualmente, é uma das principais demandas do mercado de trabalho. Além da recente ampliação nos ambientes administrativos e educacionais, foi inaugurado em 2013 o bloco de 12 salas de aula, ambiente estudantil de vivência, sala de vídeo e ambiente de atendimento individual, dentre outros espaços importantes para a unidade.

Item	Cursos	Campus	Tipo de Curso	Modalidade
1	ANÁLISES CLÍNICAS	Araguaína	Subsequente	Presencial
2	ENFERMAGEM	Araguaína	Subsequente	Presencial
3	INFORMÁTICA	Araguaína	Médio Integrado	Presencial
4	INFORMÁTICA PARA INTERNET	Araguaína	Subsequente	Presencial
5	OPERADOR DE COMPUTADOR	Araguaína	PROEJA – FIC	Presencial

O **Campus Gurupi**, instalado no edifício da antiga unidade do Centro Universitário da UNIRG, foi doado pela Prefeitura Municipal de Gurupi e ocupa uma área de 20.000m². O *campus* foi inaugurado oficialmente em 1º de fevereiro de 2010, mas suas atividades foram iniciadas no segundo semestre do mesmo ano. O campus Gurupi é considerado referência no ensino técnico na região sul do Estado.

Item	Cursos	Campus	Tipo de Curso	Modalidade
1	AGRONEGÓCIO	Gurupi	Médio Integrado	Presencial
2	AGRONEGÓCIO	Gurupi	Subsequente	Presencial
3	COMÉRCIO	Gurupi	PROEJA – Técnico	Presencial
4	EDIFICAÇÕES	Gurupi	Subsequente	Presencial
5	ARTES CÊNICAS	Gurupi	Licenciatura	Presencial

O **Campus Porto Nacional**, foi inaugurado em 1º de fevereiro de 2010, consolidando um dos frutos do Projeto de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, tendo suas aulas iniciadas em 02 de agosto do mesmo ano.

Item	Cursos	Campus	Tipo de Curso	Modalidade
1	INFORMÁTICA	Porto Nacional	Subsequente	Presencial
2	LOGÍSTICA	Porto Nacional	Subsequente	Presencial
3	MEIO AMBIENTE	Porto Nacional	Médio Integrado	Presencial
4	VENDAS	Porto Nacional	PROEJA - Técnico	Presencial
5	COMPUTAÇÃO	Porto Nacional	Licenciatura	Presencial
6	LOGÍSTICA	Porto Nacional	Tecnologia	Presencial
7	DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO	Porto Nacional	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	a Distância

O **Campus Dianópolis** encontra-se sediado no município de Dianópolis, cidade polo da mesorregião Sudeste do estado do Tocantins, que é composta por vinte municípios. Em 2008 a região Sudeste do Tocantins foi reconhecida como Território da Cidadania e vem desenvolvendo alguns projetos e ações em busca do desenvolvimento regional sustentável. O *Campus* apresenta uma vocação naturalmente agrícola, pois surgiu a partir da doação, por parte do Estado do Tocantins, de uma área rural de aproximadamente 593 ha, onde funcionou, por muitos anos, a Fundação Agroindustrial São José, mais conhecido como Instituto de Menores de Dianópolis. Além da vocação agrícola, o campus também desenvolve o potencial na área de informática.

O funcionamento do *Campus* Dianópolis foi autorizado pela Portaria nº 330, de 23 de abril de 2013 do Ministério da Educação, tendo suas aulas iniciado dia 13 de maio de 2013 com um total de 150 vagas ofertadas nos Cursos: Técnico em Informática e em Agropecuária Subsequentes ao Ensino Médio, distribuídas nos três turnos. No segundo semestre de 2013 foram ofertadas mais 150 vagas nos mesmos cursos, além de cursos de curta duração pelo Ponatec. No primeiro semestre de 2014 foram selecionados 60 estudantes para cursar: Técnico em Informática e em Agropecuária Integrados ao Ensino Médio. A projeção para 2014 é de ofertar mais 90 vagas para os Cursos: Técnico em Informática Subsequente ao Ensino Médio e 30 vagas para o curso superior de Engenharia Agrônômica.

EAD- Cursos a Distância do IFTO

Dentre os cursos oferecidos em 2013 pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, dez foram oferecidos na modalidade à distância.

Nos polos de educação a distância há infraestrutura física e administrativa básica para a realização de avaliações e atividades presenciais, práticas laboratoriais, bem como recursos tecnológicos

necessários que possibilitaram aos mais de 1100* estudantes dessa modalidade de ensino a buscarem formação profissional. Os estudantes contam com assistência e acompanhamento de professores, tutores a distância, bem como com toda equipe dos polos e do IFTO para supervisão e coordenação dos cursos.

Em 2013 foram oferecidos nove cursos técnicos subsequentes a distância em quinze polos de apoio presencial e também o curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, modalidade EaD, sediado no *Campus* Porto Nacional.

Tendo em vista o compromisso em assumir seu papel institucional, o *Campus* Dianópolis vem concretizando ações voltadas para a sua infraestrutura, iniciou-se nos anos de 2012 e 2013 a construção de 2(dois) blocos de salas de aula, em 2013 foi iniciada a construção de 1(um) auditório como também a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento de Link de Internet, buscando assim proporcionar meios capazes de atingir os objetivos de cunho pedagógico e social proposto pela organização.

Tabela dos cursos a distância do IFTO, vigentes em 2013

TURMAS QUE INICIARAM EM 2011/2

Município/ polo	Curso
Araguacema	Informática Agroecologia Marketing
Araguatins	Informática Agroecologia Secretariado
Tocantinópolis	Informática Agroecologia Secretariado Marketing
Palmas	Agroecologia Marketing
Cristalândia	Informática Agroecologia

	Secretariado
Guaraí	Informática Agroecologia Secretariado

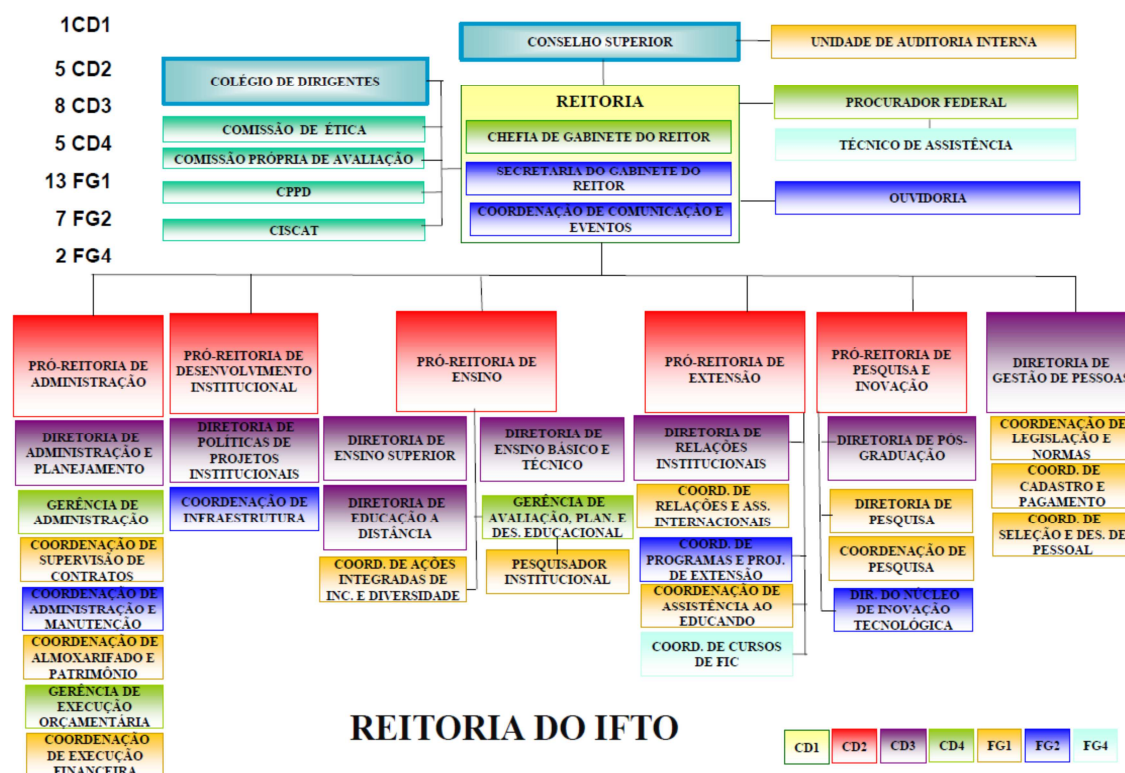
TURMAS QUE INICIARAM EM 2012/2

Município/ polo	Curso
Alvorada	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	Técnico em Serviços Públicos
	Técnico em Controle Ambiental
Pedro Afonso	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Serviços Públicos
	Técnico em Meio Ambiente
Natividade	Técnico em Segurança do Trabalho
Gurupi	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	Técnico em Segurança do Trabalho
Dianópolis	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	Técnico em Meio Ambiente
Colinas	Técnico em Serviços Públicos
	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	Técnico em Controle Ambiental
Taguatinga	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Meio Ambiente
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
Porto Nacional	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Serviços Públicos
Paraíso do Tocantins	Técnico em Segurança do Trabalho
	Técnico em Serviços Públicos

Câmpus ao qual os cursos estão vinculados:	Curso
Palmas	Técnico em Agroecologia
	Técnico em Informática para Internet
	Técnico em Marketing
	Técnico em Secretariado
	Técnico em Controle Ambiental
	Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	Técnico em Segurança do Trabalho
Paraíso	Técnico em Meio Ambiente
	Técnico em Serviços Públicos
Porto Nacional	Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Docência na Educação

*Dados baseados no relatório Estudantes em Curso, emitido pelo Pesquisador Institucional/IFTO, em 30/01/2014, elaborado a partir de dados preenchidos no Sistec, em dezembro/2013.

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL



Os organogramas dos campi se encontram no Anexo C deste Relatório de Gestão.

1.4. MACRO PROCESSOS FINALÍSTICOS DO IFTO

Ofertar educação básica e tecnológica em todos os níveis e modalidades;

Desenvolver a educação profissional e tecnológica;

Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e superior;
 Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino;
 Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
 Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

1.5. MACRO PROCESSOS DE APOIO IFTO

MACROPROCESSO DE APOIO	PRINCIPAIS PROCESSOS
Conselho Superior	O Conselho Superior, de caráter consultivo e deliberativo, é o órgão máximo do IFTO, ao qual compete às decisões para execução da política geral, regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto do IFTO e este regimento.
Colégio de Dirigentes	De caráter consultivo, é órgão de apoio ao processo decisório da Reitoria, regulamentado pela lei vigente e em conformidade com o estabelecido pelo Estatuto do IFTO e este regimento.
Comissão de Ética	É encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público. Compete conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura, incumbindo-se de fornecer, aos organismos encarregados da execução do quadro de carreira dos servidores, os registros sobre sua conduta ética, para o efeito de instruir e fundamentar promoções e para todos os demais procedimentos próprios da carreira do servidor público, em conformidade com a legislação vigente.
Comissão própria de avaliação	Tem como atribuições a condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obedecidas as diretrizes normatizadas pela lei vigente.
Auditoria Interna	Órgão de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, de acordo com suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação pertinente.

Gabinete do Reitor	É o órgão responsável por organizar, assistir, coordenar e fomentar as ações administrativas da Reitoria.
Ouvidoria	A Ouvidoria será exercida por um Ouvidor nomeado pelo Reitor, como um serviço disponibilizado pelo IFTO, com a finalidade de dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados pela Instituição.
Procuradoria Federal	A Procuradoria Federal junto ao IFTO é o órgão de execução da Procuradoria-Geral Federal, vinculado à Advocacia Geral da União, na qual compete exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico ao IFTO, bem como outras atribuições conferidas pela legislação pertinente, nos termos da Lei 10.480/2002.
Pró-reitoria de Administração	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de administração, planejamento, gestão orçamentária, financeira e patrimonial do IFTO.
Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e as políticas de desenvolvimento, de tecnologias da informação, de infraestrutura, planejamento estratégico e a articulação entre as Pró-reitorias e os campi.
Pró-reitoria de Ensino	Planejar, desenvolver, controlar e avaliar a execução das políticas de ensino homologadas pelo Conselho Superior e, a partir de orientações do Reitor e em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação, promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os campi.
Pró-reitoria de Extensão	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de extensão e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto aos diversos segmentos sociais.
Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação	Planeja, superintende, coordena, fomenta e acompanha as atividades e políticas de pesquisa, inovação e pós-graduação, integrada ao ensino e à extensão, bem como promove ações de intercâmbio com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência, tecnologia e inovação tecnológica.
Diretoria de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar, executar e avaliar a política de desenvolvimento de gestão de pessoas do IFTO, competindo-lhe supervisionar, controlar e acompanhar as atividades na área de administração de pessoal e capacitação de recursos humanos, além de assessorar o Reitor e Diretores-gerais dos campi.
Campi	Os <i>campi</i> do IFTO são administrados por Diretores-gerais e suas normas de funcionamento, instâncias

	deliberativa, consultivas, administrativas e acadêmicas são estabelecidas por seus respectivos regimentos internos, obedecendo às regulamentações do IFTO.
--	--

Fonte: Regimento Geral IFTO

1.6. PRINCIPAIS PARCEIROS

Parceiros Internacionais:

Université SORBONNE Nouvelle Paris 3, Universidade de Aveiro/Portugal. Universidade Beira Interior/Portugal. Universidade de Sorbonne /França e EARTH- Escuela de Agricultura de la Región Tropical Humeda- Costa Rica.

Parceiros Federais:

Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Cultura, Ministério da Pesca e Aquicultura, Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Exército Brasileiro, OCB, INCRA, SENAR, SEBRAE, SESCOOP, UFT; Universidade Federal de Santa Maria –RS (UFSM), EMBRAPA; DENIT, ELETROBRAS/ ELETRONORTE; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA, Tribunal Regional Eleitoral;

Parceiros Estaduais:

Secretaria Estadual de Educação, Secretaria da Fazenda, SEAGRO, SENAR-TO, SEBRAE-TO, SESCOOP-TO, Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, Corpo de Bombeiros Militar, Defensoria Pública, EMBRAPA PESCA, FULBRA, NATURATINS; RURALTINS; Secretaria Estadual da Saúde; UNITINS;

Parceiros Municipais:

Prefeituras Municipais de Palmas, Araguaína, Araguatins, Gurupi, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins Dianópolis, Secretarias Municipais de Educação, Empresas Privadas oferecem estágios curriculares aos nossos estudantes.

2. PARTE A, ITEM 2, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

2.1.PLANEJAMENTO DA UNIDADE

No que tange aos planos estratégico, tático e operacional ainda não temos um consolidado, porém o IFTO já designou servidores para constituírem uma comissão responsável para elaboração do novo Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015 – 2019), de acordo com a portaria nº 739/2013 Reitoria/IFTO, de 19 de dezembro de 2013. O PDI definirá as diretrizes para a instituição nos próximos 04 anos, bem como o Planejamento Estratégico e o Plano de Metas. Porém o que estamos utilizando como plano de metas e ações para os anos de 2010 a 2014 é o PDI que ainda está vigente até o final de 2014, sendo este documento aprovado pelo Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e o Acordo de Metas e Compromissos celebrado entre o Ministério da Educação e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

O PDI sistematiza os objetivos, as ações e as metas para proporcionar a oferta do ensino básico, tecnológico e profissional do Instituto Federal do Tocantins - nos exercícios de 2010 a 2014, juntamente com o Acordo de Metas e Compromissos, em cumprimento aos ditames da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Abaixo está relacionado a vinculação do plano da unidade (PDI), o Acordo de Metas e os planos do PPA (planejamento plurianual).

Vinculação do PDI e Plano de Metas com o PPA do Governo Federal	
Programa/Objetivos/Metas/Iniciativas PPA 2012-2015	Programa/Objetivos/Metas/Iniciativas PDI 2010-2014 e Plano de Metas
Programa: 2031 – Educação Profissional e Tecnológica	Programa 2031 - Educação Profissional e Tecnológica
Objetivo: 0582 – Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda	Objetivo: Democratizar o acesso e a permanência nos processos formativos implica na ampliação de oferta, na necessidade de reduzir taxa de evasão, na ocupação de vagas ociosas, e sua ocupação em todos os turnos, especialmente no período noturno.

e das pessoas com deficiência.	
Metas 2012-2015 – Ampliar o investimento público em educação em termos percentuais do Produto Interno Bruto do país de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Ampliar o investimento na construção de salas de aulas, laboratórios, biblioteca, auditório. Construção do campus em Colinas do TO.
Elevar a relação aluno/professor nos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica, em consonância com o PNE 2011-2020.	Celebrado Acordo de metas e compromisso entre o MEC e o IFTO, no qual estabelece uma meta de alcance de 20 alunos matriculados por professor.
Elevar o número de escolas na rede federal de educação profissional e tecnológica para 622; Elevar o número de matrículas da educação profissional e tecnológica; Elevar o número de matrículas da educação profissional técnica de nível médio.	Foi ofertado no IFTO, no primeiro semestre de 2013, o total de 2.630 vagas, distribuídas em 240 (9,12%) vagas no <i>Campus</i> Araguaína, 445 vagas (16,92%) no <i>Campus</i> Araguatins, 150 (5,7%) vagas no <i>Campus</i> Dianópolis, 210 (7,98%) vagas no <i>Campus</i> Gurupi, 905 (34,41%) vagas no <i>Campus</i> Palmas, 380 (14,44%) vagas no <i>Campus</i> Paraíso do Tocantins e 300 (11,40%) vagas no <i>Campus</i> Porto Nacional.
Oferecer 8 milhões de vagas para a educação profissional e tecnológica, com a concessão de 4 milhões de bolsas a estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos, trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda.	Aumentar o número de vagas para 11.840 até 2014, sendo 1.735 vagas para o curso técnico de nível médio subsequente; 3.440 vagas para curso técnico de nível médio integrado; 1.230 vagas para curso técnico de nível médio Proeja; 2.940 para curso de licenciatura e 2.495 vagas para curso superior de tecnologia, engenharia e saúde. Regulamentação da política do programa de assistência estudantil no âmbito do IFTO.
Iniciativas – 02A0 – Expansão e reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para ampliação de acesso, interiorização e diversificação da oferta, com condições de funcionamento, acessibilidade e permanência do estudante, considerando a otimização da capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos e assegurando condições de inclusão e equidade.	Criação de novos campi, reformas e ampliação dos campi já existentes, abrangência da EAD em novos municípios e criação de novos cursos, execução do PRONATEC e Programa Mulheres Mil.
029Z – Ampliação da oferta de vagas em cursos de formação profissional a distância nas redes de educação profissional e tecnológica.	O IFTO é habilitado para atuar nas duas frentes, na modalidade à distância, propostas pelo MEC e atualmente tem seu foco maior no Programa e-Tec. O IFTO, por meio de seu Departamento de Educação a Distância, apresentou quatro projetos de cursos técnicos subsequentes à distância para o período de 2009 a 2010: Técnico em Marketing, Técnico em Agroecologia, Técnico em Informática para Internet e Técnico em Secretariado, com um número total de 900 vagas. Pretende-se implantar, no período de 2010 a 2014, mais três pólos e mais seis cursos técnicos subsequentes. A proposta de expansão da Diretoria de Educação a Distância do Instituto prevê, também, a implantação de dois cursos de licenciatura iniciando no segundo semestre de 2014.

02A5 – Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.	Assistência Estudantil: compreende as ações de gestão de políticas incentivadoras a Cursos de Formação Inicial ou Qualificação Profissional; Auxílio transporte, alimentação, moradia, material didático, uniforme, assistência médica, assistência odontológica, dentre outros; programa Bolsa Formação. Mulheres Mil: estimativa de capacitação de 500 mulheres anuais. Pronatec: Expectativa de pactuação de 80 cursos anuais.
02A2 – Fomento à expansão e ao desenvolvimento das redes de educação profissional e tecnológica, ao desenvolvimento de tecnologias educacionais, à modernização do processo didático-pedagógico, à elaboração e desenvolvimento de material didático, incluindo capacitação de docentes e técnicos administrativos, concessão de bolsas e cooperação internacional, além de apoio a pesquisa, inovação e extensão.	Programa de Relações Internacionais: compreendem ações de intercâmbio, acordos de cooperação internacional e celebração de convênios como um instrumento para a melhoria do ensino, da pesquisa e da extensão. A concessão de bolsas aos docentes que buscam a qualificação em instituições de outras regiões do país e do exterior; flexibilizar a qualificação docente durante o estágio probatório, respeitada a autonomia das instituições. O IFTO tem buscado meios para efetivação de parceria de MINTER E DINTER, com os seguintes Mestrados e Doutorados Interinstitucionais: Programa de Pós-Graduação em Linguística – PROLING da Universidade Federal da Paraíba – CCHLA; - Programa de Pós-Graduação em Educação – CE/Universidade Federal de Santa Maria; - Programa de Pós-Graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Campina Grande – CEEI/COPELE; - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas/Universidade Federal do Tocantins-UFT; - Programa de Pós-Graduação em Modelagem Computacional de Sistemas/ Universidade Federal do Tocantins-UFT; - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas – Unisinos; - Programa de Pós-Graduação em Educação/ PPGEdu – Unisinos.

Objetivo 0588 – Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação de escolaridade e realizar processos de reconhecimento de saberes e certificação profissional.	Objetivos: Ministrando educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos; Ministrando cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização, nas áreas da educação profissional e tecnológica.
Metas 2012-2015 – Ampliar a oferta de cursos de profissionalização articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social, atendendo a 100 mil mulheres.	Mulheres Mil: estimativa de capacitação de 500 mulheres anuais.
Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em formação inicial e continuada e técnica de nível médio.	Implantar programa de reconhecimento de saberes não formais para fins de certificação e acreditação profissional.
Elevar o percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, de forma a alcançar a meta do PNE 2011-2020.	Oferecer 1.230 vagas em cursos PROEJA pelos <i>campi</i> do IFTO, das quais representam 10,39% do total de vagas propostas para o período de 2010-2014.
Iniciativas - 02B3 – Ampliação da oferta de cursos de formação inicial, continuada e técnica de nível médio articulada com educação de jovens e adultos (EJA), de ensino fundamental e médio, e do acesso do trabalhador a processo de reconhecimento de saberes, nas redes de educação profissional e tecnológica, possibilitando, inclusive, recorte étnico-racial e de gênero e atendimento de públicos específicos, inclusive com ações de fomento e apoio com vistas à reestruturação didático-pedagógica, produção de material didático, capacitação de docentes e permanência de estudantes.	Programa PROEJA.

Fonte: PPA (2012-2015), PDI (2010-2014) e Acorde de Metas.

2.2.PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.2.1. PROGRAMA TEMÁTICO NÃO SE APLICA A ESTA UJ.

2.2.2. OBJETIVOS NÃO SE APLICA A ESTA UJ.

2.2.3. AÇÕES

2.2.3.1. Ações OFSS NÃO SE APLICA A ESTA UJ.

2.2.3.2. Ações e Subtítulos

INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UJ

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins aferiu no Exercício de 2013, uma Dotação Inicial de R\$ 108.138.449,00 (milhões), sendo contemplado posteriormente com créditos adicionais no valor de R\$ 24.167.421,00 (milhões), resultando uma dotação total de R\$ 132.305.870,00 (milhões), a qual dispunha de 04(quatro) Programas, que estão discriminados abaixo:

➤ 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS DA UNIÃO

- AÇÃO: 0089-0181- Programa de Aposentadoria e Pensões- Servidores Civis.

Este Programa é composto por uma ação a 0181, correspondente ao valor de 404.300,00 (quatrocentos e quatro mil e trezentos reais), com percentual de 0,37% do total do Orçamento originário,

➤ 2030 - EDUCAÇÃO BÁSICA

- AÇÃO: 2030-20RJ– Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Programa composto por apenas uma ação a 20RJ, perfazendo um total de R\$ 516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais) correspondente 0,48% do Orçamento do IFTO.

➤ 2031- EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

- AÇÃO: 2031-20RG- Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
- AÇÃO: 231-20RL- Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica.
- AÇÃO: 2031-2994 – Assistência Educando da Educação Profissional e Tecnológica
- AÇÃO: 2031-6358- Capacitação de Recursos Humanos de Educação Profissional e Tecnológica
- AÇÃO: 2031-6380- Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica (Programa Mulheres Mil)

Programa de maior importância para o IFTO que teve um aporte considerável de dotação orçamentária, tendo 05(cinco) ações desenvolvidas. Salientamos que o montante contemplado para este Programa foi de R\$ 50.068.338,00 (cinquenta milhões sessenta e oito mil e trezentos e trinta e oito reais), o que corresponde a 46,30% do orçamento originário do Instituto.

➤ 2109 - PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

- AÇÃO: 2109-00MO-Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino.
- AÇÃO: 2109-09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.
- AÇÃO: 2109-2004- Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes.
- AÇÃO: 2109-2010- Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares.
- AÇÃO: 2009-2011- Auxílio- Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares.
- AÇÃO: 2009-2012 – Auxílio- Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.
- AÇÃO: 2009- 20TP Pagamento de Pessoal Ativo da União.
- AÇÃO: 2109-4572- Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Programa executado pelo IFTO, composto de 08(oito) ações, totalizando um orçamento de R\$ 57.149.811,00 (cinquenta e sete milhões cento e quarenta e nove mil e oitocentos e onze reais), correspondendo a 52,85% da Dotação orçamentária.

Esses programas garantem a oferta da Educação Profissional e Tecnológica a todos os interessados, o pagamento de benefícios previdenciários aos inativos e pensionistas, o pagamento de benefícios aos servidores ativos e a execução de metas traçadas pela Secretaria de Educação Tecnológica – SETEC, todos no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Tocantins.

Quadro 2: Ação / Subtítulos – OFSS

Identificação da Ação							
Código	00M0		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Contribuição a Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	50.513,00	50.513,00	50.513,00	50.513,00	50.513,00	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:
Ação 00M0 – Contribuição a Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino -

Tem seus recursos alocados exclusivamente para pagamento da anuidade, com isso não houve problemas na sua execução. Da sua dotação inicial não houve contingenciamento nem suplementação e todo valor disponibilizado foi empenhado, liquidado e pago.

Identificação da Ação							
Código	0181		Tipo: Operação Especial				
Descrição	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis						
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União				Código: 0089 Tipo: Gestão		
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	404.300,00	487.172,00	372.788,27	372.788,27	372.788,27	0,00	0,00

Análise Crítica:

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadoria e Pensões – Servidores Civis, tem a premissa de garantir aos beneficiários o pagamento de sua aposentadoria e pensões legalmente determinado aos servidores inativos da união e seus pensionistas e dependentes, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio. As aposentadorias são concedidas por força de disposição legal (Compulsória) e a pedido do interessado (voluntaria), de acordo com disposições legais. A pensão decorrente de morte de servidor em atividade de acordo com os artigos 215 e 216 da Lei 8.112/90 ou em caso de separação. É importante ressaltar que não ocorreu

contingenciamento de recursos nesta ação, pois a dotação inicial prevista houve uma suplementação de aproximadamente 20,50%, colaborando positivamente para o atendimento da ação proposta. Não ocorreu inscrição de valores em restos a pagar tendo em vista se tratar de despesas com pessoal e que toda despesa empenhada foi liquidada e paga.

Identificação da Ação							
Código	09HBTipo: Operação Especial						
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da EducaçãoCódigo: 2109Tipo:						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0001	8.666.645,00	11.064.279,00	10.997.680,06	10.980.743,54	10.980.743,54	0,00	16.936,52

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - O orçamento foi cumprido na íntegra e executado em conformidade com a legislação pertinente em vigor. Houve suplementação de aproximadamente 27,67% da sua dotação inicial em virtude das novas contratações de pessoal, objeto de concurso público, como também dos reajustes salariais. Foi dado provimento para cargos de professor do ensino básico técnico e tecnológico e para cargos da carreira de técnico administrativo em educação, conforme editais de homologação vigentes, embora tal ação tenha sido executada exclusivamente pela reitoria por se tratar de despesas com pessoal, a mesma foi executada com eficiência tendo em vista que 99,24% da sua dotação final foram executados e todos os servidores foram assegurados pelo regime de previdência, através das contribuições descontadas bem como dos demais repasses patronais efetivados pelo IFTO. O saldo dos valores não processados em restos a pagar não foi utilizado e será objeto de cancelamento.

Identificação da Ação									
Código	2004			Tipo: Atividade					
Descrição	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:								
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins								
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria								
Lei Orçamentária Anual - 2013									
Execução Orçamentária e Financeira									

Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	1.289.684,00	1.750.284,00	1.596.482,75	1.596.482,75	1.596.482,75	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			Realizado
				Previsto	Reprogramado (*)		
0017	Pessoa beneficiada		Unidade	1032	1511		1511

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes – Esta ação compreende o custeio da assistência à saúde suplementar do servidor, através do ressarcimento per capita e da oferta dos exames periódicos. Os exames periódicos estão fundamentados no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009. Conforme a Portaria Normativa SRH nº 03, de 30 de julho de 2009, os órgãos/entidades públicas federais são responsáveis pela organização dos exames periódicos de seus servidores. A assistência à saúde suplementar é um auxílio de caráter indenizatório, realizado mediante ressarcimento e está fundamentada no art. 230 da Lei 8.112/90 e Portaria Normativa SRH/MP nº1, de 27 de Dezembro de 2007. Em 2013 foram atendidos 1511 servidores.

Identificação da Ação							
Código	2010		Tipo: Atividade				
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	156.000,00	188.800,00	186.248,44	186.248,44	186.248,44	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Criança Atendida			Unidade	197	204	204

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares - Foi efetivada por meio de solicitação do servidor com os documentos legais necessários, que é pago até a criança completar seis anos de idade e tem por objetivo oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições de atendimento aos seus dependentes no que tange a educação. Em 2013 houve um aumento de 3,55% entre a meta física prevista e a realizada para o

exercício, a diferença ocorreu em razão do concurso público realizado e das admissões que aconteceram em razão de abertura de novo campus do IFTO. Com as admissões realizadas consequentemente houve aumento no número de servidores que fazem jus aos benefícios com isso houve também uma suplementação da dotação inicial. Não ocorreram problemas na execução desta ação.

Identificação da Ação							
Código	2011		Tipo: Atividade				
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	447.156,00	579.534,00	572.593,77	572.593,77	572.593,77	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Pessoa beneficiada			Unidade	207	246	246

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares, de natureza jurídica indenizatória, é destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo, nos limites da legislação atinente à matéria. O benefício é pago mediante apresentação de formulário próprio acompanhado pelo comprovante de residência, que responsabiliza o servidor pelas informações prestadas. O valor do referido auxílio é calculado pelo SIAPE, levando-se em consideração o vencimento básico de cada servidor e a despesa de transporte entre residência trabalho e vice-versa. A execução da meta física realizada em 2013 abrangeu 246 servidores e não houve problemas na execução desta ação.

Identificação da Ação									
Código	2012			Tipo: Atividade					
Descrição	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:								
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins								
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria								
Lei Orçamentária Anual - 2013									

Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	2.880.000,00	4.284.000,00	4.189.641,83	4.189.641,83	4.189.641,83	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0017	Pessoa beneficiada		Unidade	789	885	885	

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares – sua meta física prevista foi superada em 12,17%. A diferença a maior se deu em decorrência do aumento do valor do benefício ocorrido em janeiro de 2013 e das várias admissões em razão do provimento de cargos ofertados através de concurso público e admissões ocorridas para implantação de uma nova unidade.

Identificação da Ação							
Código	20RG Tipo: Atividade						
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica				Código: 2031 Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	9.874.566,00	9.874.566,00	9.874.566,00	1.427.767,50	696.620,00	731.147,50	8.446.798,50
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta			Unidade de medida	Previsto	Montante Reprogramado (*)	Realizado
0017	Vaga disponibilizada			Unidade	13000	4500	5148
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em	Valor	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada	
0017	7.192.249,21	1.474.583,64	0,00	Vaga disponibilizada	Unidade	398	

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 20RG – Expansão e Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - Como podemos verificar nos dados acima, a meta reprogramada foi superada em

14,4%, porém se comparado ao previsto inicialmente, 13000, que era uma meta significativamente alta, ficamos ainda que distantes de cumpri-la. Para fins de aferição da meta inicial de 13mil, considerou-se além da implantação e expansão de alguns *campus*, a implantação das Unidades de Educação Profissional – UEP e expansão da oferta de Educação a Distância e de programas como Pronatec e Mulheres Mil.

Como o indicador da ação é “vaga disponibilizada”, para aferir os dados, comparamos a oferta de vagas de 2013 com a de 2012, a diferença foi considerada como a expansão. A obtenção desse valor foi relativamente fácil, uma vez que cada tipo de curso possui uma área responsável. Os *campus* forneceram os dados referente a expansão da oferta de cursos presenciais, a Diretoria de Educação a Distância referente aos cursos EaD, a Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação dados referente a pós-graduações e a Pró-reitoria de Extensão os dados referente aos programas Pronatec e Mulheres Mil.

Alguns fatores contribuíram para o cumprimento, como a oferta de 1900 vagas pelo EaD, a expansão de alguns *campus*, e a abertura de 160 vagas do *campus* Dianópolis previsto para 2012 e, que já era uma meta prevista para o exercício anterior, que acabou sendo realizada em 2013. Já outros fatores, como atrasos em algumas obras, principalmente do *campus* de Colinas do Tocantins, e demora na implantação de alguns *campus* avançados, principalmente por falta de oferta de estrutura por parte das prefeituras onde as unidades estão previstas, e ainda a expansão abaixo do esperado da oferta de cursos EaD, fizeram com que o resultado ficasse ainda pouco abaixo do previsto inicialmente, porém ainda superando a meta reprogramada.

Fica como expectativa para o próximo exercício, 2014, a conclusão a construção de blocos de sala de aula em Colinas do Tocantins, a implantação das UEP's, cujas áreas estão sendo negociadas com as prefeituras, as expansões de alguns *campus*, como o de Dianópolis, e também a expansão das ofertas de cursos EaD, Pronatec e outros programas, como o mulheres mil.

O valor registrado em restos a pagar não processados se deve ao fato de que algumas despesas com investimentos realizadas nesta ação por se tratar de obras e instalações são em sua maioria licitada no segundo semestre, especificamente no final do ano, gerando assim um montante considerável registrado nesta conta, se comparado com o que foi executado.

Identificação da Ação	
Código	20RJ Tipo: Atividade
Descrição	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais,
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	516.000,00	516.000,00	171.863,00	13.785,12	0,00	13.785,12	158.077,88
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0017	Pessoa beneficiada		Unidade	700	100	100	

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 20RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica – O uso desse recurso foi para a oferta de cursos de formação continuada. O Curso destinado foi de Pós-graduação *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA, na modalidade à distância, aprovado pelo CONSUP, através da Resolução nº 28/2013/CONSUP/IFTO, ofertado no *Campus* Gurupi com a disponibilização de 100 vagas. Sobre o recurso financeiro alocado na Matriz Orçamentária de 2013, no valor de R\$ 516.000,00 (quinhentos e dezesseis mil reais) foi descentralizado para esse curso o valor de R\$ 171.863,00 (cento e setenta e um mil e oitocentos e sessenta e três reais), atendendo as orientações da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), através dos ofícios: Ofício Circular nº 103/2013 – DPEPT/SETEC/MEC de 21/11/2012; Ofício Circular nº 005/2013 – DPEPT/SETEC/MEC de 10/01/2013 e Ofício Circular nº 015/2013 – DPEPT/SETEC/MEC de 11/03/2013.

Identificação da Ação							
Código	20RL		Tipo: Atividade				
Descrição	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	35.096.605,00	37.291.874,00	35.908.184,43	21.737.241,03	17.500.215,39	4.443.087,36	14.170.943,40
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Aluno matriculado			Unidade	8500	10468	10684
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em	Valor	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada
0017	9.866.995,60	7.422.880,26	-283.091,99	Aluno matriculado	Unidade	10684

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 20RL – Funcionamento das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica – Tem em sua meta prevista 8.500 alunos matriculados e que foi superada em 25,69%, totalizando ao final do exercício 10.684 alunos matriculados. Não houve problema na execução que compromettesse as ações estimadas pela meta. Entre os fatores que contribuíram para a superação da meta prevista estão à implantação do *campus* Dianópolis e a criação de mais um Polo de Educação a Distância, perfazendo o total de 16 polos fazendo a oferta da Educação Profissional em quase todas as regiões do Estado.

Identificação da Ação							
Código	20TP		Tipo: Atividade				
Descrição	Pagamento de Pessoal Ativo da União						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	42.984.813,00	60.342.213,00	60.057.915,40	60.057.915,40	60.057.915,40	0,00	0,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União – Contempla o maior volume de recursos orçamentários e financeiros do IFTO, tendo em vista esta ação ser a responsável pelos pagamentos de contratação por tempo determinado, outros benefícios assistenciais, vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, outras despesas variáveis – pessoal civil, sentenças judiciais, despesas de exercícios anteriores, contribuições patronais e outros. Não houve problemas na sua execução, porém a sua dotação inicial foi suplementada em mais de 40,38%, isto em decorrência da reposição da força de trabalho, objeto de concurso público, como também dos reajustes salariais. Foi dado provimento para cargos de professor do ensino básico técnico e tecnológico e para cargos da carreira de técnico administrativo em educação, conforme editais de homologação vigentes. Da sua dotação final foram executados 99,53%, o mesmo sendo liquidado e pago no exercício.

Identificação da Ação							
Código	2994			Tipo: Atividade			
Descrição	Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica						
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica			Código: 2031 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	4.590.447,00	4.590.447,00	4.391.285,51	3.501.930,03	3.307.097,45	195.012,96	889.355,48
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Aluno assistido			Unidade	8000	8000	4101
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em	Valor	Valor	Descrição da Meta		Unidade de	Realizada
0017	313.000,25	274.757,18	-7.114,88	Aluno assistido		Unidade	1900

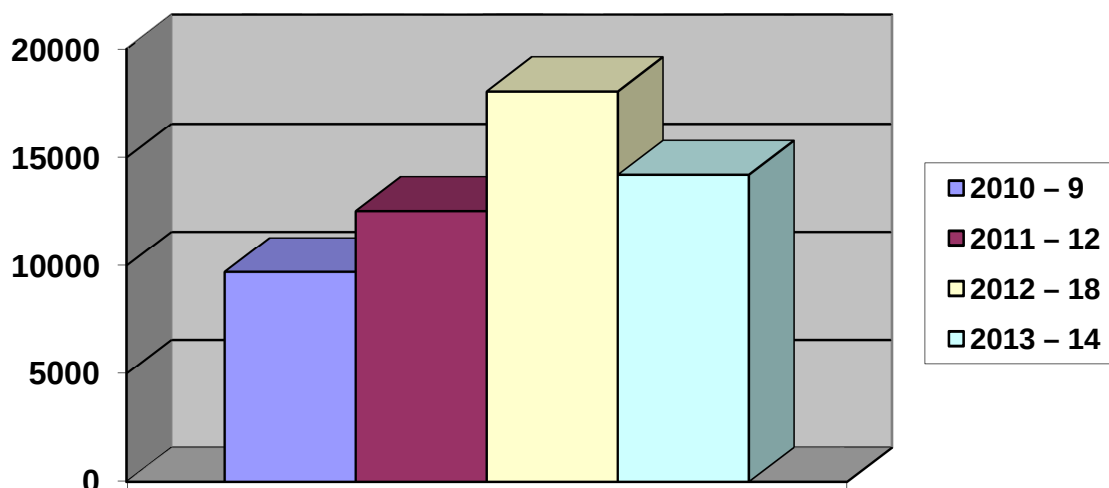
FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica – O Programa de Assistência Estudantil do IFTO é regulamentado pela Instrução Normativa nº 04 de 30 de junho de 2011. O recurso orçamentário é descentralizado e cada *campus* tem autonomia para implantar as ações que julgar mais relevantes para a região, pelo perfil socioeconômico de seus estudantes. O número de estudantes atendidos vem crescendo gradativamente e, aos poucos, o Programa vem se consolidando no âmbito do IFTO. O número de bolsas concedidas aos estudantes em 2010 foram 9.707; em 2011 foram 12.523; em 2012 foram 18.058 e em 2013 foram 33.119, percebendo-se aí um crescimento significativo, conforme mostra a tabela abaixo.

Bolsas de Assistência Estudantil

2010 = 9.707
 2011 = 12.523
 2012 = 18.058
 2013 = 33.119



O número de estudantes que recebem os auxílios pode variar, uma vez que algumas ações são concedidas cumulativamente.

Uma parte do recurso, que não foi utilizada para o pagamento de bolsas ou para o custeio do restaurante, foi utilizada para aquisição de cerca de 10 mil kits de material didático para os estudantes. A execução dos recursos em sua integralidade é limitada pela regulamentação do Programa e pela falta de uma equipe multidisciplinar nos campi, que venha contribuir para a execução e acompanhamento dos resultados apresentados no desenvolvimento intelectual dos discentes, objetivo do programa. Diante dos dados apresentados, conclui-se que o Programa de Assistência ao Estudante, diante de suas limitações, vem cumprindo seu papel dentro da Instituição, ciente de que pode melhorar. Como exemplo, a aprovação da revisão do Regulamento e a constituição da Equipe Multidisciplinar, necessária para a boa execução do programa.

Identificação da Ação							
Código	4572			Tipo: Atividade			
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e						
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:						
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	675.000,00	779.468,00	779.176,25	662.384,10	609.758,63	52.625,47	116.792,15
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Servidor capacitado			Unidade	350	350	268
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							

Nº do subtítulo/	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em	Valor	Valor	Descrição da Meta	Unidade de	Realizada
0017	4.421,46	4.421,46	0,00	Servidor capacitado	Unidade	1

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação – Analisando a execução orçamentária e financeira desta ação, verifica-se que teve uma suplementação de 15,47% em sua dotação inicial e que sua dotação final foi empenhada quase que integralmente. Das despesas empenhadas 78,26% foram liquidados e pagos, 6,75% foram liquidados e inscritos em restos a pagar processados e 14,99% inscritos em restos a pagar não processados. Para execução física desta ação foram previsto e reprogramado a capacitação de 350 servidores, no entanto só capacitamos 268 servidores o que corresponde a 76,57% da meta prevista. O recurso inscrito em restos a pagar não processados – exercícios anteriores no valor de R\$ 4.421,46 foi executado em 2013 e teve como meta física realizada a capacitação de 1 (um) servidor no final do exercício de 2012. A importância desta ação é traduzida na necessidade de aperfeiçoamento de nossos servidores a fim de se alcançar uma crescente melhoria na qualidade dos serviços prestados. Os recursos alocados nesta ação tiveram como objetivo a instrumentalização e a atualização nos métodos de trabalho e o aprimoramento das atividades executadas pelos servidores, tendo como base a meta física prevista. Na área da educação as capacitações se desenvolveram de diversas formas como: Participações em cursos de mestrados, pós-graduação, seminários, e outros. Na área administrativa ocorreram participações em cursos nas áreas de compras e licitações, fiscalização de contratos, contabilidade pública, financeira, gestão de processos, cerimonial e outros. O impacto dos resultados alcançados na consecução dos objetivos contribuirá para melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados pelo IFTO.

Identificação da Ação							
Código	6358		Tipo: Atividade				
Descrição	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica						
Objetivo	Ofertar vagas de educação profissional para jovens e adultos articulada com a elevação						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	6.720,00	6.720,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Execução Física da Ação - Metas							

Nº do subtítulo/	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante		
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado
0017	Pessoa capacitada	Unidade	5	5	0

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica –

Esta ação previa a capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No entanto não houve execução desta ação em 2013, consideramos também que para a Instituição não houve prejuízo levando em conta o baixo valor da dotação inicial desta ação e que os servidores foram capacitados utilizando recursos de outras ações.

Identificação da Ação							
Código	6380		Tipo: Atividade				
Descrição	Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais,						
Programa	Educação Profissional e Tecnológica		Código: 2031 Tipo: Temático				
Unidade Orçamentária	26424 - Instituto Federal do Tocantins						
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria						
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não
0017	500.000,00	500.000,00	438.880,89	308.930,89	295.008,00	13.922,89	129.950,00

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 6380 – Apoio a Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Mulheres Mil é um programa do Governo Federal e faz parte das ações do programa Brasil Sem Miséria, articulado com a meta de erradicação da pobreza extrema. O Projeto foi implantado em 2007 em parceria com “Colleges Canadenses” em um projeto piloto em 13 estados, entre eles o Tocantins com o projeto “Construindo a cidadania através da arte”, no Distrito de Taquarussu, em Palmas. Posteriormente o Programa foi instituído pela Portaria do MEC Nº. 1.015, de 21 de julho de 2011. Até o final de 2013, o programa foi executado por profissionais voluntários.

Em 2013, foi executado em cinco *campi* Araguatins, Dianópolis, Gurupi, Palmas e Porto Nacional. O programa previa a capacitação de 500 mulheres, foram realizadas 580 matrículas sendo que 434 concluíram o curso.

Tabela 1 – Cursos por campi matrículas por campi em 2013

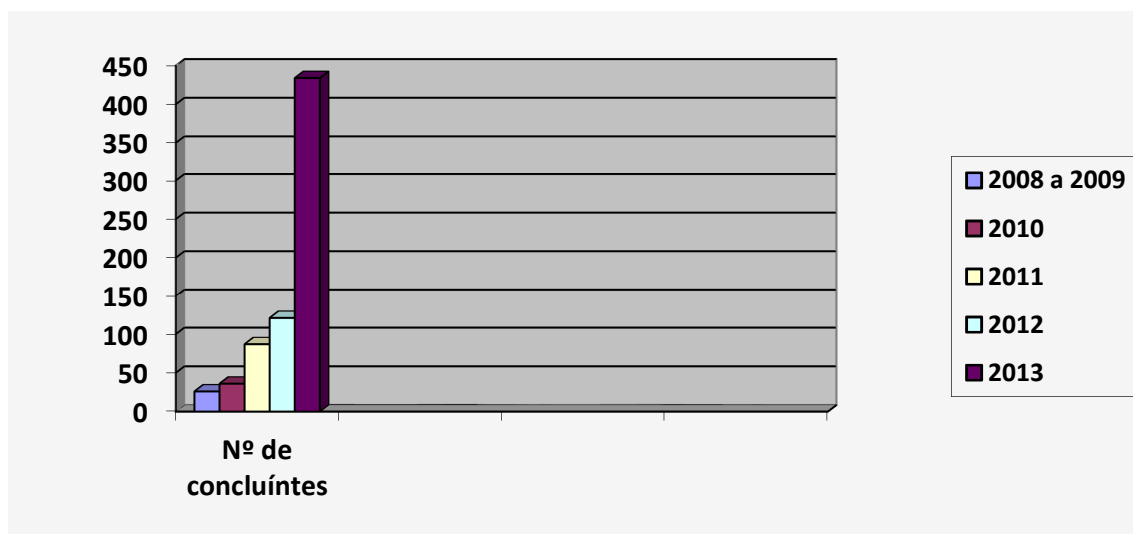
Campus	Curso	Nº	Nº concl
Araguatins	Gestão de Resíduos Sólidos	200	178
Dianópolis	Olericultura	31	27
Gurupi	Auxiliar Administrativo	108	88
Palmas	Espaço doméstico	135	49
Porto	Informática para Espaço Doméstico e do Trabalho	106	92
Total geral		580	434

Do recurso financeiro disponibilizado para a execução do programa, 65% foi para despesas com assistência estudantil e 30% para aquisição de material permanente, assim, foi adquirido o mobiliário para o escritório de acesso, permanência e êxito do programa para todos os sete *campi* do IFTO composto de: mesa em L; mesa de reunião, armários; poltronas giratórias; poltronas fixas; sofás; projetor e estabilizador.

Tabela 2 – matrículas e concluintes por ano

Ano	Nº matrículas	Nº concluintes
2008 a 2009	46	26
2010	46	36
2011	100	87
2012	168	121
2013	580	434
Total geral	940	704

Gráfico 1 – resultados



Como se percebe, em 2013 houve um crescimento considerável em relação aos outros anos, o que nos faz acreditar que os resultados alcançaram os objetivos esperados.

2.2.3.3. Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar não Processados – OFSS

Quadro 3: Quadro A.2.2.3.3 – Ações não Previstas LOA 2013 - Restos a Pagar - OFSS

Identificação da Ação					
Código	20CW		Tipo: Atividade		
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos				
Pograma	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo:				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
48.589,00	48.589,00	0,00	Servidor beneficiado	Unidade	270

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

A Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos estão fundamentados no artigo 206-A da Lei nº 8.112/90 e regulamentado pelo Decreto 6.856, de 25 de maio de 2009 e pela Portaria Normativa SRH nº 04, de 15 de setembro de 2009. Conforme a Portaria Normativa SRH nº 03, de 30 de julho de 2009, os órgãos/entidades públicas federais são responsáveis pela organização dos exames periódicos de seus servidores. No IFTO o processo se

deu através de licitação. Apesar de a licitação ter sido realizada cumprindo todos os requisitos exigidos no primeiro momento não houve interessados, sendo necessário ser republicada mais de uma vez. Um dos motivos de não haver interessados é o fato do IFTO ter uma estrutura multicampi, além das peculiaridades que o processo requer. Por esse motivo tivemos dificuldades, só sendo possível iniciar os trabalhos no segundo semestre de 2012.

Identificação da Ação					
Código	1H10Tipo: Projeto				
Título	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Pograma	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.850,73	0,00	-1.850,73	Unidade de ensino implantada	Unidade	0

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Identificação da Ação					
Código	2992Tipo: Atividade				
Título	Funcionamento da Educação Profissional				
Pograma	Desenvolvimento da Educação Profissional e TecnológicaCódigo: 1062Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim ()NãoCaso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
381.912,16	68.598,31	-130.783,82	Aluno matriculado	Unidade	10684

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 2992 – Funcionamento da Educação Profissional - Em busca do acompanhamento financeiro dessa ação, verificamos que seus recursos foram disponibilizados para Locação de Mão-de-Obra e Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica. Tivemos também nessa ação recursos de capital, envolvidos nos processos de implementação e expansão dos nossos Campi, como adequações físicas e aquisição de equipamentos. Vale lembrar que as principais despesas de manutenção do IFTO são provenientes dessa ação como: material de consumo, diárias, passagens,

auxílio financeiro a estudantes, indenizações e restituições e outros. O seu resultado contribuiu para o desempenho da atividade precípua da Instituição, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua da qualidade do ensino.

Identificação da Ação					
Código	2994Tipo: Atividade				
Título	Assistência ao Educando da Educação Profissional				
Iniciativa	02A5 - Promoção de condições de permanência e ampliação do acesso em instituições públicas e privadas, também por meio de vagas gratuitas e oferta de financiamento estudantil a alunos do ensino médio público, trabalhadores, populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, mulheres de baixa renda, pessoas com deficiência e beneficiários de programas sociais.				
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582				
Pograma	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim ()Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
5.733,55	0,00	-5.733,55	Aluno assistido	Unidade	0

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Identificação da Ação					
Código	6301		Tipo: Atividade		
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional				
Pograma	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
302.992,16	278.496,08	-231,57	Volume disponibilizado	Unidade	4323

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional - Para esta ação liquidamos no ano de 2013, referente a restos a pagar não processados o valor de R\$ 274.496,08. Tivemos a aquisição de acervo para os Campi de Araguaína, Araguatins, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, totalizando mais de 4.300 volumes adquiridos.

Identificação da Ação					
Código	8560		Tipo: Atividade		
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Pograma	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica Código: 1062 Tipo: Finalístico				
Unidade Orçamentária	26424 – Instituto Federal do Tocantins				
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
1.634.439,30	735.049,07	-896.072,83	Unidade reestruturada	Unidade	4

FONTE: SIAFI GERENCIAL/SIMEC

Análise crítica:

Ação 8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - No exercício de 2011 a meta para essa ação, unidade reestruturada, era de 4 unidades, sendo executada 5, equivalente a 125%. O valor registrado em Restos a Pagar Não Processados, que foram pagos somente no exercício de 2013, R\$ 735.049,07, foi destinado à reestruturação de 4 unidades, sendo aquisição de Acervo Bibliográfico para o Campus Araguatins, Construção (parcial) do Bloco 1A no Campus de Paraíso do Tocantins, Construção do Bloco com 12 Salas de Aulas (parcial) no Campus Araguaína e Construção (parcial) da Subestação Elétrica no Campus de Gurupi. Esse valor foi registrado em restos a pagar não processados, a priori, pelo fato de que algumas despesas com investimentos realizadas nesta ação se tratam de obras e instalações, e são em sua maioria licitadas no segundo semestre, especificamente no final do ano, gerando assim um montante considerável registrado nesta conta, se comparado com o que foi executado.

2.2.3.4. Ações – Orçamento de Investimento – OI NÃO HOUVE OCORRÊNCIA

2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS DADOS DA GESTÃO

Os principais resultados alcançados pela execução das ações planejadas pelo IFTO, durante o ano de 2013, por Pró-reitoria, foram:

Pró-reitoria	Resultados Alcançados
Ações da Pró-reitoria de Ensino	O IFTO ofertou em 2013 um total de 75 cursos divididos em: cursos técnicos (subsequente – presencial e a distância, integrado e Proeja); cursos superiores (licenciatura, tecnologia e bacharelado); e cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (presencial e a distância). Foi oferecido, portanto, um total de 5.545 vagas, distribuídas nos editais de todos os <i>campi</i> do IFTO; - Expansão do Programa de Educação Tutorial (PET); - Capacitação de 15 servidores para utilização do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica – SISTEC e de 12 servidores – Censo Escolar (Educacenso); - Criação do Regulamento dos Trabalhos de Conclusão de Cursos de Graduação Presenciais do IFTO – TCC; - Elaboração da Organização Didático-Pedagógica dos cursos técnicos a distância do IFTO; - Aprovação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, PIBID, Edital CAPES/Pibid 61/2013; - Realização dos estudos iniciais para compreensão, mobilização, divulgação e preparação, com vistas à participação do IFTO no Programa CAPES/PARFOR em 2014/2015; - Minutas do Regulamento de Mobilidade Estudantil do IFTO, e do Regulamento de Revalidação de Diplomas obtidos no exterior; - Finalização das atividades do Programa PRODOCÊNCIA/CAPES; - Realização do II Encontro do PIBID do IFTO, no <i>Campus</i> de Gurupi e do II Encontro dos Setores Pedagógicos do IFTO (Reitoria); - Elaboração de Edital junto à Comissão para seleção de candidatos para participar do Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores (PDPP) em Portugal – Edital 074/2013-CAPES/PDPP; - Realização da Oficina: Organização, Experiências e Avaliação na Oferta de Cursos de Graduação Presenciais da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, nos <i>campi</i> do IFTO; - Abertura e acompanhamento de processos abertos no sistema e-MEC para reconhecimento de onze cursos de graduação; - Abertura e acompanhamento de processo aberto no sistema e-MEC para

	autorização do curso CST de Gestão do Turismo (Campus Palmas);
Ações da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação	- Execução do Programa de Iniciação Científica (PIC): Publicação e execução de bolsas de iniciação científica fomentadas pela instituição e pelo CNPq. 1 (um) Edital para PIBIC, PIBITI e ICJ fomentados pelo IFTO; 1 (um) Edital para PIBIC e PIBITI fomentados pelo CNPq e; 1 (um) Edital do PIBICEM fomentado pelo CNPq; - Execução do Programa de Apoio ao Pesquisador (PAP): Execução do programa para fomento de Projetos de Pesquisa pelo Programa de Apoio à Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (PAP/IFTO). Em 2012 foram executadas duas modalidades no PAP, a saber: Bolsas para servidores com projetos de pesquisa aplicada em Arranjos Produtivos Locais através do Programa de Apoio à Pesquisa (PAP/APL) e concessão de Bolsas Produtividade em Pesquisa e Inovação (PAP/PQ), este último com taxa adicional de bancada para auxílio à pesquisa (Capital e custeio); - Organização e realização da 5ª Jornada de Iniciação Científica e Extensão do IFTO: Realização do evento para apresentação de trabalhos científicos de servidores e estudantes do IFTO e publicação dos artigos aprovados em anais eletrônicos, visando ampliar e fortalecer a pesquisa científica na instituição; - Estabelecer parcerias para realização de Mestrados e Doutorados Interinstitucionais (MINTER e DINTER): Ações planejadas e executadas com duas instituições: Departamento de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (Minter) e, Departamento de Ciências da Engenharia Ambiental da Universidade de São Paulo (Dinter); - Apoio a criação de cursos de pós-graduação lato sensu: Ações relativas aos cursos de pós-graduação lato-sensu realizadas tendo aprovado uma especialização em Docência da Educação Profissional e Tecnológica; - Realizar o I Workshop de pós-graduação do IFTO Todas as ações relativas ao I Workshop de Pós-graduação foram executadas com sucesso
Ações da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	- Ampliação da Infraestrutura dos Campi Dianópolis, Porto Nacional, Gurupi e Colinas. Modernização (Reforma, ainda em fase de conclusão) da Biblioteca do Campus Araguatins.

Ações Pró-reitoria de Administração	- Realização de reuniões durante o exercício de 2013, visando à uniformização de procedimentos administrativos. - Realizar parceria com a ESAF, visando à participação de servidores na Semana Orçamentária; - Implantação de programa Pró-Qualificar, visando fomentar a capacitação de servidores; - Realizar procedimento licitatório, visando contratação de Instituição para capacitação de servidores em nível de Mestrado e Doutorado; - Realização de procedimento licitatório para ampliação Biblioteca e Construção de Bloco de Salas de Aula – Campus Araguatins; - Realização de procedimento licitatório para Construção de Bloco de Salas de Aula – Campus Palmas; - Realização de procedimento licitatório para Construção de Ginásio Poliesportivo – Campus Porto Nacional; - Realização de procedimento licitatório para Construção de Bloco de Salas de Aula e Auditório – Campus Dianópolis; - Realização de procedimento licitatório para Construção de Bloco de Salas de Aula e Biblioteca – Campus Colinas do Tocantins; - Elaborar em conjunto com a Reitoria e Diretorias de <i>campi</i>, a proposta orçamentária anual; - Promover uma campanha de uso racional dos bens móveis e imóveis com vistas à economicidade dos recursos financeiros; - Tombamento e etiquetagem dos bens patrimoniais do IFTO. Aquisição visando ampliação de Acervo Bibliográfico em todas as Unidades do IFTO; - Aquisição de Mesas, Cadeiras/Poltronas, Armários, Carteiras Escolares, Bancadas para Laboratório e outros para todas as unidades do IFTO; - Implantação de serviço eficiente de manutenção de ar condicionado em todas as unidades do IFTO; - Aquisição de equipamentos nas áreas de Meio Ambiente, Construção Civil e Agroindústria, visando atender demanda de todas as unidades do IFTO; - Aquisição de computadores, visando ampliação e modernização dos laboratórios de informática e substituição de computadores dos setores administrativos e pedagógicos de todas as unidades do IFTO; - Implantação de Comunicação Visual, contemplando Placas de Identificação de Ambientes (Salas), Totens para identificação de setores, Totens para identificação dos campi/unidades e Outdoor para identificação do campus. Este serviço contempla demanda de todas as unidades do IFTO; - Aquisição de Kit Pedagógico Institucional, visando atender demanda do
---	--

	Programa PRONATEC e alunos regularmente matriculados. O Kit é composto por mochila, caderno, lápis, caneta, borracha, apontador, pen-drive, régua, material orientativo do aluno, squeeze e camiseta institucional; - Aquisição de veículos oficiais visando atender demanda de todas as unidades do IFTO, no procedimento licitatório contempla aquisição de 15 Caminhonetes traçadas, 09 Veículos Médios, 04 Micro-ônibus e 04 Ônibus rodoviários; - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza e conservação, visando atender a expansão e ampliação de todas as unidades do IFTO; - Aquisição de projetos multimídia e telas de projeção visando atender demandas de todas as unidades do IFTO; - Devido à alteração de legislação vigente ser faz necessária a contratação de empresa especializada no fornecimento passagens aéreas para todas as unidades do IFTO. - Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de regularização e licenciamento ambiental em todas as unidades do IFTO.
Ações Pró-reitoria de Extensão	- Programa de assistência ao educando: 18.915 bolsas pagas para aproximadamente 5.000 alunos; - Programa Mulheres MIL – capacitamos 434 mulheres; - Programa Bolsa Permanência – contemplamos 7 estudantes: 6 quilombolas e um indígena; - Projetos em APL desenvolvidos através do PBEX ; - O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC); - Convênios, Cooperações Técnicas e Parcerias com empresas públicas e privadas, nacionais e internacionais. Aumento em 26% no número de convênios; - Estágios: - ultrapasso a meta de 1000 alunos estagiando em 2013 - Proposição de regulamento para atividades de extensão e estágios (em andamento); - Gestão e acompanhamento de jogos internos e externos ao IFTO.
Ações da Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP	Programa Qualidade de Vida: - Execução dos exames periódicos. Foram atendidos 586 servidores efetivos; - Estruturação do Programa Qualidade de Vida / Criação de logo e slogan para o programa; - Formação de Comissões responsáveis para a elaboração e execução das ações do Programa; Reuniões de apresentação do programa para as equipes dos Campi; - 500 kits para os participantes das atividades propostas; - Abertura do Programa de Preparação para o Amanhã – PPA; - Levantamento de Mapas de Riscos (ambiente de trabalho); - Responsabilidade Social - Ação Solidaria; Atendimento Psicológico: - Atendimento e aconselhamento psicológico a servidores lotados na

	Reitoria do IFTO. Gestão dos Programas de Capacitação e da Qualificação dos Servidores do IFTO: - Mobilização para a criação dos Comitês de Capacitação e Desenvolvimento de Pessoal de cada unidade do IFTO; - Oferta de cursos pelo Pronatec para todas as unidades do IFTO em 2014; - Elaboração do Plano Institucional de Formação do Quadro Docente – Planfor – em parceria com a PróReitoria de Pesquisa e Inovação no âmbito do Programa de Formação Doutoral Docente – Prodoutoral da Capes/MEC. Movimentação de Pessoal: - Realização de entrevista de servidor que deseja mudar de lotação na Reitoria Análise de documentação para posse de servidores; Acompanhamento da lista de classificados em concursos; Elaboração de Boletim de Serviço mensal e extraordinário; Elaboração de Edital para seleção de estagiários; Acompanhamento dos períodos para avaliação do estágio probatório; Acompanhamento dos períodos para avaliação de desempenho para progressão por mérito; Análise de Processos Administrativos; Análise para concessão de Direitos e Benefícios aos servidores; Análise de demandas judiciais; Auxílio e orientação jurídica e legal às unidades de gestão; de pessoas dos campi do IFTO; Participação em reuniões da Reitoria Itinerante do IFTO; Análise de processos de ressarcimento de valores de exercícios anteriores; Atualização de conhecimentos na área legislativa; Coordenação de Cadastro e Pagamento: - Orientações aos gestores nos campi sobre a aplicabilidade das normativas; - Processos de trabalho e etc; - Prestação de informações obrigatórias acerca de Cadastro e - Pagamento de servidores; - Cadastro e concessão de benefícios financeiros através do Sistema SIAPE; - Extração de dados do SIAPE; - Suporte aos campi e servidores.
--	---

Fonte: PROEN, PROPI, PRODI, PROAD e DGP.

3. PARTE A, ITEM 3, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Informações sobre a estrutura orgânica de controle no âmbito da unidade jurisdicionada ou do órgão a que se vincula, tais como unidade de auditoria ou de controle interno, conselhos fiscais, comitês de avaliações, etc. descrevendo de maneira sucinta a base normativa, as atribuições e a forma de atuação de cada instância de controle.

R - Na estrutura organizacional do IFTO, o controle no âmbito da unidade, conforme regulamento Geral do IFTO, é exercida pelo Conselho superior, de caráter consultivo e deliberativo é o órgão máximo do IFTO, ao qual compete às decisões para execução da política institucional em geral, tem Regulamento Interno próprio e está em conformidade com o estabelecido com o Estatuto e Regimento Geral do IFTO.

E pela Unidade de Auditoria Interna, órgão de controle responsável por assessorar e otimizar a gestão, bem como racionalizar as ações do IFTO e prestar apoio, de acordo com suas especificidades no âmbito da Instituição, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

A Unidade de Auditoria Interna, conforme Regimento Geral do IFTO está diretamente subordinada ao Conselho Superior, órgão máximo do IFTO. Sujeita-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e às unidades que o integram.

3.2 AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

Quadro 4: Quadro A.3.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1.	A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2.	Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	

3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e				X	

indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.					
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Quanto à avaliação dos riscos que podem comprometer as metas institucionais, o IFTO não formalizou os riscos de forma sistemática, no entanto conta com o apoio da Unidade de Auditoria Interna para monitoramento dos controles internos, todos os processos aquisição de bens/serviços e de construção de obras de engenharia são analisados pela Procuradoria Federal junto ao IFTO, assim como os aditivos, ao longo dos exercícios tem regulamentado atividades que contribuem para a prevenção de riscos e prejuízos ao patrimônio público, as minutas de normativas internas da instituição são disponibilizadas no sítio do IFTO e e-mail institucional dos servidores para sugestões e em algumas minutas são promovidas reuniões com os gestores e servidores para discutir itens controversos e posteriormente encaminhadas ao Conselho Superior para aprovação. Nas reuniões do Colégio de Dirigentes, além de assuntos pontuais de sua competência o espaço é aproveitado para discutir ações de planejamento e avaliações de riscos, que são devidamente registradas nas Atas das reuniões.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES

O IFTO não remunera os membros de Seus Conselhos de Administração e Fiscal do Conselho Superior ou Colégio de Dirigentes.

3.4 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Informações sobre a estrutura e as atividades do sistema de correição da unidade ou do órgão de vinculação da unidade, identificando, inclusive, a base normativa que rege a atividade no âmbito da unidade ou do órgão.

R - Até o momento o IFTO não dispõe de setor de correição. A Unidade de Auditoria é responsável, na Reitoria, pela escolha dos servidores que irão compor a comissão de sindicância/PAD. Também, é responsável pelo assessoramento aos membros das comissões sindicância/PAD, pelo acompanhamento dos registros das informações de sindicâncias e PADs no sistema CGU-PAD. Esse assessoramento se estende, também, aos campi. Para as competências e atribuições das comissões de PAD utilizam-se as disposições da Lei 8.112/90 e Lei 9.784/99 e o manual de PAD da CGU.

3.5 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

Demonstração quanto ao cumprimento, pela instância de correição da unidade, das disposições dos arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU, no que tange aos fatos originados em unidade jurisdicionada cuja gestão esteja contemplada no relatório de gestão.

R - O IFTO está cumprindo as disposições da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU. A Unidade de Auditoria Interna capacitou, nos campi, um servidor do setor de Recursos Humanos, para realizar o cadastro dos processos sindicâncias e PADs no sistema CGU-PAD.

3.6 INDICADORES PARA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO MODELO DE GOVERNANÇA E EFETIVIDADE DOS CONTROLES INTERNOS

Os indicadores utilizados para medir o desempenho da gestão do IFTO bem como para medir a efetividade dos seus principais processos e de seus resultados alcançados são os indicadores de desempenho das IFES nos termos da decisão TCU – ACÓRDÃO 2.267/2005 – Plenário que consta no quadro B.7.1 do presente Relatório de Gestão.

4. PARTE A, ITEM 4, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS

4.1.1 PROGRAMAÇÃO

Quadro 5: Quadro A.4.1.1 – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária : IFTO - Reitoria			Código UO: 26424		UGO: 158131	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos	2 – Juros e Encargos da	3- Outras Despesas	
DOTAÇÃO INICIAL			52.055.758,00		30.742.508,00	
CRÉDITOS	Suplementares		19.837.906,00		4.329.515,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados					
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			71.893.664,00		35.072.023,00	
Dotação final 2012(B)			55.329.162,00		27.780.308,00	
Variação (A/B-1)*100			29,9381		26,24778	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimento	5 – Inversões	6- Amortização da	
DOTAÇÃO INICIAL			25.340.183,00			
CRÉDITOS	Suplementares					
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos	8.446.728,00			
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		-8.446.728,00			
Outras Operações						
Dotação final 2013 (A)			25.340.183,00			
Dotação final 2012(B)			25.864.542,00			
Variação (A/B-1)*100			-2,02733			

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

A proposta orçamentária é realizada em nível do IFTO, entretanto as origens de créditos orçamentário do grupo de despesas correntes 3 – Outras despesas correntes e 4 - despesas de Capital são tratadas individualmente com cada um dos Campi que compõe o IFTO, assim como a Reitoria, de forma a respeitar sua autonomia, no qual a posterior, consolida-se em uma única programação de créditos orçamentários.

A dotação proposta pelo IFTO tanto em 2012 quanto em 2013 houve compatibilidade com a proposta de Lei Orçamentária Anual - PLOA. Isto facilitou o planejamento estratégico da unidade. O Congresso Nacional ratificou a proposta orçamentária por esta UJ, assim, houve compatibilidade com os limites orçamentários estabelecidos pelo IFTO. Para a consecução dos objetivos ocorreram conforme proposto, não havendo qualquer alteração entre a dotação proposta e a aprovada pelo Poder Legislativo nos anos de 2012 e 2013.

Para as despesas com pessoal e encargos sociais são sempre programadas pela Reitoria do IFTO, no qual é responsável pela gestão de pessoal conforme estabelece sua lei de criação, no qual segue as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG.

Em relação ao exercício de 2012 as despesas com pessoal e encargos sociais tiveram um acréscimo em 29,94% em 2013. Isto, devido ao ingresso de novos servidores aprovados e convocados por meio de concurso público, realizado e homologado no segundo semestre de 2010, no primeiro semestre de 2012 e no primeiro semestre de 2013, nos quais foram contratados tanto para o cargo docente, como para técnicos administrativos. Além das novas contratações, houve progressões por capacitações, titulações, tempo de serviço público e reajustes salariais para docentes e técnico administrativo, sempre respeitado os planos de carreiras das categorias funcionais. É pertinente ainda, mencionar a contratação de professores substitutos, contratados de forma temporária para atender situações excepcionais de interesse público, sempre em obediências aos requisitos legais.

Esta unidade não efetuou nos anos de 2012 e 2013 despesas classificáveis no grupo de despesa corrente – juros e encargos da dívida.

Para o grupo de despesas enquadradas como 3 - Outras despesas correntes, do exercício de 2012 para o de 2013 houve um acréscimo em 26,25%. O consequente crescimento na oferta de cursos nas diversas regiões do estado, nas modalidades de ensino da educação básica na forma concomitante, subsequente, superior e na ampliação de ofertas de cursos por meio de educação a distância, alavancou o número de matrículas no exercício de 2012 e consequentemente em programações de despesas vinculadas ao Grupo de Despesas Correntes para o exercício de 2013. A proposta orçamentária para este último está vinculada ao número de matrículas de alunos, bem como as unidades consideradas em situação de implantação.

Os créditos destinados para o grupo 4 - Investimentos de 2012 para 2013 retraíram em 2,03%. Inicialmente é importante destacar que esta redução está distorcida em razão da abertura de Créditos Extraordinários no valor de R\$ 8.446.728,00 (Oito milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e oito reais) no exercício de 2012. Estes créditos foram abertos para o IFTO em 2012 por meio da Medida Provisória nº598 de 27 de dezembro de 2012, no qual prontamente

foram bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal conforme consta na conta contábil 292120105 - CREDITO BLOQUEADO PELA SOF. Mas, estes bloqueios não comprometeram ações da unidade, visto que não estavam previstas tais créditos. Assim, com exclusão destes créditos houve aumento do grupo 4 – Investimento de 2012 para 2013 de 45,48%.

O acréscimo nos Investimentos ocorreu principalmente na ação de expansão do IFTO destinado a implantação de duas novas unidades no IFTO: Dianópolis e Colinas. Ainda possibilitou melhorar a infraestrutura de todo o IFTO, com aquisições de equipamentos, obras de ampliações em todos os Campi do IFTO, aquisição de veículos e materiais permanente. Estes investimentos possibilitará uma ampliação, modernização, reestruturação das unidades do IFTO, para possibilitar a busca continuada pela excelência na qualidade do ensino.

O IFTO solicitou no primeiro semestre de 2013, e recursos na ordem de R\$ 1.139.000,00 (hum milhão cento e trinta e nove mil reais) do Grupo de Natureza de Despesas 3 – Outras Despesas Correntes por meio de crédito adicional suplementar, em razão de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2012. Na mesma solicitação, requereu o crédito adicional suplementar de R\$ 1.160.737,00 (hum milhão cento e sessenta reais e setecentos e trinta e sete reais) em razão de excesso de arrecadação do Governo Federal previsto para o Exercício de 2013. Os créditos solicitados, somente acrescentou a dotação inicial, no qual foram amplamente atendidas em tempo hábil para execução orçamentária dentro do exercício de 2013.

Os Créditos Extraordinários Abertos para o IFTO em 2013 ocorreu por meio da Medida Provisória nº598 de 27 de dezembro de 2012, no qual prontamente foram bloqueados pela Secretaria de Orçamento Federal conforme consta na conta contábil 292120105 - CREDITO BLOQUEADO PELA SOF. Estes créditos por terem sido abertos no ultimo quadrimestre do exercício de 2012, puderam ser reabertos no exercício de 2013. Entretanto, foram cancelados posteriormente pela Secretaria do Tesouro Nacional. Por não fazer parte da dotação inicial prevista, este cancelamento não comprometeu ações da unidade.

4.1.2 MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro 6: Quadro A.4.1.2.1 – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa

Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebadora		1 – Pessoal e	2 – Juros e	3 – Outras
Concedidos	158131	158137	12363203120RL0017			2.640,99
Recebidos	152734	158131	12363203163800001			1.004.670,71
Recebidos	154419	158131	12364203220RK0017			758,09

Recebidos	153173	158131	12306203087440001			172.559,31
Recebidos	153173	158131	12363203120RW0001			5.273.867,58
Recebidos	153173	158131	12363203182520001			1.073.963,42
Recebidos	158135	158131	12128210945720015			2.793,60
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões	6 –
Concedidos						
Recebidos	153173	158131	12363203182520001	1.276.971,08		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

4.1.3 REALIZAÇÃO DE DESPESA

Quadro 7: Quadro A.4.1.3.1.– Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins		Código UO: 26424		UGO: 26424
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	18.628.831,43	14.946.619,42	13.649.460,18	13.900.050,48
a) Convite				
b) Tomada de Preços	106.546,92	223.683,70	3.729,14	223.683,70
c) Concorrência	1.368.720,74	1.410.757,19	444.685,22	1.189.295,99
d) Pregão	17.153.563,77	13.312.178,53	13.201.045,82	12.487.070,79
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.592.690,50	1.587.957,92	1.498.611,90	1.407.825,51
h) Dispensa	1.180.989,34	1.273.422,18	1.099.388,16	1.097.609,07
i) Inexigibilidade	411.701,16	314.535,74	399.223,74	310.216,44
3. Regime de Execução Especial	116.178,59	80.606,89	116.178,59	80.606,89
j) Suprimento de Fundos	116.178,59	80.606,89	116.178,59	80.606,89
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	79.843.060,21	58.804.114,35	79.843.060,21	58.803.284,02
k) Pagamento em Folha	78.792.221,40	58.034.157,53	78.792.221,40	58.034.157,53
l) Diárias	1.050.838,81	769.956,82	1.050.838,81	769.126,49
5. Outros	5.478.204,94	16.641.535,26	5.308.315,59	15.869.799,41
6. Total (1+2+3+4+5)	105.658.965,67	92.060.833,84	100.415.626,47	89.980.959,42

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 8: Quadro A.4.1.3.2 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Valores Executados diretamente pela UJ

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins		Código UO: 26424		UGO: 26424	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	18.628.831,43	14.946.619,42	13.649.460,18	13.900.050,48	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	106.546,92	223.683,70	3.729,14	223.683,70	

c) Concorrência	1.368.720,74	1.410.757,19	444.685,22	1.189.295,99
d) Pregão	17.153.563,77	13.312.178,53	13.201.045,82	12.487.070,79
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	1.592.690,50	1.587.957,92	1.498.611,90	1.407.825,51
h) Dispensa	1.180.989,34	1.273.422,18	1.099.388,16	1.097.609,07
i) Inexigibilidade	411.701,16	314.535,74	399.223,74	310.216,44
3. Regime de Execução Especial	116.178,59	80.606,89	116.178,59	80.606,89
j) Suprimento de Fundos	116.178,59	80.606,89	116.178,59	80.606,89
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	80.556.650,76	60.369.141,17	80.556.650,76	60.368.310,84
k) Pagamento em Folha	78.785.066,57	59.597.322,13	78.785.066,57	59.597.322,13
l) Diárias	1.771.584,19	771.819,04	1.771.584,19	770.988,71
5. Outros	4.761.973,40	3.265.846,80	4.592.084,05	3.131.220,70
6. Total (1+2+3+4+5)	105.656.324,68	80.250.172,20	100.412.985,48	78.888.014,42

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 9: Quadro A.4.1.3.3 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários - Total

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins						Código UO: 26424		UGO: 26424	
DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
1. Despesas de Pessoal	71.428.383,73	54.485.607,17	71.411.447,21	54.485.607,17	16.936,52	0,00	71.411.447,21	54.485.607,17	
11–Vencimento e vantagens	56.081.855,85	43.034.479,13	56.081.855,85	43.034.479,13	0,00	0,00	56.081.855,85	43.034.479,13	
13-Obrigações Patronais	11.549.172,88	8.768.891,00	11.532.236,36	8.768.891,00		0,00		8.768.891,00	
04-Cont. por tempo	2.828.227,04	1.728.584,19	2.828.227,04	1.728.584,19	0,00	0,00	2.828.227,04	1.728.584,19	
Demais elementos do grupo	969.127,96	953.652,85	969.127,96	953.652,85	0,00	0,00	969.127,96	953.652,85	
2. Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa									
2º elemento de despesa									
3. Outras Despesas Correntes	32.820.136,41	25.772.809,29	26.721.237,14	20.960.042,44	6.098.899,27	4.812.766,85	25.339.771,17	20.187.476,26	
39-Outros serviços de terceiros-	5.357.134,48	7.006.136,45	4.124.576,69	5.090.696,55	1.232.557,79	1.915.439,90	3.678.872,56	4.985.831,76	
37-Locação de mão-de-obra	7.633.363,87	5.697.375,28	6.063.864,99	4.171.534,93	1.569.498,88	1.525.840,35	5.680.042,86	3.897.390,46	
18-Aux. Financ. a estudantes /	4.789.399,99	3.079.043,13	4.433.426,29	2.017.084,16	355.973,70	1.061.958,97	4.297.503,48	1.791.091,36	
Demais elementos do grupo	15.040.238,07	9.990.254,43	12.099.369,17	9.680.726,80	2.940.868,90	309.527,63	11.683.352,27	9.513.162,68	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
4. Investimentos	25.339.299,46	17.417.011,26	7.526.281,32	4.804.522,59	17.813.018,14	12.612.488,67	3.664.408,09	4.214.930,99	
51-Obras e instalações	14.074.156,76	9.100.388,21	1.126.996,76	1.604.136,96	12.947.160,00		300.607,42		
52-Equip. e material permanente	11.255.186,70	8.301.630,19	6.390.285,46	3.185.392,77	4.864.901,24	5.116.237,42	3.354.801,57		
20-Aux. financ. a pesquisadores /	9.000,00	14.992,86	8.999,10	14.992,86	0,90	0,00	8.999,10	14.992,86	
Demais elementos do grupo	956,00	0,00	0,00	0,00	956,00	0,00	0,00	0,00	
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa									
6. Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa									

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Unidade Orçamentária: Instituto Federal do Tocantins			Código UO: 26424				UGO: 26424	
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	71.428.383,73	59.597.322,13	71.411.447,21	59.597.322,13	16.936,52	0,00	71.411.447,21	59.597.322,13
11-Venc. e vantagens fixas /	56.081.855,85	43.034.479,13	56.081.855,85	43.034.479,13	0,00	0,00	56.081.855,85	43.034.479,13
13-Obrigações patronais	11.549.172,88	8.768.891,00	11.532.236,36	8.768.891,00	16.936,52	0,00	11.532.236,36	8.768.891,00
04-Contrat. Por tempo determ.	2.828.227,04	2.877.637,10	2.828.227,04	2.877.637,10	0,00	0,00	2.828.227,04	2.877.637,10
Demais elementos do grupo	969.127,96	4.916.314,90	969.127,96	4.916.314,90	0,00	0,00	969.127,96	4.916.314,90
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	32.817.495,42	20.661.094,33	26.718.236,15	15.848.327,48	14.838.741,65	4.812.766,85	16.597.287,80	15.075.761,30
37-Locação de mão-de-obra	7.633.363,87	7.006.136,45	6.063.864,99	5.090.696,55	1.569.498,88	1.915.439,90	5.680.042,86	4.985.831,76
39-Outros serv. Terc.-PJ	5.357.134,48	5.697.375,28	4.124.576,69	4.171.534,93	1.232.557,79	1.525.840,35	3.678.872,56	3.897.390,46
18-Aux. Financeiro a	4.789.399,99	3.079.043,13	4.433.426,29	2.017.084,16	355.973,70	1.061.958,97	4.297.503,48	
Demais elementos do grupo	15.037.597,08	4.878.539,47	12.096.728,18	4.569.011,84	11.680.711,28	309.527,63	2.940.868,90	4.401.444,72
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	25.339.299,46	17.417.011,26	7.526.281,32	4.804.522,59	17.813.018,14	12.612.488,67	3.664.408,09	4.214.930,99
51-Obras e instalações	14.074.156,76	9.100.388,21	1.126.996,76	1.604.136,96	12.947.160,00	7.496.251,25	300.607,42	1.382.675,76
52-Equip. e material	11.255.186,70	8.301.630,19	6.390.285,46	3.185.392,77	4.864.901,24	5.116.237,42	3.354.801,57	2.817.262,37
20-Aux. Financ. a	9.000,00	14.992,86	8.999,10	14.992,86	0,90	0,00	8.999,10	14.992,86
Demais elementos do grupo	956,00	0,00	0,00	0,00	956,00	0,00	0,00	0,00
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

Quadro 10:Quadro A.4.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação– Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	2.429.292,73	1.408.639,76	1.250.241,44	1.327.769,76
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência	34.172,06	0,00	21.167,06	0,00
d) Pregão	2.395.120,67	1.408.639,76	1.229.074,38	1.327.769,76
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	903.129,76	418.441,16	720.621,20	394.256,92
h) Dispensa	884.638,46	364.769,63	702.849,26	341.787,02
i) Inexigibilidade	18.491,30	53.671,53	17.771,94	52.469,90
3. Regime de Execução Especial				
j) Suprimento de Fundos				
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	92.980,82	118.232,11	92.980,82	118.232,11
k) Pagamento em Folha	0,00	22.958,71	0,00	22.958,71
l) Diárias	92.980,82	95.273,40	92.980,82	95.273,40
5. Outros	3.723.164,02	1.693.784,69	3.530.413,60	1.687.228,69
6. Total (1+2+3+4+5)	7.148.567,33	3.639.097,72	5.594.257,06	3.527.487,48

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Quadro 11: Quadro A.4.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	0,00	12.603,96	0,00	12.603,96	0,00	0,00	0,00	12.603,96
13-Obrigações patronais / 03-Pensões	0,00	12.603,96	0,00	12.603,96	0,00	0,00	0,00	12.603,96
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3. Outras Despesas Correntes	7.520.010,86	3.647.301,78	6.102.457,33	3.271.347,01	1.417.553,53	375.954,77	5.594.257,06	3.160.386,77
48-Out. aux. Financ. a PF/39-Out. serv. Terc.-PJ	2.592.627,00	1.186.407,00	2.463.987,00	987.702,84	128.640,00	198.704,16	2.303.319,00	
39-Out. serv. de terceiros-PJ/48-Out. aux. Fin.-	1.784.769,59	962.745,00	1.331.586,67	955.153,00	453.182,92	7.592,00	1.066.734,48	948.957,00
18-Aux. Financeiro a estudantes	1.183.508,33	768.553,69	1.144.113,67	686.793,69	39.394,66	81.760,00	1.127.141,65	686.433,69
Demais elementos do grupo	1.959.105,94	729.596,09	1.162.769,99	641.697,48	796.335,95	87.898,61	1.097.061,93	573.497,36
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
Exercícios	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	1.276.971,0	11.771.716,23	1.046.110,00	355.146,75	230.861,08	11.416.569,48	0,00	354.496,75
52-Equip. e mat. Perman. /51-Obras e	1.276.971,08	11.212.393,86	1.046.110,00	0,00	230.861,08	11.212.393,86	0,00	0,00
52-Equip. e mat. permanente	0,00	559.322,37	0,00	355.146,75	0,00	204.175,62	0,00	354.496,75
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

Para o exercício de 2013 o IFTO recebeu em crédito orçamentário por movimentação externa para despesas para outras despesas correntes R\$ 6.523.942,00 e para investimentos R\$ 1.276.971,08. As movimentações externas auxiliaram o IFTO na consecução dos seus objetivos, na ampliação da oferta de cursos, na modernização da estrutura e principalmente na cooperação com o programa Pronatec e com o Ead. Estes recursos impactaram de maneira positiva para o IFTO durante o exercício de 2013, principalmente os créditos destinados a 3 - outras despesas correntes que representaram 83,63% do total de movimentações por meio de descentralizações externas.

Esta unidade sempre buscou de forma sistemática optar pela modalidade de licitação Pregão na forma eletrônica. Desde 2009, o IFTO prioriza as compras coletivas por meio do Sistema de Registro de Preços. No qual, proporciona maior economia de escala, registra preços e quantidades para um período de 12 meses. Com isto, evita-se o fracionamento de despesas e diminui a contratação direta por dispensa de licitação, condenáveis pela legislação em vigor. Esta importante ferramenta beneficia todo o IFTO, pela economia processual e de esforço de recursos humanos, por fim, pela celeridade em atender demandas de aquisições já registras pelo SRP vigente.

Destaca-se que apesar da evolução orçamentária, a unidade reduziu de 2012 para 2013 em 7,25% a contratação Direta por Dispensa de Licitação das despesas liquidadas. Entretanto, aumentou em 30,89% a contratação por inegibilidade de licitação por impossibilidade de licitar, conforme regras estabelecidas na Lei de Licitações e Contratos.

Assim, houve evolução positiva nas modalidades Tomada de Preços, pregão e concorrência em 24,63% em 2013 em relação a 2012. Conforme legislação em vigor, estas modalidades são as mais recomendáveis pelos órgãos de controle, para adoção e procedimentos licitatórios.

Destaca-se de forma negativa o acréscimo em 44,12% da utilização do suprimento de fundos concedida por meio de Cartão Corporativo do Governo Federal. Justificam-se pelo acréscimo das demandas existente, além das novas unidades de Dianópolis, Colinas e da nova sede da Reitoria.

Para as outras despesas correntes houve um aumento na inscrição em restos a pagar não processados, principalmente em virtude da Greve que atingiu o Instituto no segundo semestre de 2012. A greve impactou tanto 2012 como 2013, visto que férias de servidores e calendário acadêmico ficaram amplamente prejudicadas. Isto ocasionou o retardamento do início de ações conjuntas dentro da unidade.

Destaca-se que as inscrições em restos a pagar não processados foram mais vultuosas em 3 - Outras Despesas Correntes. Isto devido a grande concentração de licitações no segundo semestre de 2013 e de programas como o Pronatec e o Ead. As dificuldades em contratar para o serviço público, limitação de pessoal, limitação temporal (12 meses), e dificuldades com fornecedores contribuem para a consequente inscrição em Restos a Pagar não Processados.

4.2 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro 12: Quadro A.4.3 – Restos a Pagar inscritos em Exercícios Anteriores

Restos a Pagar não Processados				
Ano de	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	12.051.085,29	322.702,51	-7.136,61	11.721.246,17
2011	546.758,74	5.688,06	0,00	541.070,68
2010	15.448,20	0,00	0,00	15.448,20
Restos a Pagar Processados				
	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	1.346.840,47	1.323.431,45	0,00	23.409,02
2011	30.085,80	23.408,91	0,00	6.676,89
2010	29.139,52	0,00	0,00	29.139,52
2008	17.565,22	0,00	0,00	17.565,22
2006	2.280,11	0,00	0,00	2.280,11

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise crítica:

A execução de restos a pagar segue a Lei 4.320/64, onde estabelece o prazo de 01 ano para execução findo o ano anterior. Os valores excessivos inscritos reflete uma política do Poder Executivo Federal no sentido de contingenciamento de limite para empenho, no qual boa parte é liberada próximo ao encerramento do exercício. As execuções dos Rap's seguem ordem de prioridade dentro do IFTO, para posteriormente partir para execução dos orçamentos vigentes. As licitações para contratações especializada em obras e serviços de engenharia sempre tem ocorrido no segundo semestre, no qual gera valores excessivos de RAP. Para os períodos financeiros anteriores a 2011 a execução de rap segue base legal apoiada por Decreto Federal destinada a prorrogar a execução destes. Na medida da extinção do prazo decadencial para utilização dos saldos de RAP sem prorrogação para os mesmos, estes são efetuadas as devidas baixas no SIAFI.

Em função de recursos humanos insuficientes o IFTO tem buscado a liberação de códigos de vagas para o cargo de contador e técnicos em contabilidade, com a contratação dos novos servidores a Execução Orçamentária tende a melhorar os controles financeiros e orçamentários. Mesmo diante das dificuldades de operacionalização o IFTO vem adotando medidas de controle de Restos a Pagar não processados. No final do exercício de 2012 a Proad exarou o Memorando Circular nº05/2012-IFTO/REITORIA/PROAD, solicitando a todas as Unidades do IFTO a verificação dos empenhos emitidos em 2012 e análise quanto à possibilidade de inscrição em restos a pagar conforme

orientações da Macrofunção SIAFI 020317 – Restos a Pagar, principalmente quanto aos não processados, no qual devem estar distintos entre os em Liquidação e A Liquidar. Ainda no mesmo Memorando foi alertado quanto à vedação de inscrição dos empenhos de diárias, ajuda de custo e suprimento de fundos, conforme rege a legislação. Também foi encaminhado o Memorando Circular nº017/2013-IFTO/REITORIA/PROAD que tratava do calendário de encerramento e reforçando a vedação de inscrições de restos a pagar em nome do Órgão.

Esta unidade tem buscado a melhoria na execução orçamentária e a diminuição da inscrição de empenhos em restos a pagar, entretanto o próprio Governo Federal com a edição do Decreto Federal nº 7654 de 23 de dezembro de 2011 alterou o art. 68 do Decreto 93.872 de 23 de dezembro de 1986, no qual estabeleceu o prazo de execução dos restos a pagar não processados em 18 meses, para os recursos do Ministério da Educação financiados com recursos da manutenção e desenvolvimento do ensino desde que se tenha iniciada sua execução nos seguintes casos:

I - nos casos de aquisição de bens, a despesa verificada pela quantidade parcial entregue, atestada e aferida; e

II - nos casos de realização de serviços e obras, a despesa verificada pela realização parcial com a medição correspondente atestada e aferida.

Este instituto tem procurado acompanhar a execução dos restos a pagar, mas como já mencionado, a escassez de recursos humanos por vezes posterga um monitoramento mais ostensivo desta execução, mas nada que a princípio possa afetar a legalidade no que se refere a estas execuções.

4.3 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro 13: QUADRO A.4.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013	0	0,00	0	0,00	78	116.179,13	116.179,13
2012	0	0,00	0	0,00	49	80.579,36	80.579,36
2011	0	0,00	7	3.210,00	46	71.298,32	74.508,32

FONTE: SIAFI

Quadro 14: Quadro A.4.5.3 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	158131	Limite de Utilização da UG	48.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Alex de Sá Oliveira	009.254.591-27	18.000,00	0,00	7.644,76	7.644,76
Kely Rejane S. dos Anjos	014.710.161-10	13.000,00	0,00	8.138,22	8.138,22
Total Utilizado pela UG			0,00	15.782,98	15.782,98
Código da UG 2:	158336	Limite de Utilização da UG:	160.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Kleryson Saraiva Freitas	825.306.101-94	76.000,00	0,00	19.024,03	19.024,03
Total Utilizado pela UG			0,00	19.024,03	19.024,03
Código da UG 3:	158337	Limite de Utilização da UG:	110.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Antônio Pires Teixeira	485.062.811-72	15.000,00	0,00	8.562,72	8.562,72
Jecivan Barbosa Rodrigues	409.261.501-97	40.000,00	0,00	8.336,20	8.336,20
Total Utilizado pela UG			0,00	16.898,92	16.898,92
Código da UG 4:	158489	Limite de Utilização da UG:	70.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Flávio Castro Batista	005.454.751-20	70.000,00	0,00	18.900,43	18.900,93
Total Utilizado pela UG			0,00	18.900,43	18.900,93
Código da UG 5:	158511	Limite de Utilização da UG:	48.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Natália Lelis Guimarães Goulart	024.151.521-10	8.000,00	0,00	2.007,46	2.007,46
Daiane Miranda dos Reis Farias	976.766.671-00	8.000,00	0,00	4.960,80	4.960,80
Total Utilizado pela UG			0,00	6.968,26	6.968,26
Código da UG 6:	158556	Limite de Utilização da UG:	80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Edmundo Costa Oliveira	776.420.071-91	80.000,00	0,00	20.934,80	20.934,80
Total Utilizado pela UG			0,00	20.934,80	20.934,80
Código da UG 7:	158557	Limite de Utilização da UG:	48.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Edilson Leite de Sousa	978.820.701-49	32.000,00	0,00	17.669,21	17.669,21
Total Utilizado pela UG			0,00	17.669,21	17.669,21
Total Utilizado pela UJ			0,00	116.179,13	116.179,13

Fonte: SIAFI/Sistema Gerenciador Banco do Brasil

Quadro 15: QUADRO A.4.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

Suprimento de Fundos												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2013		2012		2011		2013		2012		2011	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise									4	19.20 2,44	5	16.96 1,59
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							25	116.17 9,13	16	61.37 6,92	15	55.60 6,75

Fonte: SIAFI

Análise Crítica:

O Suprimento de Fundos é um adiantamento concedido a servidor, a critério e sob a responsabilidade do Ordenador de Despesa, com prazo certo para aplicação e comprovação dos gastos. O Suprimento de Fundos é uma autorização de execução orçamentária e financeira, sempre precedido de empenho na dotação orçamentária específica e natureza de despesa própria, com a finalidade de efetuar despesas que, pela sua excepcionalidade, não possam se subordinar ao processo normal de aplicação, isto é, não seja possível o empenho direto ao fornecedor, na forma da Lei 4.320/64, precedido de licitação ou sua dispensa com a Lei 8.666/93.

As unidades do IFTO somente utiliza o Suprimento de Fundos por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal. Foram abertos no decorrer do exercício de 2013, 25 (vinte e cinco) concessões de Suprimento de Fundos sendo realizado o valor total de R\$ 116.179,13 em fatura. As despesas relacionadas foram com itens/materiais que não havia disponibilidades em estoque e nem licitações em aberto para fornecimento, bem como também serviços que necessitavam serem realizados de imediato, sendo estes de pequeno vulto, ou seja, a utilização do suprimento de fundos se deu em virtude do caráter excepcional e do pequeno valor dos insumos/serviços.

OS gastos realizados através do CPGF têm suas despesas detalhadas no COMPRASNET no Sistema de Cartão de Pagamento (SCP) e no site da transparência do governo federal.

O SCP é um sistema desenvolvido em plataforma web instituído no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, com o objetivo de detalhar a aplicação de suprimento de fundos, concedido por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF).

5. PARTE A, ITEM 5, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

Quadro 16: Quadro A.5.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2013

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1137	902	120	56
1.1. Membros de poder e agentes políticos		0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1136	902	120	56
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		901	120	24
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	1	1	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório		0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	119	106	103	52
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		0	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1256	1006	223	107

Fonte: SIAPE

O acréscimo da força de trabalho foi autorizada, através das Portarias Interministeriais nºs 56 de 20 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial de 25 de abril de 2011. Anexo II alterado pela Portaria Ministerial nº 108 de 25 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 26 de maio de 2011. A autorização referente a estas portarias não foram providas em sua totalidade no exercício de 2011 e 2012, tendo sido providas em 2013. Foi dado provimento de cargos de Professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico e de cargos da Carreira de Técnico Administrativo em Educação de candidatos remanescente de concurso em vigência.

Quadro 17: Quadro A.5.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	4
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	2
1.2. Exercício de Função de Confiança	1
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	1
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	38
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	37
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	0
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar	0
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	5
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	1
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	3
5.5. Mandato Classista	1
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	47

Fonte: SIAPE

Convém informar que, para os afastamentos para participação em programa de pós graduação para os docentes a força de trabalho tem substituição prevista em lei, com vista a não trazer prejuízos institucionais.

Quadro 18: Quadro A.5.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	60	54	17	3
1.1. Cargos Natureza Especial		0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior		54	17	3
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		53	17	3
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício		1	0	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas		0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo		0	0	0
1.2.5. Aposentados		0	0	0
2. Funções Gratificadas	181	173	88	30
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão		173	88	30
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado		0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas		0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)		227	105	33

Fonte: SIAPE

As funções gratificadas que se encontram desprovidas se dá em função de não haver interesse dos servidores, devido a natureza da responsabilidade e atividades a serem desenvolvidas e baixa remuneração da função. As de cargo de direção se encontram desocupada devido o campi cujas CDs são destinadas ainda não se encontrar em funcionamento.

Quadro 19: QUADRO A.5.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	262	326	146	39	8
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	212	279	138	38	8
1.3. Servidores com Contratos Temporários	50	47	8	1	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	60	95	55	15	2
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento	8	25	16	3	2
2.3. Funções Gratificadas	52	70	39	12	0

3. Totais (1+2)	322	421	201	54	10
------------------------	------------	------------	------------	-----------	-----------

Fonte:

Quadro 20: Quadro A.5.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	4	73	207	284	178	35
1.1. Membros de Poder e	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	4	73	115	284	165	34
1.3. Servidores com Contratos	0	0	0	0	0	92	0	13	1
2. Provimento de Cargo em	0	0	0	0	34	36	90	51	16
2.1. Cargos de Natureza	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e	0	0	0	0	2	5	25	16	6
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	32	31	65	35	10
3. Totais (1+2)	0	0	0	4	107	243	374	229	51

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE

Como já percebido no quadro a.5.1.1.2 a força de trabalho no IFTO está em constante processo de qualificação.

Quadro 21: Quadro A.5.1.3 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2013	33.006.801,25	234.440,44	3.418.003,19	1.825.337,75	3.430.254,08	1.201.980,65	0,00	103.278,83	149.333,09	43.369.429,28
	2012	25.453.309,29	343562,85	2.311.249,56	1.524.903,05	2.438.288,71	924.610,09	0	59.820,86	159.794,04	33.215.538,45
	2011	21.066.448,80	306.381,94	1.977.228,94	1.053.021,93	2.120.154,81	805.923,13	0	0	160.004,50	27.489.164,05
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2013	2.493.539,93	0,00	189.527,71	66.725,38	468.989,13	3.630,00	0,00	13,95	0,00	3.222.426,10
	2012	1.514.018,36	0	111.099,61	55077,96	273.908,42	8137,8	0	0	0	1.962.242,15
	2011	1.077.963,72	0	88.318,20	37.045,19	211.404,16	4.951,56	0	0	0	1.419.682,83
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2013	495.926,62	3.420,14	21.130,21	7.261,32	45.948,43	17.464,95	0,00	774,02	0,00	591.925,69
	2012	283390,47	2.638,37	23.440,69	9.524,75	27951,72	7320	0	0	0	354.266,00
	2011	268.584,53	0	22.958,35	5.231,78	24.613,30	4.165,44	0	0	0	325.553,40
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2013	3.615.296,20	2.308.533,32	580.733,86	303.384,28	249.549,37	142.329,22	0,00	3.019,28	27.286,41	7.230.131,94
	2012	3.069.471,17	1.938.377,00	441.011,51	235.078,51	189.597,93	111.954,35	0	10815,13	27.349,56	6.023.655,16

	2011	2.758.861,73	1.949.874,75	440.551,73	197.401,09	191.853,25	116.188,74	0	0	27.349,56	5.682.080,85
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2013	8.542.479,08	1.096.262,85	964.419,46	497.907,43	827.246,21	345.187,11	0,00	19.614,05	753,60	16.770.826,06
	2012	6.970.555,94	804.897,05	752.804,73	391.369,55	631.397,55	306.276,94	0	11.439,33	753,6	9.869.494,69
	2011	5.744.654,27	815.566,19	629.466,75	309.702,39	533.818,55	239.832,41	0	0	753,6	8.273.794,16

Fonte: SIAPE

A variação para maior do custo com pessoal se dá em decorrência da reposição da força de trabalho, objeto de concurso público, como também dos reajuste salariais.

Quadro 22: Quadro A.5.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/13	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	0	0
1.1 Voluntária	5	2
1.2 Compulsória	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	0	0
2.1 Voluntária	0	0
2.2 Compulsória	2	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	7	2

Fonte: SIAPE

Quadro 23: Quadro A.5.1.4.2 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	0	0
1.1. Integral	0	0
1.2. Proporcional	0	0
2. Em Atividade	4	0
3. Total (1+2)	0	0

Fonte: SIAPE

Quadro 24: Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	223	152	204	137
Concessão de aposentadoria	2	0	1	0
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Totais	225	152	205	137

Fonte: SISACNET

Quadro 25: Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	75	73	53	25
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	75	73	53	25

Fonte: SISACnet

Os desligamentos do exercício 2012 sujeitos à comunicação do TCU não cadastrado no SISACnet refere-se a desligamento de professor CDT, o que constitui grande rotatividade nos campi, tendo parte destes, incluídos já em 2013, assim como atos de 2013 incluídos já em 2014. Dos atos com parecer negativo a maioria já foram apurados e regularizados e alguns estão em processo de apuração.

Quadro 26: Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2013			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	83	28	42	51
Concessão de aposentadoria	0	0	0	1
Concessão de pensão civil	0	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	0	0	0	0
Total	83	28	42	51
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	20	8	8	17
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	20	8	8	17

Fonte: SISACnet

Quadro 27: Quadro A.5.2.3 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS.													
UG/Gestão: 158131/ 26424							CNPJ: 10.742.006/0001-98						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	18/2010	00028986/0009-65	20/04/2010	20/04/2013	91	91					p
2011	V	O	10/2011	31546484/0005-26	09/08/2011	09/08/2013	48	48					p
2011	V	O	11/2011	11461113/0001-00	09/08/2011	09/08/2013	20	20					p
2010	-	O	19/2010	00028986/0009-65	09/11/2010	09/11/2013	113	113					p
Observações:													
CONTRATO Nº 19/2010 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE APÓIO ADMINISTRATIVO;													
CONTRATO Nº 10/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA;													
CONTRATO Nº 11/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILANCIA PATRIMONIAL ARMADA MOTORIZADA;													
CONTRATO Nº 18/2010 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PRÉDIAL.													

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quadro 28: Quadro A.5.2.4 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIENCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS													
UG/Gestão: 158131/26424					CNPJ: 10.742.006/0001-98								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	8-9	O	18/2010	00028986/0009-65	18/10/2010	18/10/2014	91	91					P
2010	2-4-5	O	19/2010	00028986/0009-65	09/11/2010	09/11/2014	113	113					P

2011	1	O	10/2011	31546484/0005-26	09/08/2011	09/08/2014	48	48					P
2011	1	O	11/2011	11461113/0001-00	09/08/2011	09/08/2014	20	20					P
2013	8	O	03/2013	09026012/0001-60	15/03/2013	15/03/2014			08	08			A

Observações:

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;
8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes
12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: SIASG

Análise Crítica dos 5.2.3 e 5.2.4:

O CONTRATO DE Nº 18/2010 – Contrato de limpeza, asseio e conservação predial, neste está compreendido os serviços de limpeza em geral de bens móveis e imóveis, pertencentes à instituição.

CONTRATO DE Nº 19/2010 – Serviços de apoio administrativo, dentro deste contrato têm as seguintes categorias funcionais: motoristas, copeiras, recepcionistas, artefície de manutenção, porteiros, telefonistas, trabalhadores braçais, tratoristas, encarregados, cozinheiros, aux. Cozinha, açougueiros, artefície de jardineiros.

CONTRATO DE Nº 10/2011 – Prestação de serviço de vigilância patrimonial armada. Nos *campi* de Palmas, Porto Nacional, Gurupi, Araguaína e Reitoria.

CONTRATO DE Nº 11/2011 – Prestação de serviço de vigilância patrimonial armada motorizada, nos *campi* de Araguatins, Paraíso do Tocantins e Dianópolis.

CONTRATO DE Nº 03/2013 – Prestação de serviço de manutenção corretivo/preventiva de ar-condicionado, câmara frigoríficas, refrigeradores, bebedouros e outros assemelhados.

Quadro 29: Quadro A.5.2.6 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	28	50	52	58	252303,8
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	28	50	52	58	252303,8
2. Nível Médio	7	11	11	13	29091,5
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	7	11	11	13	29091,5
3. Total (1+2)	35	61	63	71	281395
Fonte:					

PROGRAMA QUALIDADE DE VIDA – PQV

O Programa Qualidade de Vida do Instituto Federal do Tocantins propõe um conjunto de ações que visam à melhoria da qualidade de vida do servidor tanto no ambiente interno como no ambiente externo, por meio da prática de atividade física, lazer e ações sociais.

O programa está estruturado em três vertentes: saúde, lazer e social, e meio ambiente, e tem como público-alvo o quadro de servidores do IFTO, abrangendo os efetivos, terceirizados e estagiários.

Ações realizadas do Programa Qualidade de Vida no ano de 2013

Ações	Público Beneficiário	Escopo
Execução dos exames periódicos	Servidores efetivos do IFTO	Foram atendidos 586 servidores efetivos
Abertura do Programa Qualidade de Vida	Reitoria e Campus	Palestras, atividades físicas
Abertura do Programa de Preparação para o Amanhã - PPA	Servidores Aposentados do IFTO	Preparação dos servidores para aposentadoria - Campus
Levantamento de Mapas de Riscos (ambiente de trabalho)	Servidores do IFTO	Levantamento inicial de conscientização
Responsabilidade Social - Ação Solidária	Comunidade - Assentamento São Francisco	Servidores Reitoria

6. PARTE A, ITEM 6, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

6.1 GESTÃO DE FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Atualmente como referência para normatizar a utilização dos veículos oficiais desta Instituição, utilizamos o Decreto nº 6.403 de 17 de Março de 2008 e a Instrução Normativa nº 3 de 15 de Maio de 2008, da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Instituto Federal do Tocantins passa por um momento de expansão e reestruturação nas áreas administrativa e pedagógica, tanto nas unidades existentes, quanto nas futuras unidades a serem implantadas. Este crescimento perpassa pelo aumento considerável de alunos e servidores, como consequência verifica-se a necessidade de deslocamentos constantes para as unidades do Instituto, visando atender demandas dos diversos setores desta Instituição a fim de propiciar melhoria no processo ensino-aprendizagem.

Apresentamos abaixo relação com o quantitativo de veículos em uso, durante o exercício de 2013, discriminados por grupos e por unidades de ensino, pertencentes ao Instituto Federal do Tocantins.

INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS						
UNIDADE REITORIA						
TOTAL	MARCA	MODELO	PLACA	COMBUSTÍVEL	ANO	CATEGORIA
01	PEUGEOT	VAN BOXE	MWZ0228	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
02	RENAULT	LOGAN	MXB6351	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
03	RENAULT	LOGAN	MXB4651	FLEX	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
04	FORD	RANGER	MXG6983	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
05	FORD	FOCUS	MWY8131	GASOLINA	2009	VEICULO DE TRANSPORTE

						INSTITUCIONAL
06	FORD	FOCUS	MWE8334	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
07	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7218	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUATINS						
08	TOYOTA	BANDEIRANTE	MVM2371	DIESEL	1987	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
09	CHEVROLET	D20	MVP9910	DIESEL	1995	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
10	MERCEDES	ÔNIBUS	MVN3630	DIESEL	1994	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
11	FORD	FOCUS	MWJ0103	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
12	VW	GOL	MXD2601	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
13	VW	GOL	MWX3086	FLEX	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
14	VW	GOL	MXD2651	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
15	VW	SANTANA	JFO8785	GASOLINA		VEICULO DE SERVIÇO COMUM
16	FIAT	VAN	MXA4682	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
17	MERCEDES	NEOBUS	MXD4292	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
18	FORD	RANGER	HDO9324	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
19	FORD	F350	HJW5649	DIESEL	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
20	HONDA	NXR125	MVY9361	GASOLINA	2005	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
21	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7378	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
22	MOTO HONDA	BROS 150	OLM0256	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

23	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4085	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
24	MOTO HONDA	BROS 150	OLL4075	GASOLINA	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PALMAS						
25	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7328	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
26	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7268	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
27	FIAT	SIENA	MWU4262	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
28	VW	ÔNIBUS	MVV2372	DIESEL	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
29	FORD	FOCUS	MWE8274	FLEX	2011	VEICULO DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL
30	V6 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWG3936	DIESEL	2007	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
31	FIAT	PALIO	MWK0950	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
32	MERCEDES	ÔNIBUS	MWP2988	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
33	FIAT	STRADA	MWK0960	GASOLINA	2003	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
34	FORD	RANGER	MXG7043	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
35	CHEVROLET	S10	MWP7863	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
36	MERCEDES	ATEGO 1725	JJT1530	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
37	VOLARE	MICROÔNIBUS	OLJ0731	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PARAISO DO TOCANTINS						
38	NISSAN	FRONTIER	MWJ6467	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
39	V8 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWP4759	DIESEL	2008	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

40	FIAT	SIENA	MWV6008	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
41	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7148	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE ARAGUAINA						
42	VW	PARATI	MWT5851	FLEX	2009	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
43	FORD	RANGER	MXG7123	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
44	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2072	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
45	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7358	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE PORTO NACIONAL						
46	FORD	RANGER	MXG6933	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
47	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
48	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7138	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE GURUPI						
49	FORD	RANGER	MXG7153	DIESEL	2010	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
50	V9 VOLARE	MICROÔNIBUS	MWI2092	DIESEL	2011	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
51	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7248	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE DIANOPOLIS						
52	VOLARE W9	MICRO ONIBUS	OLJ0721	DIESEL	2013	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
53	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7368	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM
UNIDADE COLINAS						
54	MITSUBISHI	L200 TRITON	MXE7338	DIESEL	2012	VEICULO DE SERVIÇO COMUM

Como média anual de quilômetros rodados, temos os seguintes dados, conforme abaixo:

-Veículos Transporte Institucional: 17.000 Quilômetros anuais

-Veículos de Serviço Comum: 60.000 Quilômetros Anuais

A frota do Instituto Federal do Tocantins possui uma idade média de 06 (Anos) anos, sendo consideravelmente nova.

Relativo aos custos associados à manutenção da frota, temos os seguintes valores:

-Média Mensal de Gastos com Manutenção (Incluindo peças): R\$ 54.180,85 (Cinquenta e Quatro Mil, Cento e Oitenta Reais, Oitenta e Cinco Centavos).

-Média Mensal de Gastos com Abastecimento: R\$ 41.827,00 (Quarenta e Um Mil, Oitocentos e Vinte e Sete Reais).

Devido à pouca idade do Instituto Federal do Tocantins, a Instituição busca a ampliação de sua frota, devido ao momento atual de expansão e reestruturação de toda a Rede Federal de Educação Tecnológica. Ao longo desde 04 (Quatro) houve um aumento considerável da frota do IFTO, propiciando assim melhoria no atendimento as demandas de toda comunidade. Ressaltamos que constantemente buscamos a manutenção periódica destes veículos, visando à economicidade e a segurança de todos os usuários.

A Instituição opta até o presente momento, pela aquisição de veículos oficiais e não pela terceirização, devido à característica das demandas de todas as nossas unidades, onde são demandas constantes e com particularidades bem distintas de uma Instituição de Ensino.

Atualmente dispomos de um controle efetivo em todas as nossas unidades, onde os fiscais do contrato de Abastecimento/Manutenção de Veículos oficiais, bem como os Coordenadores de Transportes de cada unidade, acompanham sistematicamente alguns parâmetros, dentre eles, quilometragem rodada, média de consumo de combustíveis, valores compatíveis com o mercado para a manutenção (incluindo peças) destes veículos e a medida do possível os responsáveis pelo transporte de cada unidade busca a compatibilização dos deslocamentos de acordo com as demandas agendadas previamente.

6.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Quadro 30: Quadro A.6.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Tocantins		
	Palmas	03	03
	Porto Nacional	01	01
	Paraíso	01	01
	Gurupi	01	01
	Araguaína	01	01
	Araguatins	01	01
	Colinas	01	01
	Dianópolis	01	01
	Reitoria	01	01
Subtotal Brasil		11	11
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			

Fonte: Spiunet

Quadro 31: Quadro A.6.2.2 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto Imóvel Funcional

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da	Valor Reavaliado	Com	Com Manutenção
158336	9733.00355.500-3	21	2	27.561.201,57	14/12/2011	43.700.000,00	0,00	21.301,76
158336	9733.00361.500-6	21	3	4.418.013,79	14/12/2011			
158336	9733.00363.500-7	21		4.700.846,00	14/12/2011			
158337	9243.00019.500-1	21	3	6.221.941,28	14/12/2011	6.589.758,22	124.360,00	16.875,25
158557	9559.00025.500-0	21	2	4.772.199,60	02/12/2011	5.676.363,89	0,00	0,00
158511	9241.00055.500-1	21	2	1.386.844,77	14/12/2011	1.913.482,78	0,00	21.093,30
158556	9385.00056.500-5	21	2	4.912.358,31	17/10/2011	6.337.468,14	57.027,23	134.521,14
158489	9419.00011.500-4	21	3	6.411.223,66	17/10/2011	7.187.914,60	0,00	6.631,47
158131	9733.00387.500-8	21	1	9.000.000,00	15/08/2011	9.500.000,00	0,00	28.393,62
Dianópolis						6.647.745,68		
Colinas						388.978,00		
Total							181.387,23	228.816,54

Fonte: Spiunet, SPU – Superintendência do Patrimônio da União e Diretorias Administrativas dos Campi

- O Campus Dianópolis e o Campus Colinas ainda estão interligados com a Reitoria, por isso, não possuem despesas com manutenção, ficando estas todas sob o RIP da Reitoria.
- Vale ressaltar que, estes dois *Campi* estão em fase inicial de sua implantação, sendo esse o motivo por não terem ainda um número RIP, bem como despesas com manutenção e reforma.
- Informamos também que houve a doação de um terreno por parte do Governo Estadual para o IFTO através do Decreto nº 3.885 de 24/11/2009. Tal terreno foi doado exclusivamente para a construção da sede da Reitoria do IFTO. Todavia o mesmo fica afastado da região central desta capital e é totalmente desprovido de infraestrutura.

- Como a Reitoria adquiriu recentemente sua sede em região bem localizada, desta forma, deverá ser tomada, pela gestão, uma decisão sobre o uso do terreno supramencionado.
- O Valor reavaliado para o Campus Palmas referente à UG 158336, foi feito de forma unificada, segundo laudo de avaliação da SPU – Superintendência do Patrimônio da União.

Quadro 32: Quadro A.6.3 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros da UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	TOCANTINS		
	Palmas		
	Porto Nacional		
	Paraíso		
	Gurupi		
	Araguaína		
	Araguatins		
	Colinas		
	Dianópolis		
	Reitoria	00	01
Subtotal Brasil		00	01
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			01

Fonte: Spiunet

7. PARTE A, ITEM 7, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

7.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO IFTO

Quadro 33: Quadro A.7.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados		
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:		
		Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
	X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
		Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
		aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
		aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
		aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
		aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
		aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
		Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
		Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
		Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:		
		Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
		Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.

	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
X	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
X	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.

	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
X	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(4)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).

	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
	Entre 1 e 40%.
X	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8. PARTE A, ITEM 8, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

8.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS DO IFTO

Quadro 34: Quadro A.8.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.				X	
Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			

3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i>), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).		X			
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.		X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
Considerações Gerais: ITEM 1: -Contratação de Serviços Gráficos utilizando papéis reciclados, exemplo Agendas e Informativos Institucionais.-Elaboração de edital visando Aquisição de Mobiliários, inserindo alguns critérios de acordo com a legislação de sustentabilidade ambiental. ITEM4: Em alguns itens de processo para aquisição de mobiliário realizada por esta instituição, foram solicitadas					

certificações INMETRO e ISO.

ITEM5: *Como exemplo citamos:*

-Aquisição de aparelhos de ar condicionado com Tecnologia INVERTER – Classe A, onde os mesmos propiciam uma redução de cerca de 30% no consumo de energia elétrica;

-Aquisição de Eletroeletrônicos com Selo PROCEL “A”;

-Aquisição de Computadores respeitando legislação TI Verde.

ITEM6: *Agendas Institucionais utilizando papel reciclado.*

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Análise crítica:

O IFTO vem ao longo dos últimos anos, adotando medidas de redução de gastos em todos os quesitos. Alguns exemplos são a utilização de lâmpadas eletrônicas, compra de equipamentos de ar condicionado com tecnologia INVERTER, utilização de torneiras de pressão com retorno automático (Reitoria).

PROGRAMA A3P NO IFTO

No final do ano de 2011 o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente MMA se comprometendo a implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - que é um programa que visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. Em 2012 as ações foram iniciadas com a assinatura do Acordo de Cooperação com a ASCAMPA - Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas visando implantar a Coleta Seletiva Solidária no Instituto e a troca de experiências na área de educação ambiental, no ano de 2013 a Coleta Seletiva se deu na sede da Reitoria e no Campus Palmas. Foram adquiridas lixeiras seletivas para Reitoria e os Campi, e produzido material gráfico de conscientização ambiental, tais como diminuição de gastos de água e energia elétrica.

Quadro 35: Quadro A.8.2 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Programa Agenda Ambiental na Administração Pública A3P		2011		- Formação da Comissão Gestora do A3P IFTO; -Formação das Comissões A3P nos Campi; - Termo de Cooperação com a ASCAMPA (Associação de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis da Região-Centro-Norte de Palmas-TO) para destinação dos resíduos sólidos da Reitoria e Campus Palmas (por ser a única Associação/Cooperativa que tem a documentação legal); - Início da Coleta Seletiva Solidária na Reitoria e no Campus Palmas (inicialmente coletando Papel e Papelão, em 2013 foi destinado 744 kg de resíduos sólidos para reciclagem na ASCAMPA); - Participação de todas as Pro Reitorias nas ações do A3P;		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel (resmas)						
Água (m³)	22.778,00	17.425,00	15.351,00	230.108,92	155.089,77	106.579,25
Energia Elétrica (Kw)	3.107.363,00	1.807.515,00	1.315.423,00	1.561.917,00	1.260.352,00	945.954,00
			Total			

Fonte: PROAD, PRODI e Comissão Central A3P.

Análise crítica:

O IFTO vem ao longo dos últimos anos, adotando medidas de redução de gastos em todos os quesitos. Alguns exemplos são a utilização de lâmpadas eletrônicas, compra de equipamentos de ar condicionado com tecnologia INVERTER, utilização de torneiras de pressão com retorno

automático (Reitoria), etc. Além disso, outras ações estão em fase de implementação como a A3P visando a coleta seletiva solidária. Ressalta-se também que o IFTO está em franca ampliação de sua estrutura física com novas salas de aula, laboratórios, bibliotecas, ginásio esportivos, novas sub-estações de energia elétrica, dentre outros. Também estão em processo de implementação a climatização das salas de aulas de diversos campi, visando proporcionar mais conforto aos nossos alunos. Vale ressaltar que os Campi Araguatins, Dianópolis e Paraíso não tem consumo de água, pois esta lhes é fornecida através de poços artesianos e nascente fluvial. Informamos também que o IFTO possui contrato com empresa terceirizada na qual lhes é fornecido máquinas copiadoras e o próprio consumo de papel, motivo este por não estar aqui quantificado. Percebe-se um aumento no consumo de energia elétrica do ano de 2012 para o ano de 2013, esse fato se dá devido a alguns fatores importantes: mudança da sede da reitoria para um prédio próprio com área construída com cerca de 4.000 m², contratação de novos servidores nos campi e principalmente reitoria, funcionamento de novo campus (Dianópolis), tais fatos proporcionaram maior consumo de energia e outros insumos.

9. PARTE A, ITEM 9, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

9.1 TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU

Quadro 36: Quadro A.9.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 021.736/2013-8	Acórdão 5938/2013-TCU-Segunda Câmara	1.7.1	Representação	Ofício 0670/2013-TCU/SECEX-TO, de 04/10/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins					
Descrição da Deliberação					
Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins que oriente suas unidades encarregadas de processamento de licitações, bem como os integrantes de comissões de licitações, a observarem a jurisprudência do TCU que versa sobre a possibilidade de somatório de atestados de capacidade técnica par fins de					

habilitação em licitações que objetivem a contratação de obras e serviços de engenharia, bem como as hipóteses em que são justificáveis exigências de comprovação de capacidade técnico-profissional e técnico-operacional, a definição de parcelas ou itens tecnicamente relevantes e, simultaneamente, de valor significativo, sob pena de responsabilização caso se apure em fiscalizações ou apurações processuais subsequentes inobservância ou negligência quanto a tais aspectos.

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A determinação do TCU foi comunicada aos setores responsáveis pelas providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC 037.768/2012-3	Acórdão nº 6505/2013 – TCU – 2ª Câmara	1.6.1	Representação	Ofício 0839/2013-TCU/SECEX-TO, de 22/11/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins					
Descrição da Deliberação					
Dar ciência aos gestores do IFTO sobre a impropriedade verificada nos presentes autos, a fim de se evitar ocorrências futuras da mesma espécie: dispensa de licitação, com base no disposto no art. 24, inciso IV, da Lei 8.666/1993, sem estarem presentes todos os pressupostos caracterizadores de situação emergencial, de acordo com o entendimento firmado pelo TCU sobre o assunto (Decisão 347/1994-TCU-Plenário). 1.7. Determinar o arquivamento do processo.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Gabinete do Reitor					
Síntese da Providência Adotada					
A determinação do TCU foi comunicada aos setores responsáveis pelas providências.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

Quadro 37: Quadro A.9.1.2 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins					
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
	TC-029.610/2013-3	Acórdão 8139/2013-TCU-Primeira Câmara	1.7	Representação	Ofício 0864/2013-TCU/SECEX-TO, de 27/11/2013
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins					
Descrição da Deliberação					
Determinar ao IFTO que, no prazo de 180 dias, conclua a tomada de contas especial para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano das obras e serviços no campus Gurupi/TO, objeto do Contrato 15/2008, nos termos do art. 197 do RI/TCU, cuja autorização já foi consignada no Despacho n. 28/2013-GAB/REITORIA/IFTO, de 14/10/2013, no Processo Administrativo 23235.000048/2013-92, com subsequente encaminhamento dos autos ao TCU para julgamento, se for o caso, comunicado, de qualquer forma, a conclusão ao Tribunal.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
GABINETE DO REITOR					
Síntese da Providência Adotada					
A TCE foi instaurada pela Portaria nº 122/2014/REITORIA/IFTO, de 06 de março de 2014.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					

9.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI

Quadro 38: Quadro A.9.2.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins			
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
	Nota de Auditoria nº20131583301		
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins			
Descrição da Recomendação			
O princípio de Pareto (também conhecido como princípio 80-20), afirma que para muitos fenômenos, 80% das consequências advêm de 20% das causas. Isso quer dizer que, se forem analisados 20% dos processos em ordem decrescente do valor contratado, estes representarão 80% dos volumes contratados. Nas definições amostrais, levar este princípio em consideração.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Unidade de Auditoria Interna-AUDIN			
Síntese da Providência Adotada			
As recomendações foram atendidas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna 2014.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

9.3 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos, demonstrando, pelo menos:

- a) Estrutura e posicionamento da unidade de auditoria no organograma da UJ;

R: De acordo com o artigo 6º do Regimento Geral do IFTO, a Auditoria Interna, está subordinada ao Conselho Superior do IFTO.

- b) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações;

R:

- Ação 1.1 – Planejamento e Execução, consubstanciada no Relatório nº 01/2013, onde a AUDIN acompanhou as recomendações pendentes de implementação, bem como as ações de planejamento e execução dos trabalhos de auditoria interna para o exercício vigente;
- Ação 2.0 – Gestão Operacional, consubstanciada no Relatório nº 02/2013, onde se procurou analisar as metas previstas e executadas, os programas sob responsabilidade do IFTO, bem como os indicadores de desempenho; Tendo como principais constatações a desatualização do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e a ausência de compactação de informações quanto ao acompanhamento do Acordo de Metas e Compromissos firmado entre o IFTO e o MEC e a preocupação na formação de centros de custos no IFTO.
- Ação 5.0 – Gestão de Bens e Serviços, consubstanciados nos Relatórios nº 03/2013 e nº 04/2013 onde, respectivamente, foram apontadas algumas impropriedades nos contratos nº 18/2010 e 19/2010, quanto aos recolhimentos dos encargos da empresa Contratada, bem como o levantamento de informações ambientais no IFTO;
- Ação 4.0 – Gestão Financeira e ação 6.0 – Gestão de Recursos Humanos, consubstanciada no Relatório nº 05/2013 e 06/2013, onde foram abordadas as concessões de diárias e passagens, adicionais de insalubridade e periculosidade, auxílios aos estudantes, bem como as contratações nos termos da Lei 8.745/93;
- Ação 7.0 – Gestão Patrimonial, consubstanciada no Relatório nº 09/2013, abordando as situações patrimoniais dos Campi do IFTO. Tendo como constatação relevante o Campus Gurupi não estar com o seu setor de patrimônio e almoxarifado devidamente organizado bem como a implementação da

depreciação no sistema contábil do Campus Palmas e Reitoria, estando os demais Campi por implementá-las.

- c) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência;

R: Foram efetuadas 126 constatações, onde foram efetuadas 46 recomendações, das quais 44 foram implementadas.

- d) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;

R: As ações da Unidade de Auditoria interna estão discriminadas no Plano anual de Atividades de auditoria Interna – PAINT, aprovado pela CGU e Conselho Superior do IFTO, o acompanhamento das ações gerenciais é executado através da ação 1.1– Planejamento e Execução – Acompanhamento das recomendações citadas nos Relatórios emitidos pela AUDIN, realizada no mês de fevereiro, onde é considerada as recomendações pendentes do exercício anterior, além de acompanhamento contínuo pela Auditoria Interna, na execução de cada nova ação prevista no Paint.

- e) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;

R: A Audin não conta com “softwares” específicos para auditoria que auxilie na confecção dos relatórios, registros de achados, no arquivamento e monitoramento das recomendações efetuadas pela unidade. A sistemática utilizada se baseia no acompanhamento manual das ações executadas nos exercícios anteriores, na qual monitoramos as implementações realizadas pelos setores auditados.

- f) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;

R: A certificação à alta gerência é feita através dos Relatórios de Auditorias e Notas de auditoria. Todo relatório expedido pela AUDIN é encaminhado ao Reitor para conhecimento e providências cabíveis.

- g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

R: Ao se verificar as constatações passíveis de riscos à Administração, expõe-se as recomendações em Relatório, ou Nota de Auditoria, indicando os riscos em função de sua não implementação, encaminhando-se em seguida aos setores auditados, aos Diretores-gerais dos campi e ao Reitor.

9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

Quadro 39: Quadro A.9.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1006		1006
	Entregaram a DBR	1006		846
	Não cumpriram a obrigação			160
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	105	33	227
	Entregaram a DBR	105	33	227
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Planilha de Controle e Assentamento Funcionais

9.4 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93

**QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA
UI, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1006		1006
	Entregaram a DBR	1006		846
	Não cumpriram a obrigação			160
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	105	33	227
	Entregaram a DBR	105	33	227
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Planilha de Controle e Assentamento Funcionais

QUADRO A.9.6 –DECLARAÇÕES DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO SIASG
Eu, <u>Valquires Martins de Santana</u>, CPF nº <u>494.168.801-59</u>, <u>Administrador</u>, exercido no <u>IFTO</u> declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes aos contratos, firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores. Palmas, 03 de março de 2014. <u>Valquires Martins de Santana</u> <u>494.168.801-59</u> <u>Administrador/Reitoria</u>

DECLARAÇÃO SINCONV

Eu, **Vladimir Lisboa de Carvalho**, CPF nº 577.050.893-00, **Diretor de Administração e Planejamento**, exercido no **IFTO Campus Palmas** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no **Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV**, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Palmas - TO, 03 de março de 2013.

Vladimir Lisboa de Carvalho

57705089300

Contador/IFTO Campus Palmas

10. PARTE A, ITEM 10, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

10.1 RELACIONAMENTO DO IFTO COM A SOCIEDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins dispõe de dois canais para acesso do cidadão, Ouvidoria e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.

A ouvidoria do IFTO iniciou suas atividades em outubro de 2010, e, desde então, vem atendendo a comunidade interna e externa da Reitoria e dos sete *campi* através do e-mail e dos telefones institucionais, além dos contatos pessoais.

A partir de outubro de 2012, a Ouvidoria passou a atender em sala própria, de 8h as 12h e de 14h as 18h, no prédio da Reitoria, localizado na Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul, Palmas-TO.

Regida pelo Regimento Geral do IFTO, a Ouvidoria do Instituto Federal do Tocantins é uma unidade de serviço de natureza mediadora, que, conforme dispõe o art. 25 do Regimento Geral do IFTO, *in verbis* “cabe à Ouvidoria dar os devidos encaminhamentos, no âmbito institucional, a denúncias, reclamações, informações, elogios, solicitações e sugestões referentes aos serviços prestados no universo da Instituição”.

As formas de contatos disponíveis são e-mail institucional, telefones institucionais e contato pessoal. Assim, durante o ano de 2012, a Ouvidoria desta Instituição atendeu às manifestações

somente por meio do e-mail e do telefone institucional. Foram **95** manifestações através do e-mail institucional, ouvidoria@ifto.edu.br, centenas de ligações com solicitação de informação.

Já durante o ano de 2013, a Ouvidoria atendeu os manifestantes pessoalmente, como também recebeu as manifestações por meio do e-mail e do telefone institucional. Foram **97** manifestações através do e-mail institucional, ouvidoria@ifto.edu.br, **03** atendimentos pessoais e **03** atendimentos via telefone institucional. Estes últimos merecem destaque, pois dizem respeito a uma denúncia e duas reclamações. Além desses registros, foram recebidas várias ligações no telefone convencional e no celular institucional com solicitações de informação, as quais foram atendidas prontamente ou, quando necessário, encaminhadas para setores da Reitoria ou dos *campi*, onde se encontravam os dados necessários para dirimir as questões suscitadas.

A Ouvidoria tem como finalidade receber as manifestações e repassar para aqueles departamentos/setores e comissões que possuem a competência para resolução do problema apresentado, tendo em vista a natureza da manifestação. Dentre as demandas registradas pela ouvidoria durante o exercício 2012 e 2013, a maioria referia-se à solicitação de informação, seguidas de reclamações. O tratamento de cada manifestação recebida, como a análise, a qualificação e a elaboração da resposta, é um trabalho conjunto da Ouvidoria com os *campi* e a Reitoria do IFTO.

Sem a colaboração e o empenho de todos os profissionais seria impossível alcançar o ótimo resultado de 89,47% durante o exercício de 2012 e,

Item	Demandas Recebidas pela Ouvidoria do IFTO – Exercício 2012	QUANTIDADE	Providências Adotadas
01	Solicitação de Informação	69	59 respondidas a contento.
			*10 aguardado retorno dos manifestantes.
02	Reclamação	10	encaminhadas e resolvidas dentro das possibilidades.
03	Denúncias	05	05 resolvidas
04	Sugestões	05	encaminhadas e atendidas dentro das possibilidades.
05	Outros	06	As manifestações tratadas como outros são aquelas que o usuário utiliza o e-mail da ouvidoria para solicitar a divulgação de alguma matéria no sítio da instituição, divulgação de alguns convites, resolução

			de questões concernentes à matrícula, dentre outros.
--	--	--	--

* Essas manifestações aguardam algum tipo de informação essencial a ser emitida pelo usuário, para que possam ser respondidas a contento.

82,52% de respostas durante o exercício de 2013.

Item	Demandas Recebidas pela Ouvidoria do IFTO – Exercício 2013	QUANTIDADE	Providências Adotadas
01	Solicitação de Informação	45	36 respondidas a contento.
			05 aguardando retorno das unidades do IFTO.
			*04 aguardando retorno dos manifestantes.
02	Reclamação	37	32 encaminhadas e resolvidas, dentro das possibilidades.
			05 aguardando retorno.
03	Denúncias	09	03 arquivadas a pedido do manifestante.
			02 resolvidas.
			04 em andamentos.
04	Outros	12	As manifestações tratadas como outros são aquelas que o usuário utiliza o e-mail da ouvidoria para solicitar a divulgação de alguma matéria no sítio da instituição e divulgação de alguns convites e etc.

* Essas manifestações aguardam algum tipo de informação essencial a ser emitida pelo usuário, para que possam ser respondidas a contento.

Ressaltamos que as denúncias foram levadas ao conhecimento dos gestores dos denunciados e à Auditoria Interna do IFTO, os quais não mediram esforços na apuração e na adoção de medidas, quando confirmada a causa dessas denúncias. Os encaminhamentos seguiram com solicitação de verificação de procedência e manifestação, para que fossem tomadas as providências cabíveis e assim cumprir o que determina o inciso II do art. 26 do Regimento Geral do IFTO, *in verbis*: “acompanhar as providências solicitadas às unidades organizacionais pertinentes, informando os resultados aos interessados, garantindo-lhes orientação, informação e resposta”. Já ao denunciado

foi dada oportunidade de manifestação e esclarecimento, pautando-se no princípio do contraditório e ampla defesa.

Quanto ao Serviço de informação ao cidadão do IFTO, este iniciou suas atividades em maio de 2012, por meio da implementação da Lei de Acesso à Informação - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011- nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal. Desde então, o IFTO vem atendendo as comunidades externa e interna da Reitoria e dos sete *campi* através de suas manifestações no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC).

A Lei de Acesso à Informação tem por objetivo garantir aos cidadãos o direito às informações públicas, que deverão ser transmitidas de forma transparente e eficaz.

O Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC) permite que qualquer pessoa, física ou jurídica, encaminhe pedidos de acesso à informação de forma online para órgãos e entidades do Poder Executivo Federal. Além do atendimento através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), o cidadão também pode solicitar ao protocolo dos *campi* e da Reitoria formulário próprio para pedido de acesso à informação.

Através do e-SIC, o IFTO atendeu durante o ano de 2012 a **29** solicitações de informações, sendo que, quatro delas foram acompanhadas de interposição de recursos à primeira instância e, dessas quatro interposições, somente uma precedeu recurso à segunda instância.

Já em 2013, o IFTO atendeu através do e-SIC **43** solicitações de informações, sendo que, somente um usuário interpôs recurso à primeira instância.

Essas solicitações de informação representam somente as manifestações registradas no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), visto que nenhum cidadão procurou o protocolo da Reitoria para solicitar informações.

As solicitações de informações atendidas pelos *campi* durante o exercício de 2012 e 2013 por meio do formulário para pedido de informação não foram contabilizadas, no entanto, pretendemos solicitar aos *campi* do IFTO relatório anual dos atendimentos presenciais.

É extremamente relevante ressaltar que as manifestações, desde o primeiro ano de criação da ouvidoria e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão, cresceram a partir do momento que essas unidades de atendimento ao cidadão foram divulgadas nas reuniões da equipe gestora em todos os *campi* do IFTO. Quanto ao mérito proveniente de todo o sucesso na resolução das demandas registradas, pode-se atribuí-lo aos responsáveis pelos setores administrativos e/ou pedagógicos do IFTO, que atenderam às solicitações de informações, que não mediram esforços para resolver as solicitações de ajuda, como também não ignoraram as sugestões enviadas.

Vale destacar ainda, que a divulgação da Ouvidoria, assim como do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão ocorreram em todos os campi, por meio de reuniões com a equipe gestora do IFTO. Além da apresentação destes canais de atendimento ao cidadão aos alunos, professores e comunidade externa presentes na reunião, foram distribuídos panfletos em todos os *campi* que abordavam as seguintes temáticas: O que é a ouvidoria do IFTO? Quem pode procurar a ouvidoria? Como entrar em contato com a ouvidoria. E o sigilo? Assim como informações relacionadas à Lei de acesso a Informação. Após as divulgações em 2012 podemos observar, embora que discreto, o crescimento das manifestações em 2013.

Não podemos deixar de reconhecer o valor da parceria, cada vez mais compromissada, com os *campi* e a Reitoria. Essa parceria possibilita maior agilidade no atendimento às demandas e na demonstração de compromisso com o cidadão; além disso, consolida a educação como um direito à cidadania, potencializando o exercício pleno da democracia participativa.

11. PARTE A, ITEM 11, DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

11.1 DECLARAÇÃO DO CONTADOR DO IFTO

Quadro 40: Quadro A.11.2.2 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício Não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS	158131
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Ausência frequente de Relatório de Bens Móveis em Unidades Gestora; b) Ausência de Avaliação e reavaliação de Bens móveis e imóveis; c) Classificação de Receita de Capital em Receita Corrente; d) Ausência de Classificação Contábil de Servidor Cedido – Créditos a Receber; f) Ausências de conformidade de Registro de Gestão;	

g) Ausência de Relatório de Bens de Almoхарifado de Unidades Gestora;

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local		Data	
Contador Responsável	João Marcelo dos Santos Silva	CRC nº	TO: 002732/O-3

12. PARTE B, ITEM 7 DO ANEXO II DA DN TCU Nº 127/2013.

12.1 INDICADORES DE GESTÃO DO IFTO NOS TERMOS DO ACÓRDÃO TCU Nº 2.267/2005.

Quadro 41: Quadro B.7.1 – Resultados dos Indicadores – Acórdão TCU n.º 2.267/2005

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2013	2012	2011	2010	2009
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	5,88	6,14	4,17	3,48	
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	23,94%	30,2%	56,4	49,2%	
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	9,14%	8,4%	3,3%	7,9%	
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número de Matriculados Finalizados	41,19%	37,6%	21,1%	16,5%	
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	47,00	44,9%	3,2%	8,7%	
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Número Total Matriculados / Número Total de Docentes (quantidade total de docentes de 20h, multiplica-se por 0,5 e quantidade total de docentes de 40h e DE multiplica-se por 1).	26,17	22,6	16,5	15,6	

Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Total de Gastos/ Alunos Matriculados	7.401,77	6.490,10	9.222,22	6.141,46	
	Percentual de Gastos com Pessoal	Total de Gastos com Pessoal / Gastos TOTAIS x 100	57,29	48,18	51,17	57,73	
	Percentual de Gastos com outros Custeios	Total de Gastos com Outros Custeios / Gastos Totais x 100	20,71	22,86	18,68	20,20	
	Percentual de Gastos com Investimentos	Total de gastos com despesas de Investimentos e Inversões Financeiras / Gastos Totais	16,72	25,81	26,72	18,10	
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar		12.054 ¹	4.492 ²	2.589 ³		
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	Índice = $G*1+A*2+E*3+M*4+D*5$ $G+A+E+M+D$	3,092	2,094	2,089	1,869	2,0751

Indicadores Acadêmicos:

1. Relação Candidato / Vaga

OBJETIVO: Identificar a relação candidato/vaga.

DEFINIÇÕES: Inscrições = número de inscrições para vestibular e processos seletivos;

Vagas Ofertadas = número de vagas ofertadas em Editais de Oferta de Vagas por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação Candidato / Vaga} = \frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}}$$

¹ Este quantitativo de estudantes está dividido em: **0 < RFP ≤ 0,5 SM** = 1.504 estudantes; **0,5 < RFP ≤ 1,5 SM** = 2.362 estudantes; **1,5 < RFP ≤ 2 SM** = 853 estudantes; **2 < RFP ≤ 3 SM** = 669 estudantes; **Acima de 3 SM** = 923 estudantes; **Não declararam Renda / Não informaram** = 5.743 estudantes (Araguatins + Dianópolis + Porto Nacional + Gurupi + Araguaína + Palmas). Informação repassada pelos Auxiliares Institucionais dos campi.

² Este quantitativo de estudantes está dividido em: **0 < RFP ≤ 1 SM** = 2.620 estudantes; **1 < RFP ≤ 2 SM** = 1.159 estudantes; **2 < RFP ≤ 3 SM** = 271 estudantes; **3 < RFP ≤ 5 SM** = 299 estudantes; **Acima de 5 SM** = 34 estudantes; **Não declararam Renda** = 109 estudantes.

³ Este quantitativo de estudantes está dividido em: **0 < RFP ≤ 1 SM** = 1.078 estudantes; **1 < RFP ≤ 2,5 SM** = 906 estudantes; **2,5 < RFP ≤ 3 SM** = 36 estudantes; **Acima de 3 SM** = 569 estudantes.

2. Relação de Ingressos/Alunos

OBJETIVO: Quantificar a taxa de Ingressos em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano (matrículas do período anterior + ingressos + matrículas reativadas). Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação Ingressos / Alunos} = \frac{\text{Número de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

3. Relação de Concluintes/Alunos

OBJETIVO: Quantificar a taxa de concluintes em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Concluintes (Manhã, Tarde, Noite, Integral, Total)} + \text{Número de Integralizados}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

4. Índice de Eficiência Acadêmica – concluintes

OBJETIVO: Quantificar a eficiência das Instituições.

DEFINIÇÕES: Concluinte é o aluno que integralizou os créditos, está apto a colar grau. Ingressos = número de ingressos por meio de vestibular, processos seletivos e outras formas de ingresso.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{\Sigma \text{Nº de concluintes}}{\Sigma \text{Nº de Ingressos ocorridos por período equivalente}} \times 100$$

Contam-se os ingressos verificados na mesma instituição, considerando-se o período equivalente como a quantidade de períodos para integralização da carga horária letiva do curso (inseridos no cadarço do curso). Por exemplo, para um curso de periodicidade semestral com integralização de 2 semestres em 2005 terá os concluintes do 1º e 2º semestre de 2005 e ingressos do 1º semestre de 2005 e 2º semestre de 2004.

Outro exemplo, para se calcular o índice de eficácia no ano de 2003, considerando-se os seguintes períodos para integralização da carga horária letiva dos cursos de periodicidade anual: Graduação –

05 anos, Licenciatura – 04 anos, Cursos de Tecnologia – 03 anos, Ensino Médio – 03 anos e Ensino Técnico – 02 anos; divide-se o somatório do número de concluintes em 2003 pelo somatório do número de ingressos: na Graduação em 1998, na Licenciatura em 1999, nos Cursos de Tecnologia em 2000, no Ensino Médio em 2000 e no Nível Técnico em 2001.

5. Índice de Retenção do Fluxo Escolar

OBJETIVO: Quantificar a taxa de retenção do fluxo escolar em relação ao total de alunos.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. Retenção Escolar refere-se à sub-divisão: reprovação e trancamento.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{\text{Número de Alunos Retidos (Reprovação + Trancamento)}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100$$

6. Relação Alunos/Docente em Tempo Integral

OBJETIVO: Quantificar o Número de Alunos por Docente em Tempo Integral.

DEFINIÇÕES: O número de alunos em cada ano corresponde ao total de matrículas no mesmo ano. O Docente em tempo integral (efetivo e em contrato temporário) presta atividades acadêmicas exclusivamente em sala de aula, equivalente ao regime de trabalho de 40 horas semanais (quantidade em 20h, multiplica-se por 0,5, e quantidade em 40he DE multiplica-se por 1).

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Relação} = \frac{\text{Número de Alunos Matriculados}}{\text{Número de Docentes}}$$

7. Índice de Titulação do Corpo Docente

OBJETIVO: Quantificar o Índice de Titulação do Corpo Docente – Efetivo e Substitutos

DEFINIÇÕES: A titulação do Corpo Docente é dividida em 5 sub-grupos: Graduado, Aperfeiçoado, Especialista, Mestre e Doutor.

MÉTODO DE CÁLCULO:

$$\text{Índice} = \frac{G*1+A*2+E*3+M*4+D*5}{G+A+E+M+D}$$

Onde: G=qtde de docentes Graduados; A=qtde de docentes Aperfeiçoados; E= qtde de docentes Especialistas; M=qtde de docentes Mestres; D= qtde de docentes Doutores.

13. DEMAIS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELAVANTES PELO IFTO:

RELATÓRIO PRO REITORIA DE PESQUISA**PESQUISA****Atividades Desenvolvidas**

- Execução do Programa de Iniciação Científica do IFTO;
- Elaboração e acompanhamento dos editais de bolsas de Iniciação Científica;
- Execução do Programa de Apoio ao Pesquisador do IFTO (PAP);
- Elaboração e acompanhamento dos editais de bolsas PAP/APL e PAP/PQ;
- Acompanhamento da execução financeira da taxa adicional de bancada – bolsa produtividade em pesquisa – PAP/PQ;
- Planejamento e execução da 4ª Jornada de Iniciação Científica e de Extensão do IFTO.
- Assessoramento aos setores responsáveis pela pesquisa nos Câmpus.
- Divulgação dos procedimentos para formalização da pesquisa dos servidores nos Câmpus.
- Avaliação trienal dos grupos de Pesquisa;

4ª Jornada de Iniciação Científica e Extensão

A 4ª Jornada de Iniciação Científica e Extensão – 4ª JICE ocorreu nos dias 24 e 25 de outubro de 2013 no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – Câmpus Paraíso do Tocantins. Houve a participação de servidores e estudantes de todas as unidades do IFTO como avaliadores, autores, diretores de modalidade e participantes em geral, sendo 528 inscritos no sistema da JICE e 405 credenciados.

Foram submetidos 104 artigos científicos, sendo 82 aprovados, com 10 do Câmpus de Araguaína, 15 do Câmpus de Araguatins, 5 do Câmpus Gurupi, 36 do Câmpus Palmas, 9 do Câmpus Paraíso do Tocantins, 4 do Câmpus Porto Nacional e 2 da Reitoria.

Foram apresentadas em forma de pôster 27 atividades de Extensão e 6 minicursos foram ministrados.

Esteve presente no evento a professora Dra. Temis Gomes Parente, bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq. A professora Temis compõe o Comitê Científico Externo, e participou como avaliadora da Jornada, relatando o evento ao CNPq.

Durante a 4ª JICE ocorreu uma reunião com os coordenadores de pesquisa e de extensão onde foi decidida a sede da próxima Jornada de Iniciação Científica e Extensão e será no Câmpus de Dianópolis do IFTO na primeira quinzena de outubro de 2014.

Os artigos científicos aprovados estão disponíveis nos anais eletrônicos do evento em <http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/jice/jice/schedConf/presentations>.

Comitê de Ética em Pesquisa do IFTO

O Instituto Federal do Tocantins está iniciando a formação de um Comitê de Ética em Pesquisa, o CEP-IFTO, que será um órgão colegiado, interdisciplinar e independente, criado para defender os interesses dos sujeitos de pesquisas, em sua integridade e dignidade, além de contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos.

O CEP será responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas do IFTO envolvendo seres humanos, além das indicadas pela CONEP, para o mesmo fim, contribuindo assim, com o processo educativo dos pesquisadores, da instituição e dos próprios membros do comitê.

O Regimento Interno do Comitê de ética em pesquisa em seres humanos do IFTO, foi aprovado pela Resolução do Conselho Superior Nº 43/2013/CONSUP/IFTO, de 11 de setembro de 2013.

Programa de Iniciação Científica 2012-2013 – PIC/IFTO

PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

Edital nº 91/2013, 10 de julho de 2013 e Edital nº 109/2013, 13 de setembro de 2013 (vagas remanescentes) - (Cota institucional)

Edital nº 81/2013, 3 de junho de 2013 (Cota CNPq)

IFTO: 31 bolsas de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais)

CNPq: 03 bolsas de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais)

PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

Edital nº 91/2013, 10 julho de 2013 e Edital nº 109/2013, 13 de setembro de 2013 (vagas remanescentes) - (Cota institucional)

Edital nº 81/2013, 3 de junho de 2013 (Cota CNPq)

IFTO: 13 bolsas de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais)

CNPq: 07 bolsas de R\$ 400,00 (Quatrocentos Reais)

ICJ – Iniciação Científica Junior

Edital nº 91/2013, 10 julho de 2013 e Edital nº 109/2013, 13 de setembro de 2013 (vagas remanescentes) - (Cota institucional)

IFTO: 52 bolsas de R\$ 100,00 (Cem Reais)

PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - Ensino Médio

Edital nº 04/2013, 28 de janeiro de 2013 (Cota CNPq) a vigência dos projetos foram prorrogadas até julho de 2014.

CNPq: 40 bolsas de R\$ 100,00 (Cem Reais)

Programa de Apoio à Pesquisa – PAP/IFTO

Tem a finalidade de estabelecer critérios e procedimentos para o fomento de Projetos de Pesquisa pelo Programa de Apoio à Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (PAP/IFTO). Regulamento do Programa de Apoio à Pesquisa – PAP/IFTO - RESOLUÇÃO nº. 16/2012/CONSUP/IFTO aprovada em 05 de março de 2012 pelo Conselho Superior do IFTO.

Incentivos implantados:

Bolsas Produtividade em Pesquisa e Inovação (PQ);

Bolsas de Pesquisa em Arranjos Produtivos Locais (APL);

Bolsas de Pesquisa Aplicada em Arranjos Produtos Locais – PAP/APL

EDITAL Nº 05/2013/REITORIA/IFTO, de 29 de Janeiro de 2013

IFTO: 22 bolsas (seleção) de R\$ 770,00 (Setecentos e setenta Reais)

Bolsas de Produtividade em Pesquisa – PAP/PQ

EDITAL Nº 87/2013/REITORIA/IFTO de 25 de junho de 2013

IFTO: até 04 bolsas variando de R\$ 770,00 (setecentos e setenta reais) até R\$ 1.100,00 (Hum mil e cem Reais)

O Pesquisador selecionado recebe adicional de bancada de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) por projeto de Bolsa Produtividade em Pesquisa, para auxílio à pesquisa, pago ao proponente mediante depósito em conta bancária.

Grupos de Pesquisa Cadastrados na instituição.

O Instituto Federal também organiza seus pesquisadores a partir de núcleos de pesquisa, cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que articulam suas atividades de ensino, pesquisa, iniciação científica e pós-graduação.

Atualmente existem 23 grupos certificados pela instituição, a saber:

- CECA - Centro de Estudos em Ciências Ambientais
- Núcleo de Pesquisa Aplicada em Piscicultura
- Grupo de Pesquisa em Redes de Computadores - GREDES
- Educação Ambiental
- NUPLA - Núcleo de Pesquisa em Linguagens e Artes
- Núcleo de Pesquisa e Tecnologia Agroambiental
- Produção Vegetal e Sustentabilidade
- Indicadores Sociais - Gurupi
- Formação Continuada para professores de Língua Estrangeira
- Educação, Trabalho e Tecnologia
- Núcleo de pesquisa em Gestão e Sócio-Economia Rural
- Conhecimento, Educação e Sustentabilidade em Ação
- Formação Inicial de Professores e Prática Pedagógica
- Saúde Pública e Doenças Tropicais
- NETUS - Núcleo de Estudos em Educação, Turismo e Sustentabilidade
- Tecnologia e Materiais Sustentáveis
- Grupo de Estudo em Sistemas de Energia Elétrica (GESEE)
- GAP - Grupo de Pesquisa em Gestão de Atividades de Pecuária
- GEFRE Grupo de Estudos em Fontes Renováveis de Energia
- Núcleo de Ensino e Aprendizagem Interdisciplinar
- Tecnologia Aplicada e Inovação
- Análise e desenvolvimento de sistemas computacionais
- Ciências Ambientais e educação

Iniciação Científica por Campus do IFTO

Bolsas de Iniciação Científica por Câmpus – Programa 2013-2014 (Vigente)

Modalidade	Araguaína	Araguatins	Gurupi	Palmas	Paraíso	Porto Nacional	Total
------------	-----------	------------	--------	--------	---------	----------------	-------

PIBIC	-	10	3	10	5	3	31
PIBIC/CNPq	-	-	-	-	-	-	33
PIBIC-AF/CNPq	-	-	-	-	-	-	2
PIBITI	-	2	-	5	5	1	13
PIBITI/CNPq	-	-	-	-	-	-	7
ICJ	10	10	8	10	10	4	52
PIBIC-EM/CNPq	-	-	-	-	-	-	40
TOTAL	10	22	11	25	20	8	178

Bolsas de Iniciação Científica por Câmpus – Programa 2012-2013 (Encerrado)

Modalidade	Araguaína	Araguatins	Gurupi	Palmas	Paraíso	Porto Nacional	Total
PIBIC	-	6	2	10	3	3	24
PIBIC/CNPq	-	-	-	-	-	-	3
PIBIC-AF/CNPq	-	-	-	-	-	-	-
PIBITI	-	2	-	5	2	1	10
PIBITI/CNPq	-	-	-	-	-	-	7
ICJ	10	5	8	10	10	4	47
PIBIC-EM/CNPq	-	-	-	-	-	-	40
Total	10	13	10	25	15	8	131

PÓS-GRADUAÇÃO

Atividades Desenvolvidas

Elaboração do termo de referência do Edital de Pregão Eletrônico para contratação de instituições para prestação de serviços de desenvolvimento de cursos de pós-graduação em nível *stricto sensu* para a capacitação de servidores do IFTO;

Elaboração do Edital de Apoio à Qualificação: classificação com fins de concessão de afastamento aos docentes do IFTO, inscritos em programas de Mestrado ou Doutorado ou em projetos de Pós-doutorado (2013/1);

Organização e Execução do II Workshop de Pós-graduação do IFTO;

Submissão no APCN-Capes (Aplicativo para Propostas de Cursos Novos-Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) da proposta de curso de mestrado acadêmico em Engenharia Elétrica a ser ofertado pelo Câmpus Palmas;

Apoio para a realização das aulas do Minter em Educação (UFSM) no Câmpus Palmas;

Levantamento de informações de servidores afastados para capacitação *stricto sensu*, bem como do envio do Relatório de Atividades Semestral – RESAD em cumprimento ao art. 27 do Regulamento de Capacitação dos servidores do IFTO;

Participação na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos a ser ofertado através da EaD pelo Câmpus Gurupi e nos polos de Gurupi, Palmas, Palmeirópolis e Tocantinópolis. Análise e encaminhamento ao Conselho Superior para aprovação. Curso em andamento, financiado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC);

Participação na elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Educação de Jovens e Adultos na Diversidade a ser ofertado através da EaD pelo Câmpus Paraíso do Tocantins. Análise e encaminhamento ao Conselho Superior para aprovação. Curso aprovado, aguardando liberação de recurso pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI);

Participação em Reuniões com os Coordenadores dos Mestrados em Modelagem Computacional de Sistemas e Gestão de Políticas Públicas da UFT, com a finalidade de organizar o cronograma de aulas e o edital de seleção dos servidores;

Organização da apresentação dos cursos de Pós-Graduação em Modelagem Computacional de Sistemas e Gestão de Políticas Públicas da UFT pelos seus respectivos coordenadores aos servidores do IFTO no Câmpus Palmas com transmissão via web conferência no dia 21/06/2013;

Participação em Reunião com os Coordenadores dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia da Produção e Sistemas (Mestrado) e Educação (Doutorado) da Unisinos, com a finalidade de organizar a oferta dos cursos;

Participação na elaboração do edital de seleção e apoio na aplicação das provas do Mestrado em Engenharia da Produção e Sistemas;

Apoio à organização e execução da IV JICE no Câmpus Paraíso do Tocantins;

Elaboração do PLANFOR (Plano Institucional de Formação de Quadros Docentes) encaminhado a Capes para a liberação de bolsas e auxílio moradia para os docentes afastados para doutoramento; Contatos para efetivação de parcerias para capacitação de servidores do IFTO na modalidade DINTER;

Participação no XXIX ENPROP (Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação) representando o IFTO.

Participação Em Eventos

Participação no XXIX ENPROP (Encontro Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação) em Curitiba/PR no período de 11/12/2013 a 13/12/2013. Durante o evento ocorreram reuniões com os segmentos das instituições públicas de ensino superior e por região onde foram expostos os avanços, as dificuldades e experiências relacionadas à pós-graduação. Também aconteceram palestras e painéis com os temas:

- Educação Básica e Internacionalização: Desafios para a Pesquisa e a Pós-Graduação - Conferencista: José Fernandes de Lima (Presidente do CNE) e Jorge Guimarães (Presidente da CAPES);
- Interdisciplinaridade da Pesquisa e da Pós-Graduação: Possibilidades e Desafios – Palestrante: Arlindo Philippi Jr. (Pró-Reitor Adjunto Pós-Graduação USP);
- Pesquisa e Inovação: Universidade e Empresa - Alvaro Toubes Prata (Secretaria de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação/MCTI);
- Comissão Nacional de Acompanhamento do PNPG (2011-2020): resultados preliminares - Palestrante: Jorge Audy (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da PUC – RS);
- Avaliação Trienal: Indicadores de Fomento e de Avaliação (Balanço e Perspectivas) - Conferencista: Lívio Amaral – Diretor de Avaliação da CAPES e Prof. Adalberto Grassi Carvalho, Diretor substituto de Programas e Bolsas da CAPES.

INOVAÇÃO

Considerações Iniciais

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) subordinado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), foi criado em cumprimento à Lei de Inovação (Lei 10973/04 e Decreto 5563/05), a partir do Ato da Reitoria nº 001/2010, de 13 de setembro de 2010, sendo o principal órgão de execução da

política institucional para a proteção e transferência de tecnologia da Propriedade Intelectual no IFTO. O Núcleo, dentre as suas finalidades, tem o compromisso de conferir aos pesquisadores do IFTO suporte no processo de patenteamento de inventos, produtos e processos gerados nas atividades de pesquisa e que possam ser transformados em benefício para a sociedade. O Núcleo objetiva ainda facilitar o acesso das instituições ao conhecimento gerado no IFTO, passível de utilização, direta ou indireta, no processo produtivo, na gestão pública e em áreas afins. A regulamentação de prestação de serviços, criação de empresas juniores e incubadoras de empresas no âmbito do IFTO também será realizada pelo NIT, com o intuito de incentivar o empreendedorismo e atender às demandas da sociedade.

A construção da política de inovação do IFTO é um processo contínuo onde a elaboração de documentos institucionais pertinentes ao tema inovação é bastante complexa. Um passo importante na consolidação das ações de proteção da propriedade intelectual gerada no âmbito do IFTO foi a aprovação do regulamento do Núcleo de Inovação Tecnológica em março de 2013 pela Resolução nº 01/2013/CONSUP/IFTO. A partir da regulamentação e consolidação dos recursos humanos atuantes será possível avançar na temática da inovação.

Atividades Desenvolvidas:

- Revisão do planejamento estratégico do NIT;
- Seleção de servidores para Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Propriedade Intelectual e Inovação;
- Seleção de servidores para atuarem como tutores do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Propriedade Intelectual e Inovação.
- Participação no Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia no mês de abril para criação da Rede Tocantinense de Inovação;
- Participação no Fórum de Gestores de NIT – FORTEC em abril;
- Reuniões com gestores dos NIT da UFT e Unitins para criação da Rede Tocantinense de Inovação.
- Elaboração e atualização junto com a equipe da Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação do Planejamento Estratégico de Ações para 2011-2014.
- Levantamento dos servidores com perfil para compor a equipe do NIT;
- Início do trabalho de elaboração da minuta de regulamentação dos tramites de proteção da propriedade intelectual no âmbito do IFTO;

- Início do trabalho de elaboração da minuta de regulamentação da criação da Central de Empresas Júnior;
- Início do trabalho de elaboração da criação de aplicativo para dispositivos móveis para prospecção dos ativos tecnológicos do IFTO.
- Participação no Seminário de Inovação Tecnológica dos Institutos Federais em setembro.
- Capacitação em Captação de Recursos para projetos;
- Participação na comissão de organização da 4ª JICE;
- Palestrante na JICE;
- Avaliador *ad hoc* na JICE;
- Organização da I Mostra PIBITI dentro da JICE;
- Elaboração de proposta de projeto para a chamada pública MCTI/SETEC/CNPq nº 92/2013 para apoio à implantação e capacitação de Núcleo de Inovação Tecnológica;
- Elaboração do edital para concessão de bolsas para projetos inovadores.

INDICADORES

Esforço Institucional

Tabela 1. Indicador de Esforço Institucional

	NPGLS	NPGSS	NBICT-OF					NP	N	VBICT-Inst (R\$)	VBPG-Inst (R\$)	VBQ-Inst (R\$)	VPP (R\$)
			PIBIC	PIBITI	PIBIC EM	PIBIC AF	FAP						
	4	0	5	7	40	2	0		1	273.600,00	27.000,00	14.000,00	206.738,00
Tota l IF	4	0	54					75	1	273.600,00	27.000,00	14.000,00	206.738,00

Simbologia:

NPGLS – Número de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*

NPGSS – Número de cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu*

NBICT-OF – Número de bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica oriundas de Órgãos de Fomento

FAP: Fundações de Amparo à Pesquisa

NPP – Número de Projetos de Pesquisa cadastrados na Instituição

NP – Número de Periódicos institucionais

VBICT-Inst – Valor total de recursos destinados às Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica custeadas com recursos da Instituição

VBPG-Inst – Valor total de recursos destinados às Bolsas de Pós-Graduação custeadas com recursos da Instituição

VBQ-Inst – Valor total de recursos da Instituição destinados a Bolsas de Qualificação para servidores

VPP – Valor total de recursos da Instituição destinados a Grupos de Pesquisa e/ou a Projetos de Pesquisa

Tabela 2. Investimento Institucional em Qualificação e Captação de Recursos

Auxílio Apresentação de Trabalhos em Eventos	Pagamento de Cursos de Mestrado/Doutorado	Captação de Recursos Externos Para Pesquisa	Total
R\$ 685.120,94	R\$ 181.916,65	R\$ 377.276,60	R\$ 1.244.314,19

Projetos e Produção

Tabela 3. Indicador de Projetos e Produção

Câmpus	NA	NTC	NR	NL	NC	NRPI
Araguaína	1	7		0	0	0
Araguatins	6	7		0	0	0
Dianópolis	5	0		0	0	0
Gurupi	5	5		0	0	0
Palmas	23	62		1	2	1
Paraíso	19	27		0	0	0
Porto Nacional	3	22		0	0	0
Reitoria	1	6		0	0	0
Total IF	63	136	-	1	2	1

Simbologia:

NA – Número de Artigos publicados em periódicos qualificados pelo Sistema *Qualis* da Capes

NTC – Número de Trabalhos Completos publicados em anais de eventos com ISBN

NR – Número de Resumos publicados em anais de eventos com ISBN

NL – Número de Livros com ISBN publicados por servidores da Instituição

NC – Número de Capítulos de Livros com ISBN publicados por servidores da Instituição

NRPI – Número de Registros de Propriedade Intelectual

Projetos de Pesquisa Cadastrados na Instituição

CÂMPUS	TÍTULO	COORDENADOR DO PROJETO	ÁREA DE CONHECIMENTO	ANO	VIGÊNCIA
CÂMPUS ARAGUAÍNA					
	1. Estado Nutricional E Aptidão Física Dos Escolares De Araguaína	Ronano Pereira Oliveira	Ciências da Saúde/ Educação Física	2013	01/03/2013 a 31/01/2014
	2. Memória/História sobre a cidade de Araguaína – TO: relatos orais e experiências de vida dos moradores	Wellington Sampaio da Silva	Ciências Humanas/ História Regional do Brasil	2013	01/03/2013 a 1/01/2014
	3. Avaliação de Adesão ao tratamento antirretroviral em pacientes com infecção pelo HIV (Aids) no norte do Estado do Tocantins através de software via web	Ana Flavia de Moraes Oliveira	Ciências da Saúde/ Saúde Pública e Doenças Tropicais	2013	01/03/2013 a 1/01/2014
	4. Análise e Desenvolvimento de um Sistema para Gerenciamento do Projeto Integrador: projeto integrador, além da idealização	Thatiane de Oliveira Rosa	Ciência da computação/ Sistema da Computação	2013	01/03/2013 a 1/01/2014
	5. Construindo minha primeira home page	Renato de Oliveira Bastos	Ciências Exatas e da Terra	2013	01/03/2013 a 31/01/2014
	6. Análise Quantitativa de movimentos em uma e duas dimensões utilizando software tracker	Jonierison de Araujo da Cruz	Ciências Exatas e da Terra	2013	01/09/2013 a 01/07/2014
	7. A influência da cor na determinação da temperatura interior de um recipiente fechado	Jonierison de Araujo da Cruz	Ciências Exatas e da Terra	2013	01/09/2013 a 01/07/2014
	8. Gênero Textual Redação do vestibular	Kerlly Karine Pereira Herenio	Ciências Humanas	2013	01/09/2013 a 01/07/2014
	9. Cadeia Produtiva da Apicultura: Qualidade física	Hebert Lima Batista	Ciências da Saúde	2013	31/03/2013 a

química da própolis “in natura” do Estado do Tocantins para inserção deste produto no mercado nacional				31/01/2013
10. Material didático alternativo como complemento para prática de anatomia humana	Mario Lima de Souza Silva	Ciências Biológicas/ Anatomia Humana	2013	31/03/2013 a 31/01/2013
11. Educação Empreendedora: uma educação possível	Eva Pereira Costa	Ciências Humanas	2013	01/10/2013 a 01/02/2014
12. Retratos do nível de escolarização dos moradores do bairro cimba	Eva Pereira Costa	Ciências Humanas	2013	01/09/2013 a 01/02/2014
13. História, demografia e Saúde de Remanescentes Quilombolas no Norte do Estado do Tocantins	Gerson Alves de Oliveira	Ciências Humanas	2013	31/03/2013 a 31/01/2013
14. Produção de Sabão a partir de óleo de frituras – uma questão de responsabilidade ambiental na cidade de Araguaína – TO	José Leal Rodrigues	Ciências Exatas e da Terra	2013	01/09/2013 a 01/07/2014
15. A função Afim e Exponencial e as Transações Financeiras	Gildemberg Cunha da Silva	Ciências Exatas	2013	01/10/2013 a 01/07/2014

CÂMPUS ARAGUATINS

1. Avaliação de cultivares de cenoura no Extremo Norte do Estado do Tocantins	Francisco Filho da Silva	Ciências Agrárias I	2013	1/6/2012
2. Diversidade de moscas-das-frutas (Diptera, Tephritidae) no município de Araguatins, Tocantins	Wyratan da Silva Santos	Ciências Agrárias I/ Entomologia agrícola	2012	1/8/2012 A 31/7/2014

3. Criação, Avaliação e Caracterização de Banco De Germoplasma de Mamoeiro (CARICA PAPAYA L.) no Extremo Norte do Estado do Tocantins	Francisco Filho da Silva	Ciências Agrárias I/ Melhoramento vegetal	2012	2012 a 2014
4. Manejo da adubação NPK na cultura da seringueira, nas fases de mudas, implantação e produção, cultivada no Estado do Tocantins	Marcus André Ribeiro Correia	Ciências Agrárias I/ Fertilidade do solo e adubação	2013	2013 a 2014
5. Sistema Integrado de Diagnose e Recomendação (Dris) para Diferentes Culturas na Microrregião do Bico do Papagaio-TO	Roberta de Freitas Souza	Ciências Agrárias I/ Fertilidade do solo e adubação	2012	1/8/2012 a 31/7/2014
6. Produção de mudas de <i>Vigna unguiculata</i> usando fungos micorrizas arbusculares e ácido giberélico no ecótono Amazônia/Cerrado do Tocantins	Rosângela Martins de Oliveira	Ciências Agrárias I/ Fitotecnia	2012	1/8/2012 a 31/7/2014
7. Produção de mudas de <i>Passiflora edulis</i> f. <i>flavicarpa</i> : alternativas para a viabilização da produção do maracujá-amarelo em Araguatins-TO	Rosângela Martins de Oliveira	Ciências Agrárias I/ Fitotecnia	2012	1/8/2012 a 1/7/2013
8. Fundamentos históricos para a formação das cadeias produtivas no Norte do Tocantins dentro de estruturas de mercado distintas. Entre o monopólio-monocultor-latifundiário e a livre concorrência minifundiária (1950 – 2012)	Sérgio Henrique Moura Estevão	Ciências Humanas/ História	2013	2013/2014
9. Efeito da época de semeadura no desempenho produtivo e na qualidade de raízes de cultivares de cenoura no Extremo Norte do Estado do Tocantins.	Francisco Filho da Silva	Ciências Agrárias I/ Fitotecnia	2013	2013/2014

10. Caracterização e determinação de atributos físicos e químicos para adoção de práticas de manejo e conservação do solo.	Raimundo Laerton de Lima Leite	Ciências Agrárias I/ Fertilidade do solo e adubação	2013	2013/2014
--	--------------------------------	---	------	-----------

CÂMPUS GURUPI

1. Impactos ambientais em ambientes urbanos: a bacia hidrográfica em estudo.	Reuvia de Oliveira Ribeiro	Geografia Regional	2013	2013-2014
2. Absorção e translocação herbicida glyphosate	Marcelo Alves Terra	Ciências Agrárias	2013	2013-2014
3. Dinâmica do comércio em uma feira livre de Gurupi-TO	Marcelo Alves Terra	Ciências Agrárias	2013	2013-2014
4. Potencial de germinação de sementes de Apaga Fogo, Guanxuma e Capim Carrapicho em diferentes profundidades.	Marcelo Alves Terra	Ciências Agrárias	2013	2013-2014
5. Dinâmica de sistemas aplicada à modelagem e processo decisório na pecuária de leite: um estudo de caso	Sabino Pereira da Silva Neto	Ciências Agrárias	2013	2013-2014
6. A Arte de Contar Histórias e Outras Técnicas	Claudemir Figueiredo Pessoa	Ciências Sociais, Humanas e Artes	2013	2013-2014
7. Variabilidade Espacial das Características Agrônômicas de Pastagens de Bachiaria brizantha cv Marandu	Sabino Pereira da Silva Neto	Ciências Agrárias	2013	2013-2014
8. Formação de Mudanças de Pucá (Mouriri pusa Gardner) em Diferentes Substratos	Daniela Inácio Barros	Ciências Agrárias	2013	2013-2014
9. Regulação e Exportação de Carne Bovina	Gibson Monteiro da Rocha	Relações Internacionais	2013	2013-2014
10. Decomposição de Diferentes Restos Culturais em Plantio Direto	Helber Veras Nunes	Ciências Agrárias	2013	2013-2014

CÂMPUS PALMAS

1. A disciplina de sociologia no ensino médio e o currículo oferecido pelos livros didáticos.	Juliana Abrão Da Silva Castilho	Ciências Humanas/ Educação/ Currículo	2013	09/2013 A 08/2014
2. Turismo de eventos esportivos na cidade de palmas	Janaína Maria De Andrade Aires Fonseca	Turismo	2013	05/2013 A 06/2014
3. Construção do acervo audiovisual da língua falada no Tocantins e demonstração das normas lingüísticas escritas e falada no Tocantins	Daniel Marra Da Silva	Lingüística, Letras e Artes	2013	08/2013 A 07/2014
4. Manejo e produtividade de peixes neotropicais: riscos ecotoxicológicos de agentes poluentes e quimioterapeúticos	Alysson Soares Da Rocha	Ciências Agrárias/ Piscicultura	2013	08/2013 A 07/2014
5. Formação inicial de professores e a problemática ambiental	Adriana Leal	Educação	2013	08/2013 A 07/2014
6. Análise das concepções newtonianas sobre força e movimento	Weimar Silva Castilho	Educação	2014	01/2014 A 01/2015
7. Viabilidade da geração de energia elétrica com biogás de suinoculturas em propriedades rurais do Tocantins.	Clauber Rosanova	Ciências Agrárias/ Zootecnia/ Produção Animal.	2013	08/2013 A 07/2014
8. Comprometimento da aderência bloco cerâmico/argamassa frente a diferentes condições de retenção de água das argamassas e absorção da água inicial dos blocos.	Moacyr Salles Neto	Engenharias/ Engenharia Civil/ Materiais e Componentes De Construção	2013	08/2013 A 07/2014
9. Conhecimento químico e sociedade	Adriana Leal	Educação	2013	04/2013 A 06/2014
10. Avaliação quantitativa, qualitativa e econômica das perdas pós -colheita de mamão, banana e abacaxi comercializados no Mercado varejista e atacadista de Palmas/TO	Vanessa David Domingos	Ciências Agrárias/ Fisiologia Pós-Colheita	2013	07/2013 A 06/2014

11. Economia criativa, educação e trabalho: estudo das relações entre cultura, desenvolvimento e formação em Palmas-To	Carlos Eduardo Panosso	Multidisciplinar/ Ciências Sociais e Humanidades	2013	05/2013 A 04/2013
12. Arranjo produtivo da indústria da cerâmica vermelha do estado do Tocantins: contribuições para o estudo da conformidade e da ação do fogo em blocos estruturais – estudo de caso	Moacyr Salles Neto	Engenharias/ Engenharia Civil	2013	10/2013 A 09/2014
13. O nível tecnológico e os canais de comercialização do maracujá no pólo de fruticultura irrigada são João, Porto Nacional, Tocantins	José Eustáquio Cangaçu Leal; Vinícius Souza Ribeiro	Ciências Agrárias/ Agronomia/ Fertilidade Do Solo E Da Adubação	2013	03/2013 A 01/2014
14. Perfil Sócio-Econômico, Evasão, Empregabilidade E Análise Do Profissional Demandado No Curso Superior De Tecnologia Em Agronegócios Do IFTO	Clauber Rosanova	Ciências Agrárias	2013	07/2013 A 06/2014
15. Ambiente de e-learning, simuladores e laboratórios virtuais para treinamento de operadores de sistemas elétricos.	Gerson Presente Focking	Engenharia Elétrica	2013	03/2013 A 01/2014
16. A construção dos sentimentos da hospitalidade no turismo de palmas, Tocantins.	Geruza Aline Erig	Turismo	2013	03/2013 A 01/2014
17. O nível tecnológico e os canais de comercialização do maracujá no pólo de fruticultura irrigada são João, Porto Nacional, Tocantins	Edvaldo Vieira Pacheco Santana	Ciências Agrárias/ Agronomia/ Fertilidade Do Solo E Da Adubação	2013	03/2013 A 01/2014
18. Geração de energia renovável no Tocantins a partir da pirólise de biomassa	Marcelo Mendes Pedrosa	Engenharias, Engenharia Química, Tecnologia Química	2013	03/2013 A 01/2014

19. Educação para o consumo eficiente e racionalização de energia elétrica do IFTO – CÂMPUS Palmas	Kaisson Teodoro de Souza; Ricardo Frangiosi de Moura	Engenharia Elétrica	2013	03/2013 A 01/2014
20. Envolvimentos inteligentes.uma contribuição para a eficiência energética de edifícios	Ellen Oliveira Viana	Engenharia Elétrica	2013	03/2013 A 01/2014
21. IFI - Institutos Federais Inteligente	Claudio De Castro Monteiro	Ciências Da Computação	2013	03/2013 A 01/2014
22. Balanço de metais no bio óleo e c. Obtidos na pirolise do lodo do esgoto	Sostenes Fernandes dos Santos	Química	2013	03/2013 A 01/2014
23. Análise de efluorecências em concretos coloridos produzidos com pigmento inorgânicos e o efeito de barreira.	Moacyr Salles Neto	Engenharias/ Engenharia Civil	2013	03/2013 A 01/2014
24. Tratamento de efluentes líquidos por fotocatalise heterogênea empregando radiação solar. Contribuições para o desenvolvimento de novos materiais e minimização de resíduos.	Paulo Dos Santos Batista	Materiais Não Metálicos	2013	08/2013 A 07/2014

CÂMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS

1. Estudo e importância das aplicações do Cálculo Diferencial e Integral no Ensino de Química a Nível Superior	Aécio Alves Andrade	Ciências Exatas e da Terra/ Matemática	2013	dez/13
2. Análise de parâmetros do classificador SVM	Antônio da Luz Júnior	Ciências Exatas e da Terra /Ciência da Computação	2013	dez/13
3. Análise Multimodal (Técnicas Textuais)	Antônio da Luz Júnior	Ciências Exatas e da Terra/ Ciência da Computação	2013	dez/13
4. Estado Detecção de ações não colaborativas em redes sociais para compartilhamento de vídeo	Antônio da Luz Júnior	Ciências Exatas e da Terra/ Ciência da Computação	2013	dez/13

5. Material concreto para o ensino médio no ensino de matemática, com a utilização do laboratório de matemática	Márcia Cristina Gonçalves Gomes	Ciências Humanas/ Educação	2013	dez/13
6. Cesta Básica da Cidade de Paraíso do Tocantins - TO	Márcio Eckardt	Ciências Sociais Aplicadas/ Administração.	2013	dez/13
7. Processo de síntese de ésteres alquílicos utilizando óleo vegetal através da aplicação de um alcóxidos	Sérgio Luis Melo Viroli	Ciências Exatas e da Terra/ Química	2013	dez/13
8. O Teorema de Cauchy-Goursat e aplicações	Hudson Umbelino dos Anjos	Ciências Exatas e da Terra/ Matemática	2013	jul/14

CÂMPUS PORTO NACIONAL

1. Ensino e Aprendizagem de Vocabulário da Língua Inglesa de Forma Dinâmica: Desenvolvimento de Aplicativo Eletrônico para Celulares e Tablets	Voninio Brito de Castro	Ciências Humanas	2012	Set/2012 a Jul/2013
2. Os Impactos dos Aparelhos de Celulares no Meio Ambiente: Percepção dos Usuários de Porto Nacional-TO	Voninio Brito de Castro	Ciências Humanas	2012	Set/2012 a Jul/2013
3. Desinfecção de Água por Energia Solar para sua Utilização como insumo em Agroindústria em Pequenas Comunidades Rurais	Aurean de Paula Carvalho	Ciências Ambientais	2013	Mar/2013 a Fev/2014
4. Meio Ambiente na Concepção de Usuários do Rio Tocantins e do Ribeirão São João no Município de Porto Nacional - TO	Aurean de Paula Carvalho	Ciências Ambientais	2013	Mar/2013 a Fev/2014
5. Investigação da evasão escolar no curso de licenciatura em computação do IFTO	Elias Vidal Bezerra Junior	Metodologia e técnicas da computação	2013	Set/2013 a Jul/2014

	6. Investigação das dificuldades de ensino e aprendizagem em programação e algoritmos nos cursos de tecnologia do Instituto Federal do Tocantins para propor novas metodologias de ministrar os conteúdos.	Elias Vidal Bezerra Junior	Metodologia e técnicas da computação	2013	Set/2013 a Jul/2014
	7. O lugar do Centro Histórico no Turismo de Porto Nacional antes e após a Usina de Lajeado.	Voninio Brito de Castro/Mestre	Ciências Humanas	2013	Set/2013 a Jul/2014
	8. Ensino de lógica de programação para o ensino médio para desenvolvimento do raciocínio lógico e a disciplina	Elias Vidal Bezerra Junior	Metodologia e técnicas da computação	2013	Set/2013 a Jul/2014
TOTAL IFTO	75				

RELATÓRIO PRO REITORIA DE EXTENSÃO

RELATÓRIO PRÓ REITORIA DE EXTENSÃO 2013

O IFTO, através da Pro- Reitoria de Extensão (PROEX), realiza ações de extensão articuladas com ensino e a pesquisa que contribuem no processo educativo, cultural e científico, proporcionando uma relação transformadora entre o IFTO e a sociedade.

A PROEX está dividida em: Diretoria de Relações Institucionais, Coordenação de Relações e Assuntos Internacionais; Coordenação de Programas e Projetos de Extensão e Coordenação de Assistência ao Educando.

À Diretoria de Relações Institucionais DREI/PROEX Compete:

I- promover relações de intercâmbio, acordos de cooperação e convênios com instituições regionais, nacionais e internacionais;

II.-desenvolver ações de integração, nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas;

III- definir diretrizes para a implementação da política de cooperação nacional e de cooperação internacional em conjunto com a Assessoria de Relações e Assuntos Internacionais do IFTO;

IV- articular, participar, construir e zelar a política de Relações Empresariais e Comunitárias do IFTO;

V. viabilizar as iniciativas empreendedoras no IFTO.

VI- promover e fortalecer a interação entre a Instituição, as empresas e a comunidade, atendendo às demandas da sociedade e contribuindo para o aprimoramento das atividades de extensão.

VII- fortalecer a integração entre os *campi* e as regiões em que estão inseridos de modo a transformar o conhecimento adquirido em soluções de mercado e na viabilização de recursos para a busca de novas tecnologias sustentáveis.

Cooperações Técnicas Efetuadas em 2013:

- -ADTUR/SEBRAE/UFT - O presente Termo tem por objeto a cooperação técnica entre os partícipes para o projeto RONDON TUR nos municípios de Temporada de Praia 2013, Araguaianã, Araguatins, Araguacema, Caseara, Pedro Afonso, Peixe, Porto Nacional, Juarina, Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão, Paranã, Tocantinópolis, Filadélfia e Itaguatins.
- -SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-SEDUC - Acordo de Cooperação Técnica para desenvolvimento do programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência-PIBID;
- SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE Para utilização das imagens de satélite das imagens RapidEye a serem disponibilizadas pelo MMA;
- SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO TOCANTINS Estágio Curricular obrigatório
- UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR/PORTUGAL Protocolo de Cooperação objetivo intercambio de interesses em áreas afins.

Cooperações Técnicas Vigentes:

- – ASCAMPA - O Presente Termo de Compromisso visa estabelecer cooperação entre o IFTO e a ASCAMPA no sentido de realizar a Coleta Seletiva Solidária de Materiais Recicláveis de acordo com as definições do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, bem como cooperação mútua com ações que envolvam a educação ambiental.

- – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins - Oferecimento de Estágio Curricular processo nº 23235000114/2012-43;
- - DEFENSORIA PÚBLICA-TO Oferecimento de Estágio Curricular;
- - DENIT Oferecimento de Estágio Curricular;
- - ELETROBRAS/ELETRONORTE Oferecimento de Estágio Curricular;
- - EMBRAPA Estágio Curricular e Extracurricular;
- - EARTH -ESCUELA DE AGRICULTURA DE LA REGIÓN TROPICAL HÚMEDA-COSTA RICA - Intercâmbio acadêmico e oferecimento de Estágio Curricular .
- - FULBRA- Oferecimento de Estágio Curricular;
- - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE- Programa Agenda Ambiental da Administração Pública A3P do IFTO (DOU seção 3,pg 213 de 14/12/2011);
- INCRA- Oferecimento de Estágio Curricular;
- INSTITUTO BLAISE PASCAL - Agente de Integração para Estágios, objetivo operacionalização de programas de estágios;
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA Cooperação Técnica para Pesquisa e suporte técnico entre IFTO e IPEA;
- MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES- Apoio a capacitação no uso de tecnologias da informação e comunicação para juventude rural(projeto Superando o isolamento PA Boa Sorte) Campus Araguatins;
- MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA O objetivo do termo é estabelecer um projeto de cooperação mútua a fim de implementar a Política para Formação Humana na Área da Pesca Continental e Aquicultura Familiar. Oferta de cursos pelo Pronatec, o uso do Sistema Informatizado de Gestão da Pesca - SIG Pesca - e a oferta de estágio curricular aos discentes do IFTO;
- NATURATINS Oferecimento de Estágio Curricular;
- PREFEITURA MUNICIPAL –PALMAS –Estágio Extracurricular;
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS Oferecimento cursos EAD;
- RURALTINS- Cooperação Institucional/ Oferecimento de Estágio Curricular;
- SEAGRO Oferecimento de Estágio e cooperação na agropecuária;
- SECRETARIA DAS CIDADES e DESENVOLVIMENTO URBANO- GOV.ESTADUAL JARDINS TOCANTÍNIOS Projeto de Arborização e Paisagismo do Tocantins- Território da cidadania Bico do Papagaio-Campus Araguatins;

- SESCOOP-TO - Execução de atividades conjuntas de capacitação profissional na área da educação cooperativista e estágio curricular;
- SEFAZ-TO – Estágio Extracurricular;
- SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE SESAU-TO Realização de Estágio e/ou pesquisa em Saúde;
- SECRETARIA ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS Atividades conjuntas em prol do cumprimento do Estatuto da Igualdade Racial conforme Lei 12.288/2010;
- SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – SEMADES- Projeto RODONTUR Objetivo: Contribuir para o desenvolvimento das atividades turísticas e sociais, por meio do intercâmbio cultural e técnico de estudantes;
- TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS -TRE-TO O objetivo a Cooperação Técnica para a realização de atividades extracurriculares, do PROGRAMA MESÁRIO VOLUNTÁRIO, que tem por finalidade precípua propiciar aos estudantes dos cursos oferecidos pelo IFTO conhecimentos teóricos e práticos sobre CIDADANIA e o PROCESSO DEMOCRÁTICO ELEITORAL BRASILEIRO, bem como de maximizar recursos humanos técnicos no âmbito da Justiça Eleitoral do Tocantins.
- UNIVERSIDADE AVEIROS/PORTUGAL Intercâmbio de experiências e de pessoal nos campos de docência, da investigação e intervenção cultural;
- UFT – Oferecimento de Estágios Curriculares;
- UNITINS - Oferecimento de Estágios Curriculares;
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA –RS (UFSM) O presente Convênio tem por finalidade estabelecer e regulamentar um programa de cooperação acadêmica entre a UFSM e o IFTO, nas áreas de situação interesse comuns.
- UNIVERSITÉ SORBONNE Intercambio Institucional para atender as áreas de ensino, pesquisa e publicações de estudos científicos;

-Nas cooperações técnicas firmadas com Instituições Públicas e Privadas não há cláusulas que determine o repasse de recursos financeiros, apenas cooperação mútua para execução das atividades estabelecidas nos termos de parceria.

-Tivemos um acréscimo na quantidade de Termos e cooperações / parcerias e acordos de 21,42 % em relação ao ano de 2012.

Ações Apoiadas e/ou Coordenadas pela DREI/PROEX:

PRONATEC/FIES

Coordenação do Programa PRONATEC/FIES, programa que tem por finalidade ampliar a oferta da educação profissional e tecnológica através do financiamento estudantil abrangendo a educação profissional e tecnológica, a DRI coordena o processo de habilitação das escolas particulares no sistema FIES através da visita in loco pelos avaliadores as Escolas que solicitaram habilitação para atuar no PRONATEC/FIES.

-Agenda Ambiental A3P no IFTO

No final do ano de 2011 o IFTO firmou acordo de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente MMA se comprometendo a implantar e executar o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública – A3P - que é um programa que visa implementar a gestão socioambiental e incorporar critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública; O acompanhamento das ações da Coleta Solidária (Cooperação com a ASCAMPA) e apoio nas ações de sustentabilidade das demais pro reitorias no IFTO;

- Programa Jovem Aprendiz do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE

A Aprendizagem é estabelecida pela Lei nº. 10.097/2000, regulamentada pelo Decreto nº. 5.598/2005. Estabelece que todas as empresas de médio e grande porte estão obrigadas a contratar adolescentes e jovens entre 14 e 24 anos.

Campus Palmas: Neste ano, aconteceu a aprovação do Programa do Menor Aprendiz, pelo Ministério do trabalho onde aprovou o curso Técnico em Edificações e o Técnico em Administração. O curso Técnico em Eletrotécnica, aguarda a validação pelo MTE.

Campus Gurupi: Iniciou suas atividades no Programa Jovem Aprendiz.

Estágios :**Estudantes que Estagiaram em 2013**

<i>Campus</i>	Nº Empresas Parceiras Que Ofereceram Estágios	Nº Estagios
Araguatins	49	157
Araguaina	41	339
Gurupi	17	36
Palmas	286	380
Paraiso Do Tocantins	92	155
Porto Nacional	21	42

Dianópolis	*	*
Total IFTO	506	1.109

O Campus Dianópolis iniciou suas atividades pedagógicas em 2013, ainda não dispõe de alunos nos módulos avançados que permitam o estágio curricular.

- Conseguimos ultrapassar a meta de 1000 alunos estagiando em 2013, graças ao aumento do número de empresas parceiras que passou de 272 em 2012 para 506 empresas em 2013 acréscimo de 86,02 % . E enviamos para o campo de estágios 1.109 estudantes em comparação com 2012 que foram 835 alunos acréscimo de 32.81 %.

- Campus Araguaína: Elaborou seu manual de estágios curriculares supervisionados aprovado pela portaria nº 141/2013/Campus Araguaína/IFTO, foi sancionada a Lei Municipal de Estágios, Lei 2885/2013 publicada no Diário Oficial do município de Araguaína no dia 11 /12/ 2013, o projeto de Lei (PL) foi elaborado com a participação da comunidade escolar do Campus Araguaína do IFTO.

Acompanhamento de Egressos do IFTO

Campus Araguatins - O Encontro de egressos do Campus Araguatins aconteceu no dia 13/07/2013, com a presença de 112 egressos, servidores, representantes de empresas e da comunidade. No período da manhã aconteceu o tradicional café da manhã e a atualização de cadastro e troca de experiências dos egressos que estão no mercado de trabalho e dicas para os que ainda não estão trabalhando. A partir do meio dia, fora do campus, em espaço apropriado foram realizados as atividades de integração, almoço, música e jogos esportivos.

Campus de Paraíso do Tocantins - Confraternizar com amigos, trocar experiências e relembrar momentos que marcaram a formação estudantil. Essas ações puderam ser vivenciadas por ex-alunos do campus Paraíso do Tocantins, do IFTO, durante a realização do 1º Encontro de Egressos, no último dia 29 de novembro, participaram aproximadamente 100 egressos.

Campus Palmas - A 2ª edição do Encontro de Egressos do Campus Palmas foi realizado no dia 27 de abril (sábado) do ano de 2013. Para confirmar a presença no evento foi necessário acessar a página do 2º Encontro de Egressos do Campus Palmas no Facebook pelo: <https://www.facebook.com/events/367328130052290/>. No encontro foi apresentado o Mural da saudade, onde esteve amostra algumas fotos das turmas antigas e momentos com alunos egressos. Participaram do evento um total de 162 ex-alunos do Campus Palmas. Além de vários professores, autoridades do IFTO e equipe de apoio.

Para os ex-alunos o encontro de egressos foi uma oportunidade ímpar de rever antigos colegas de sala, amigos e professores. Para a instituição esse encontro foi importante pois foi possível manter registro atualizado das informações sobre os ex-alunos da instituição, possibilitando contatos, encontros e demais atividades conjuntas, inclusive no que concerne ao oferecimento de vaga de empregos, além de ser uma oportunidade de conhecer a opinião dos egressos acerca da formação recebida junto ao IFTO.

Urge a necessidade da criação de um sistema integrado de acompanhamento de egressos, que está no plano de metas para 2014.

Seguro de Vida dos Alunos do IFTO

Acompanhar e fiscalizar a execução do Seguro de Vida dos Estudantes do IFTO contrato 01/2011 apólice nº 0101.82.00.00000033 empresa Federal Seguros S/A; Em 2012 foram 8.012 estudantes segurados; São segurados os estudantes devidamente matriculados nos cursos presenciais ou da Educação à Distância- EAD oferecidos pelo IFTO.

AÇÕES A SEREM IMPLANTADAS E DESENVOLVIDAS EM 2014:

- Buscar a criação de um programa informatizado de Acompanhamento de Egressos junto a Coordenação de Tecnologia da Informação.
- Ampliação do número de empresas Conveniadas;
- Incentivar e apoiar o encontro anual de egressos dos *campi*: Araguatins, Palmas e Paraíso do Tocantins-TO;
- Apoiar eventos que integrem os *campi*;
- Ampliação de convênios internacionais;
- Ampliação das ações de acompanhamento dos egressos;
- Busca de parceiros para promoção de programas de estágio para os estudantes do IFTO.

COORDENAÇÃO PARA ASSUNTOS E PROJETOS INTERNACIONAIS/CRAI

Janeiro

- Ciência sem Fronteiras*: homologação e acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa;

Fevereiro

- Ciência sem Fronteiras: homologação e acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa;

Março

- Ciência sem Fronteiras: homologação e acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa

Abril:

- Participação no Seminário Brasil-Canadá em Salvador
- Formação docente: Curso Intensivo Preparatório para o DELF - *Diplôme d'études en langue française* – I Etapa

Maió

- Formação docente: Curso Intensivo Preparatório para o DELF - *Diplôme d'études en langue française* – II Etapa
- Ciência sem Fronteiras: realização de chamada interna

Junho

- Ciência sem Fronteiras: realização de chamada interna
- Realização do 1º Seminário IFTO-Canadá no campus Palmas
- Formação docente: Realização do DELF - *Diplôme d'études en langue française* – III Etapa

Julho

- Plenária do FORINTER – Fórum de Relações Internacionais
- Formação docente: Curso de verão de língua e de cultura francesa na Sorbonne Nouvelle, com duração de 60h, Paris, França.

Agosto:

- Visita ao campus Porto Nacional
- Ciência sem Fronteiras: acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa

Setembro:

- Ciência sem fronteiras: Palestra no campus Araguatins
- Participação no seminário de assistência estudantil em Araguatins
- Participação no BMI – Brazil Higher Education em São Paulo

Outubro

- Ciência sem Fronteiras: realização de chamada interna

Novembro

- Ciência sem Fronteiras: acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa
- Intercâmbio de discente na Universidade de Aveiros em nível de graduação**

Dezembro

- Ciência sem Fronteiras: homologação e acompanhamento dos alunos do IFTO recomendados pelo programa

** Em 2013 foram aceitos oito estudantes para realização de intercâmbio em nível de graduação pelo programa Ciência sem fronteiras (em 2012- 2 alunos)*

*** Graduação sanduíche efetivada por meio de acordo internacional firmado entre o IFTO e a Universidade de Aveiros. Em 2013, efetivou-se a primeira participação discente em um intercâmbio em nível de graduação por meio de parceria institucional.*

COORDENAÇÃO DE ASSISTÊNCIA AO EDUCANDO/CAE

No ano de 2013, a Coordenação de Assistência ao Estudante acompanhou a execução das ações junto aos profissionais responsáveis pelo programa nos *campi*. Também apoiou e acompanhou atividades relacionadas aos estudantes e entidades representativas que tinham como objetivo a formação intelectual, política, esportiva, artísticas e de lazer bem como de integração com estudantes do âmbito do IFTO, de outros IF's e universidades.

Foi realizado o III Seminário de Assistência ao Estudante, no *campus* Araguatins, de 26 e 27 de setembro de 2013, com a participação de representação de todos os *campi* sendo: serviço social, coordenadores de assistência ao estudante e representantes dos estudantes, entre outros. Na ocasião, foram discutidas as ações implantadas em cada campus, bem como a criação de novas ações no regulamento, possibilitando, assim, a criação de projetos que venham contribuir para o crescimento intelectual como um todo.

As bolsas de auxílios são concedidas de acordo com o Programa de Assistência ao Estudante (Transporte; Alimentação; Moradia; Material Didático; Uniforme; Auxílio de Formação Profissional; Auxílio Emergencial; Assistência Médica; Odontológica e Psicossocial; Auxílio aos pais estudantes; Arte/Cultura e Esporte/Lazer; Inclusão Digital).

Ações apoiadas com recurso da Reitoria

Ano:	Nº	Evento	Valor
2013	Estudantes		
Janeiro	50	Participação no 14º CONEB E 8ª Bienal da UNE em Recife/Olinda-PE.	40.680,00

Maio	2	Auxílio para ajudar na documentação do Intercambio Ciência Sem Fronteira	1.556,00
Junho	19	Visita técnica às obras do Campus Colinas (em implantação). E uma participação no Encontro de Empresa Junior	3.466,80
Julho	5	Visita aos campi para divulgação do I Congresso Estudantil do IFTO (CONEIFTO)	1.898,40
Agosto	59	Participação no I CONEIFTO	12.000,60
Setembro	102	Participação no JIFEN Norte em Belém/PA (23 a 28/9)	20.746,80
Outubro	19	Participação de 17 estudantes nos JIF's (Foz do Iguaçu, 18 a 22/11) e 2 na comissão eleitoral central	6.034,20
Novembro	110	Participação no II Encontro do PIBID no campus Gurupi	22.374,00
	73	Participação no VIII CONNEPI, em Salvador/BA de 27 a 29/12/2013	29.696,40
	24	Participação no 40º Congresso UBES (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) em Belo Horizonte e Contagem/MG.	9.763,20
			148.216,40

O número de estudantes que recebem os auxílios pode variar, uma vez que algumas ações são concedidas cumulativamente.

Pagamento de bolsas Janeiro a junho 2013

	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Auxílio Transporte	490	714	540	622	692	1016
Auxílio Alimentação	953	957	788	528	910	2.602
Auxílio Moradia	55	55	82	35	181	200
Auxílio Material Didático			1			
Auxílio Uniforme				129		
Auxílio Estudante Colaborador	167	205	227	148	69	153
Auxílio Emergencial	1	2	32	33	61	31
Assist. méd. odon	175	311		449		
Auxílio aos pais Estudantes	4	40	70	34	39	45
Arte/Cultura e Esporte/Lazer	50	16	30	27	160	54
Inclusão Digital						
Auxílio estágio	5	4	3			9

(Araguaína)							
TOTAL	1900	2.304		1.773	2.005	2.112	4.110

Total geral: 14.204 bolsas

Julho a dezembro 2013

	jul	ago	set	out	nov	dez
Auxílio Transporte	651	1031	1.068	1.161	1.332	1.265
Auxílio Alimentação	897	1.246	1.219	1.303	1.422	1.460
Auxílio Moradia	203	208	223	276	324	320
Auxílio Material Didático	3	2	0	0	35	0
Auxílio Uniforme	60	0	0	0	0	0
Auxílio Estudante Colaborador	195	208	217	200	201	195
Auxílio Emergencial	0	23	60	64	62	1
Assist. méd. odon	134	175	114	210	263	158
Auxílio aos pais Estudantes	48	49	51	44	24	26
Arte/Cultura e Esporte/Lazer	40	3	156	130	68	87
Inclusão Digital	0	0	0	0	0	0
Auxílio estágio	0	0	0	0	0	0
(Araguaína)						
Total	2.231	2.945	3.108	3.388	3.731	3.512

Total geral: 18.915 bolsas

Nº de estudantes atendidos por campus

Campus	jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	dez
Araguaína	5	264	278	202	133	156	230	157	207	172	130	121
Araguatins	918	918	770	775	553	433	950	950	950	920	943	827
Dianópolis							9	49	47	96	66	45
Gurupi			86	86	86	86	86	86	86	86	86	86

Palmas	331	390	437	489		737	797	801	796	728	1130	1076
Paraíso	481	481		630	617	663		608	604	695	728	725
Porto			148	148	151	188	57	116	167	167	154	91
*Reitoria	50				01	19	5	59	102	19	207	

**Ações multicampi realizadas com recursos da Reitoria.*

III Seminário de Assistência ao Estudante - Nos dias 26 e 27 de setembro 2013 foi realizado, no campus Araguatins, o III Seminário de Assistência ao Estudante. O evento proporciona aos seus participantes a oportunidade discutir, avaliar e sugerir modificações no regulamento que venham contribuir para a melhoria do programa como um todo.

Na ocasião, além da troca de experiências, foram discutidas as ações implantadas em cada campus, seus valores em percentuais, bem como a criação de novas ações, em forma de projetos, permitindo um maior crescimento intelectual do estudante ao mesmo tempo em que ampliam a gestão dos recursos. O evento contou com representações estudantis e gestores do programa de todos os *campi*, com os Diretores Gerais dos *Campi* Palmas e Araguatins e com a Coordenadora de Assistência ao Estudante.

Os participantes avaliaram que o tempo foi insuficiente para a finalização da programação, ficando para o próximo encontro o fechamento das discussões de proposta de modificação no regulamento, e posterior encaminhamento aos representantes do Colegiado da Instituição.

Programa Bolsa Permanência

Programa do governo federal que paga auxílio aos alunos dos cursos superiores que possuem uma carga horária no IFTO superior a 5 horas. Esse recurso também beneficia alunos de origem indígena ou quilombola, independentemente da carga horária.

Em 2013 foram beneficiados 07 alunos do IFTO, 06 quilombolas e 01 indígena.

ATIVIDADES ESPORTIVAS NO IFTO

As ações de atividades esportivas iniciaram em Março/13 onde houve empenho e Apoio ao Esporte de Educacional.			
Ações	Objetivo	Metas Realizadas	Período
	Garantir de forma democrática as ações ao	- Construção e Organização dos Jogos dos Técnico,	

1- Reunião com Coordenadores dos Campi	treinamento esportivo no IFTO, os jogos internos da instituição e participação nos Jogos da Região Norte e Nacional	Tecnológico e dos Servidores em 2013. - Construção do Regulamento Geral dos Jogos e Específico das modalidades. -Avaliação das Ações	Fevereiro e Dezembro 2013
2- JIFTO	Desenvolver o intercambio sócio-esportivo-cultural na área do desporto escolar, promovendo a integração entre os campi do IFTO.	<i>Classificaram para o JIF Norte 2013 as equipes nas seguintes modalidades: Futsal; Handebol; Voleibol; Basquete; Atletismo; Tênis de Mesa; Natação; Xadrez e Vôlei de Praia nas modalidades em que foram campeões, os campi para representar o IFTO no JIF NORTE, nas categorias Masculino e Feminino.</i>	04 a 07 de Julho
Os jogos reuniram todos os 07 (sete) campi do IFT, no Campus Paraíso do Tocantins. - Participaram cerca de 320 alunos/atletas.			
3- JIFTO Universitário	Desenvolver o intercambio sócio-esportivo-cultural na área do desporto acadêmico, promovendo a integração entre os campi do IFTO	<i>Participação dos 04(quatro) campi onde funcionam o ensino superior.</i>	04 a 07 de Julho
Os jogos reúnem 04 (quatro) campi do IFTO, no Campus Paraíso do Tocantins. - Participaram cerca de 70 alunos/atletas			
4-Jogos dos Servidores	Promover a Integração por meio de Atividades Físicas/Esportivas para Servidores do IFTO.	<i>Integração e Socialização.</i>	13 a 15 de Setembro
Os jogos reúnem todos os 07 (sete) campi do IFTO e mais a Reitoria, no Campus Araguatins Participaram cerca de 70 servidores/atletas			
4-JIF's NORTE	Assegurar ao estudante acesso à prática esportiva, conhecimento relativo ao esporte e lazer, propiciando uma linguagem simples e objetiva.	- <i>Maior número de equipes para essa etapa e integrantes.</i> - <i>Participação nos Jogos Nacionais</i>	23 a 28 Setembro
A seleção do IFTO foi composta pelos Campi: Araguatins; Araguaína; Paraíso; Palmas e Gurupi, na cidade de Belém - PA. - Participaram cerca de 99 alunos/atletas			

4-JIF's NACIONAL	Assegurar ao estudante acesso à prática esportiva, conhecimento relativo ao esporte e lazer, propiciando uma linguagem simples e objetiva.	<i>A Participação</i>	18 a 22 de Novembro
A seleção do IFTO foi composta pelos Campi: Araguaína; Paraíso e Palmas, na cidade de Foz do Iguaçu-PR - Participaram de 17 alunos/atletas			

COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS DE EXTENSÃO

Atividades realizadas pela à Coordenação de Programas e Projetos de Extensão da PROEX/IFTO durante exercício de 2012.

Programa Mulheres Mil

Visa à inclusão social através da oferta de formação profissional focada na autonomia e na criação de alternativas para a inserção dessas mulheres no mundo do trabalho de forma a melhorar a qualidade de suas vidas e das comunidades onde vivem.

Oferta do Programa Mulheres Mil nos Campi

Campus	Curso	Nº mat.	Nº concl
Araguatins	Gestão de Resíduos Sólidos	200	178
Dianópolis	Olericultura	31	27
Gurupi	Auxiliar Administrativo	108	88
Palmas	Espaço doméstico	135	49
Porto	Informática para Espaço Doméstico e do Trabalho	106	92
		580	434

- Até o primeiro semestre de 2013 o Programa Mulheres era executado nos *campi* Araguatins, Gurupi, Palmas e Porto Nacional. No segundo semestre o campus Dianópolis aderiu ao programa capacitando 27 mulheres no curso de olericultura.
- O Programa previa a capacitação de 500 mulheres no ano de 2013. Foram matriculadas 580 sendo que 434 concluíram o curso.
- Foi adquirido o mobiliário para o escritório de acesso, permanência e êxito para todos os *campi* do IFTO composto de: mesa em L; mesa de reunião, armários; poltronas giratórias; poltronas fixas; sofás; projetor e estabilizador.

Programa de Bolsa de Extensão (PBEX) IFTO

Visa viabilizar a integração do conhecimento científico e tecnológico com as demandas sociais. As atividades desenvolvidas por esta coordenação diante do PBEX foram: a criação do Programa, lançamento de edital, divulgação de resultados de seleção de projetos, monitoramento dos projetos, confecção de modelos de relatório parcial e final.

Os projetos de extensão desenvolvidos em 2013 com o auxílio do PBEX:

Campus Araguaína

Inclusão Digital e o mercado de trabalho
Ensino de Língua Francesa como mecanismo de inserção social
Arteterapia: saúde mental e inclusão social

Campus Araguatins

Estufa ecológica: o uso de bambus em uma bioconstrução aliada ao uso de compostagem na horta comunitária Jesus Bom Pastor, município de Araguatins
Educar para um futuro sustentável
Orientação do uso e destinação correta de embalagens de agrotóxicos

Campus Gurupi

O uso de ferramentas tecnológicas e as possibilidades pedagógicas na formação dos

docentes na rede municipal de ensino
Irrigação na agricultura familiar: Conhecimento técnico levado ao assentamento Vale Verde

Campus Palmas

Diagnóstico Socioeconômico e Estrutural das Colônias de Pesca na Área de Abrangência da UHE Lajeado
Curso de atualização em gestão de documento para APL de comércio na cidade de Palmas-TO
Avaliação da Segurança e higiene no Trabalho em Feiras Livres de Palmas-TO.
Economia Solidária no foco do Turismo
Estudo das condições de trabalho dos Pescadores do rio Tocantins
Organização de Eventos - Negócios e Oportunidades
APL em Turismo: Possibilidade e imitação da feira do bosque no município de Palmas
Projeto Padrão de um entreposto pesqueiro segundo a ANVISA
Arranjo Produtivo Local dos Produtores de leite do Município de Palmas
Sistema Informatizado de Gestão para Avaliação e Monitoramento Bioecológico e Ambiental dos recursos pesqueiros do Estado do Tocantins
Qualificação de Força de Trabalho para Escritório

Campus Paraíso do Tocantins

Projeto de Funcionamento do Centro de Idiomas – IFTO/ Campus Paraíso do Tocantins
A produção Orgânica Granado Desenvolvimento Sustentável
APL Fruticultura – Aproveitamento de Abacaxi (Ananas Comusus L. Merrill). Não Absorvidos pelo Mercado Frutícola (Refugo)
Capacitação e Manejo de Abelhas Melíferas para Agricultores Familiares
Ação Técnica Especial: Estruturado para a Realização de Sonhos

Campus Porto Nacional

Cartilha Sobre Licenciamento Ambiental
--

PRONATEC

As ações do PRONATEC em 2013 foram a realização de 85 cursos FIC e 2 cursos técnicos:

Campus	Cursos FIC	Cursos Técnicos	Total de Matrícula
Araguaína	11		440
Araguatins	12	2	760
Dianópolis	6		133
Gurupi	10		362
Paraíso do Tocantins	16		394
Palmas	20		600
Porto Nacional	10		313
Total	85	2	3.002

EVENTOS EM QUE A DRI/PROEX APOIOU A EXECUÇÃO:

- Projeto RONDON-TUR -Cooperação IFTO /SEMADES - Contribuir para o desenvolvimento das atividades turísticas e sociais, com uma visão empreendedora, durante a Temporada de Praia 2013 por meio do intercâmbio cultural e técnico de estudantes de Instituições de Ensino Técnico e Superior, municípios e Comitê Gestor da Temporada de Praia 2013.Foram envolvidos aproximadamente 200 alunos nesse projeto.
- AGROTINS- Feira Agropecuária e Tecnologia do Tocantins dias 07 a 11 de maio/2012, acompanhamento das caravanas vindas dos campi: Araguaatins, Gurupi, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional, integração entre os estudantes e professores dos campi entre si e com as empresas públicas e privadas presentes na Feira.
- Apoio MDA/INCRA Programa nacional de agroindústria “terra forte” para capacitação de agricultores familiares pelo PRONATEC CAMPO.
- REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL: Membro Efetivo do Conselho Estadual de Economia Solidária.

14. ANEXOS

**ANEXO A - PORTARIA COMISSÃO CENTRAL RESPONSÁVEL PELO
RELATÓRIO DE GESTÃO**


**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
REITORIA**

PORTARIA Nº 737/2013/REITORIA/IFTO, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, nomeado pela Portaria nº. 545/2010, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 30/4/2010, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º Designar os servidores, abaixo relacionados, para comporem a Comissão Central responsável pela elaboração do Relatório de Gestão do IFTO, referente ao Exercício 2013, que será consolidado a partir das informações geradas pelas Comissões dos *campi*:

Nome	Designação
Cícero Salatiel Pereira Lopes	Presidente
Janaina Miranda Muradas Amorim	Membro
Joel Ferreira Lopes	Membro
Adriano dos Guimarães de Carvalho*	Membro
Mariana Brito de Lima	Membro
Ana Paula Mecnas Santos Pin	Membro
João Marcelo dos Santos Silva	Membro
Maria Edileuza Ferreira de França	Membro
Jadson Vieira de Oliveira	Membro

Art. 2º Os Diretores-gerais dos *campi* do IFTO, deverão constituir Comissões Locais, compostas no mínimo, de gestores financeiros e de educação. As portarias deverão ser encaminhadas no menor espaço de tempo à Comissão Central, para os procedimentos que se fizerem necessários.

Art. 3º As Comissões Locais terão o prazo limite de entrega dos relatórios, à Comissão Central, o dia 7/3/2014.

Art. 4º A Comissão Central deverá encaminhar à Reitoria o Relatório de Gestão até o dia 19/3/2014, para que o mesmo seja apreciado pelo Conselho Superior.

Art. 5º Encaminhar à Diretoria de Gestão de Pessoas para providências.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.


Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do Instituto Federal do Tocantins



Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul.
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2201
www.ifto.edu.br - reitoria@ifto.edu.br

Página 1 de 1

ANEXO B – RESOLUÇÃO Nº 08/2014/CONSUP/IFTO, DE 26 DE MARÇO DE 2014



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS
CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 08/2014/CONSUP/IFTO, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições, e considerando deliberação do Conselho Superior, resolve:

Art. 1º Aprovar o **Relatório de Gestão 2013 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO**, conforme autos do Processo nº 23235.000076/2014-91.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.



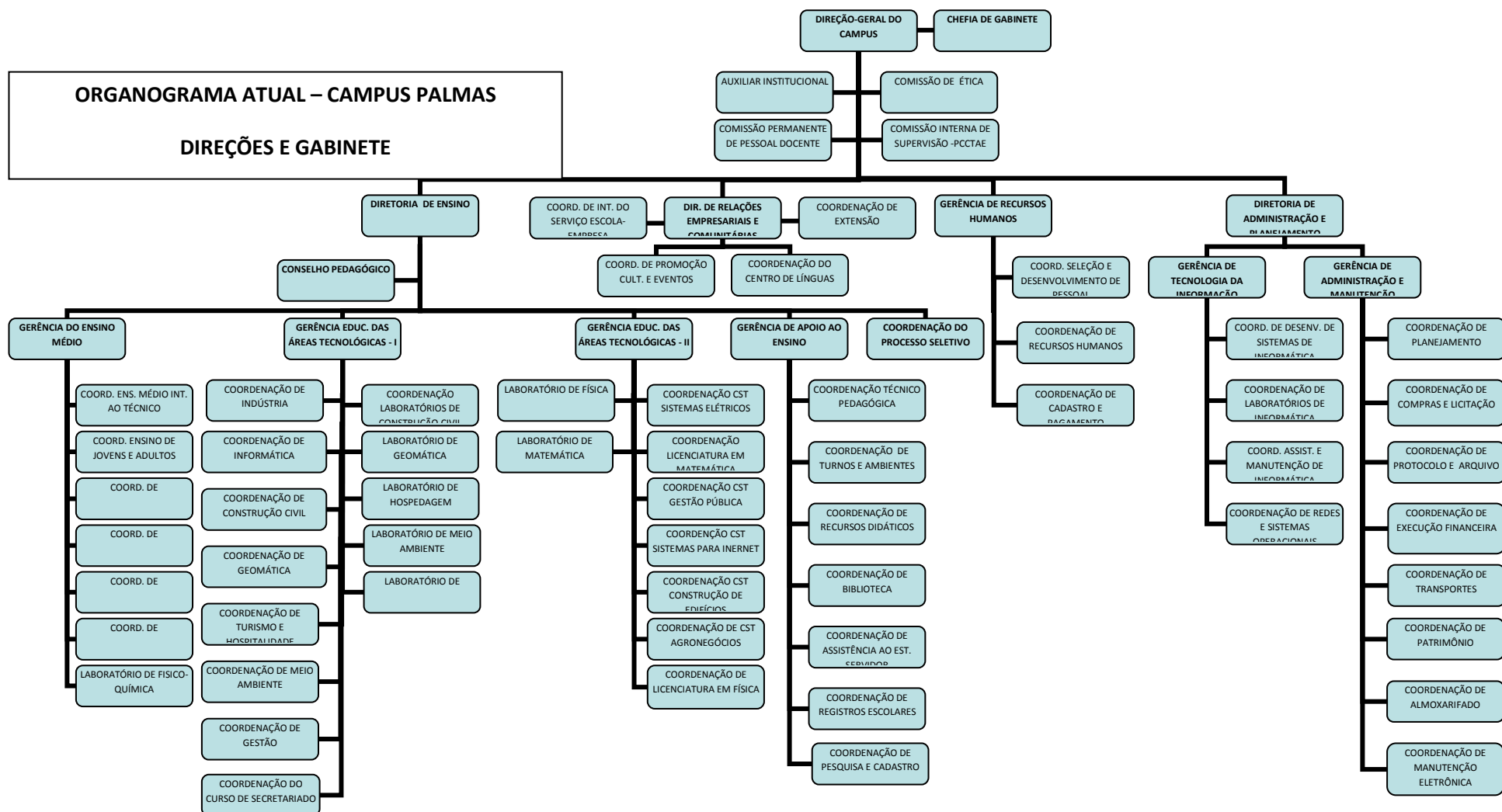
Francisco Nairton do Nascimento
Presidente do Conselho Superior



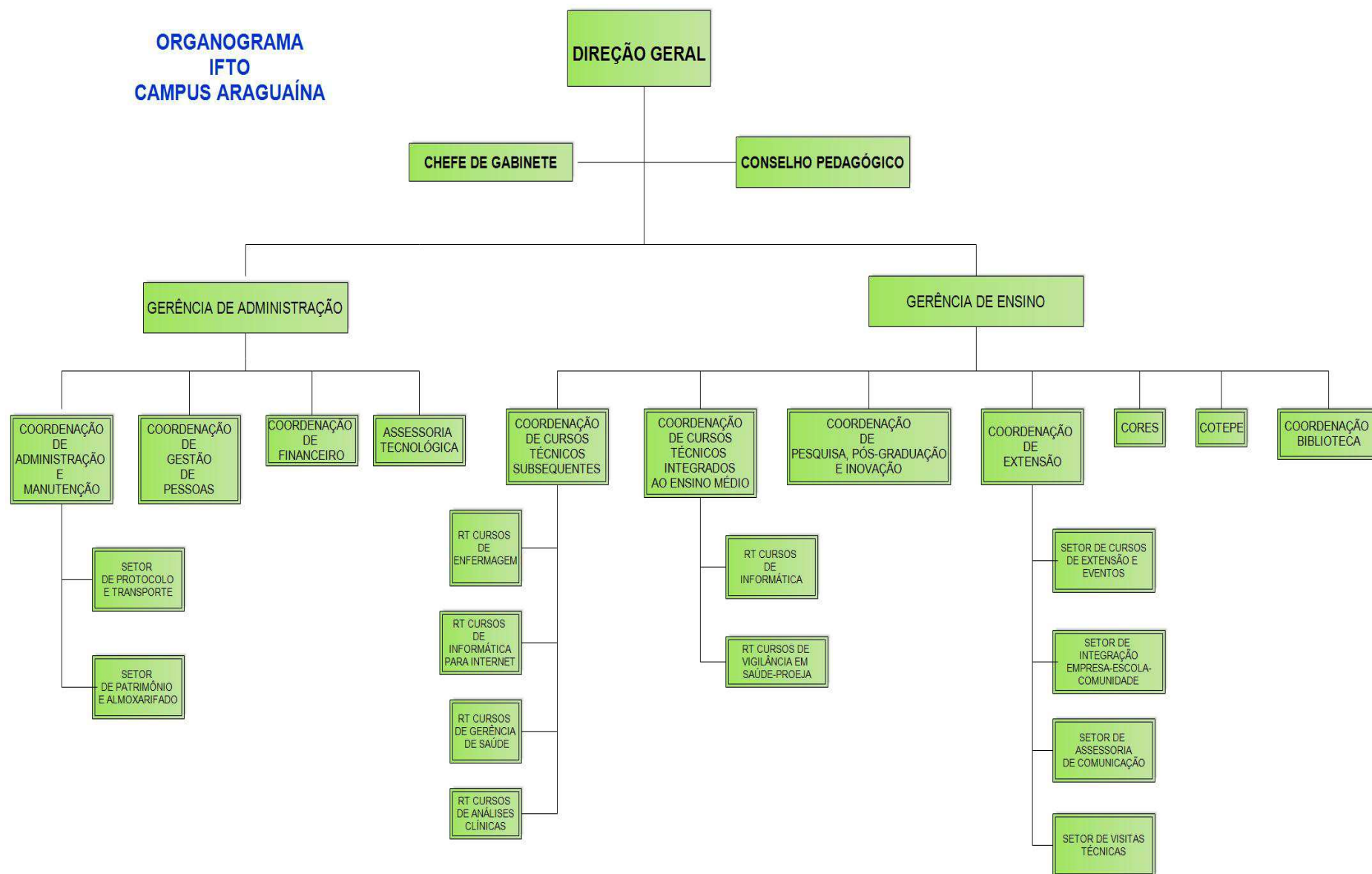
Av. Joaquim Teotônio Segurado
Quadra 202 Sul, ACSU-SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul,
77.020-450 Palmas - TO
(63) 3229-2200
www.ifto.edu.br - conselhosuperior@ifto.edu.br

Página 1 de 1

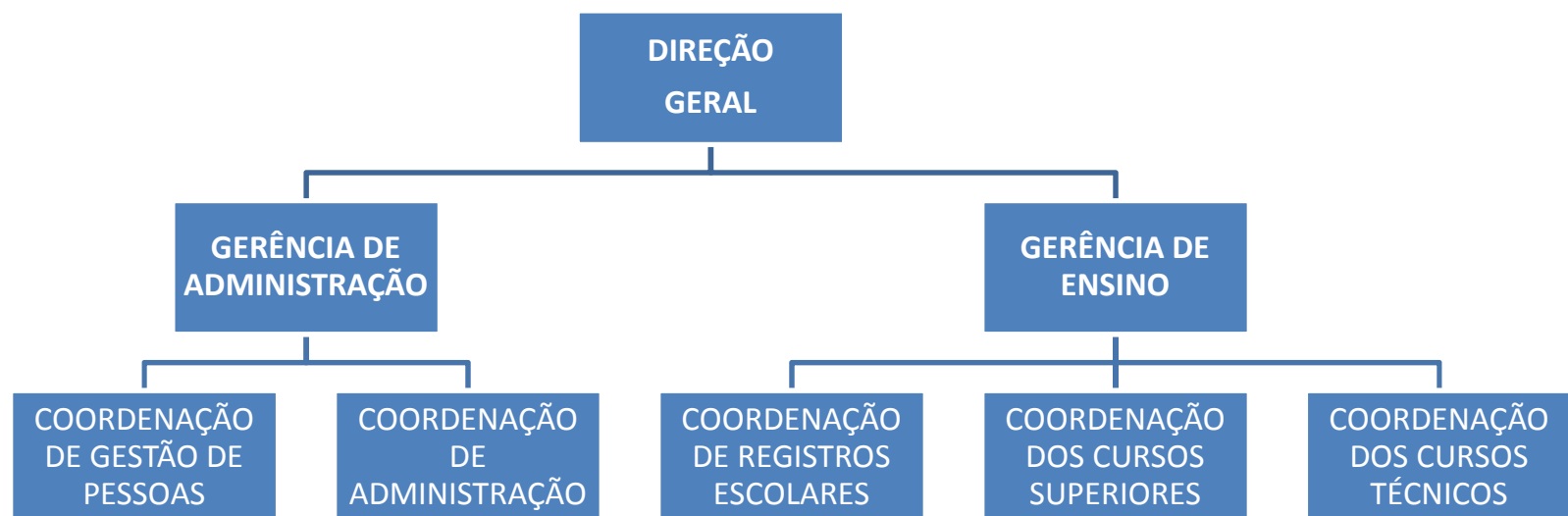
ANEXO C – ORGANOGRAMAS DO IFTO

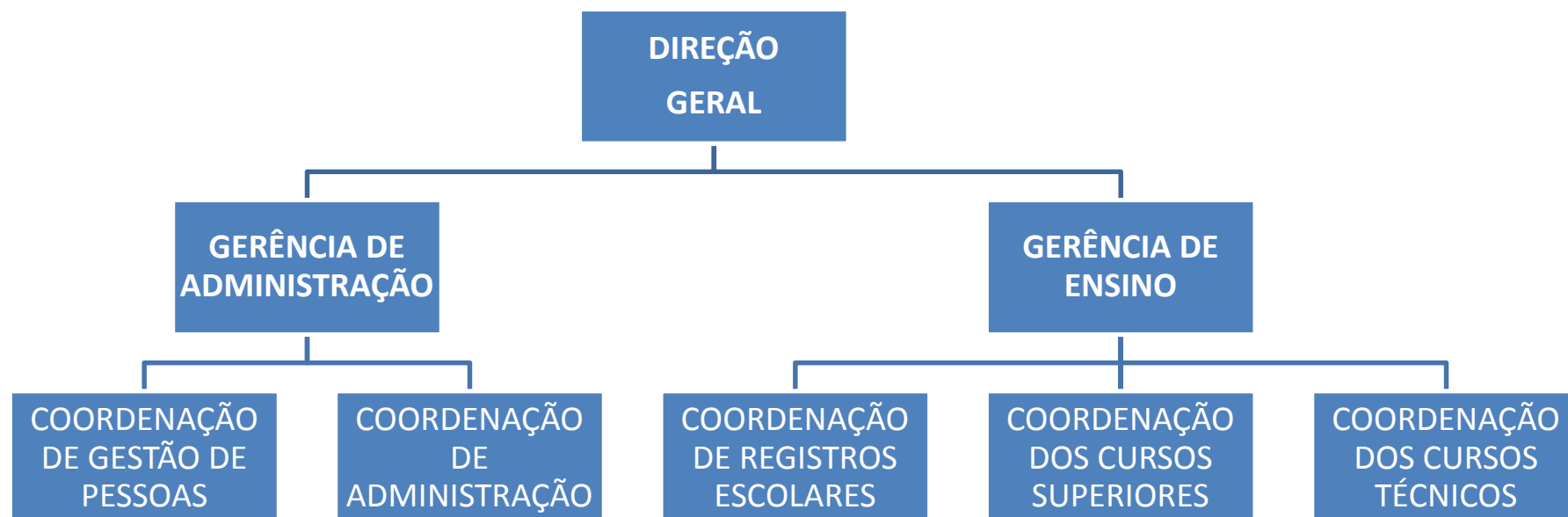


**ORGANOGRAMA
IFTO
CAMPUS ARAGUAÍNA**

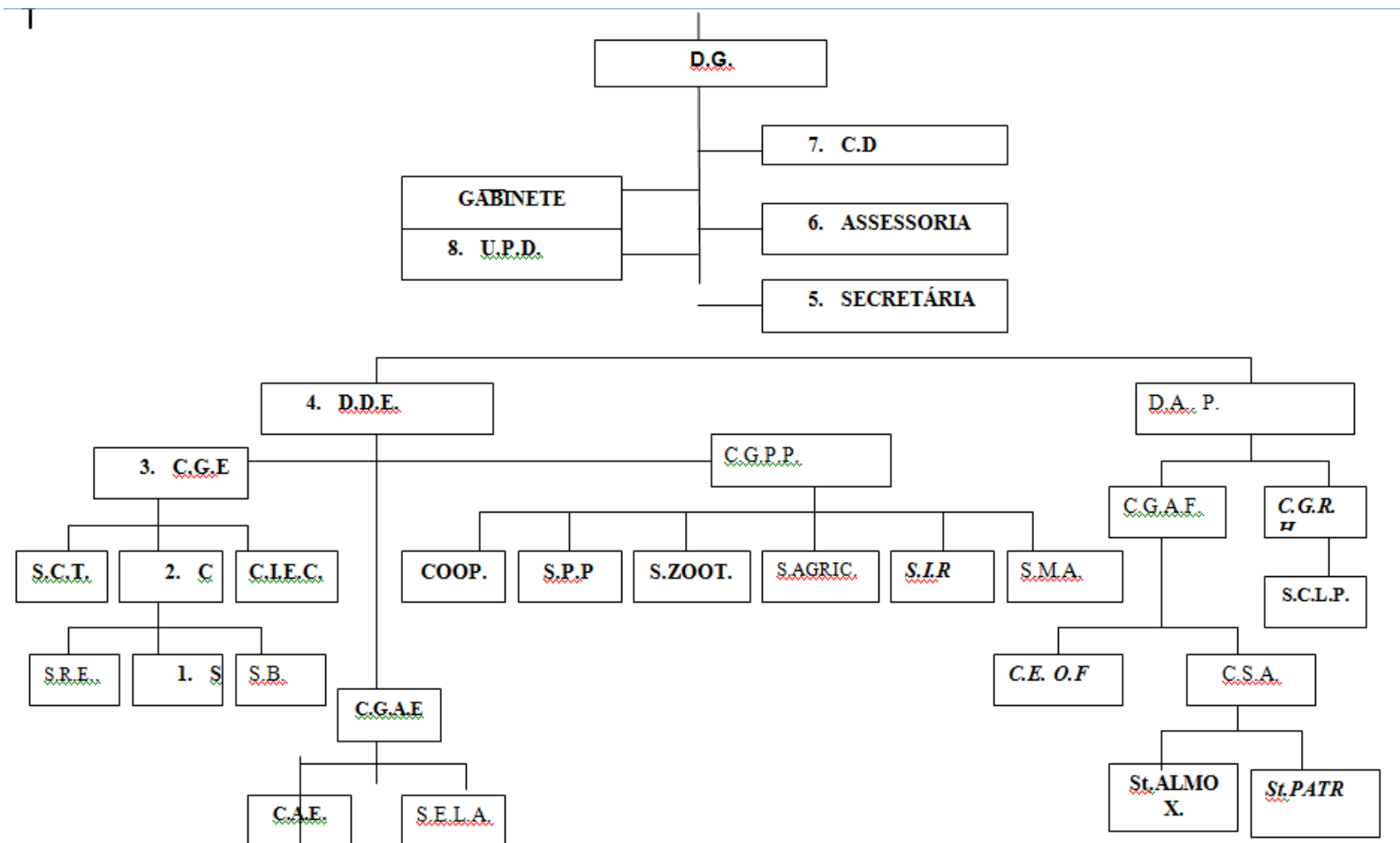


ORGANOGRAMA CAMPUS PORTO NACIONAL-IFTO





ORGANOGRAMA CAMPUS ARAGUATINS



ORGANOGRAMA CAMPUS PARAÍSO DO TOCANTINS

